

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE

MARLY DE FÁTIMA GONÇALVES TAVARES BIEZUS

**PROCESSOS DE RETOMADA EM CONTO DE EÇA DE QUEIRÓS: UM OLHAR  
VOLTADO PARA O ENSINO**

CASCADEL-PR

2010

MARLY DE FÁTIMA GONÇALVES TAVARES BIEZUS

**PROCESSOS DE RETOMADA EM CONTO DE EÇA DE QUEIRÓS: UM OLHAR  
VOLTADO PARA O ENSINO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, área de concentração em Linguagem e Sociedade. Linha de Pesquisa: Processos lexicais, retóricos e argumentativos.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aparecida Feola Sella.

CASCADEL-PR

2010

## PROCESSOS DE RETOMADA EM CONTO DE EÇA DE QUEIRÓS: UM OLHAR VOLTADO PARA O ENSINO

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em 19 de março de 2010.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aparecida Feola Sella (UNIOESTE)  
Coordenadora

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariângela Joaquinho (UEL)  
Membro convidado

---

Prof. Dr. Jorge Bidarra (UNIOESTE)  
Membro Efetivo (da instituição)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aparecida Feola Sella (UNIOESTE)  
Orientadora

Cascavel, 19 de março de 2010.

## **Rios sem discurso**

*Em situação de poço, a água equivale  
a uma palavra em situação dicionária:  
isolada, estanque no poço dela mesma,  
e porque assim estanque, estancada;  
e mais: porque assim estancada,  
muda e muda porque com nenhuma comunica,  
porque cortou-se a sintaxe desse rio,  
o fio de água por que ele discorria.*

[...]

*O curso de um rio, seu discurso-rio,  
para que todos os poços se enfrasem:  
se reatando, de um para outro poço,  
em frases curtas, então frase e frase,  
até a sentença-rio do discurso único  
em que se tem voz a seca ele combate.*

João Cabral de Melo Neto

**A Aparecida Feola Sella, minha orientadora.**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser meu porto seguro, me sustentar e muitas vezes me carregar em seus braços durante essa jornada.

A minha orientadora, professora doutora Aparecida Feola Sella, que me acolheu e me ensinou não só a Linguística, mas também a ser pesquisadora;

À professora Lourdes Kamisnki Alves, por sua atenção, carinho e ajuda sempre instantânea;

A meus pais, por acreditarem em mim, incentivando sempre minha carreira profissional, dando suporte sempre que precisei;

Confesso que muitas vezes pensei em abandonar esse projeto. Foram muitos os momentos em que o desânimo me tomou e acreditei que não seria capaz. Mas nessas horas apareceram as verdadeiras amizades para me fortalecer e não me deixar abater. Pessoas que marcaram e marcam minha vida e são elas também responsáveis pela reallização deste trabalho: Grazi, pelas palavras de ânimo; colegas do mestrado, pelo incentivo; colegas do Santos Dumont, meu colégio do coração; Fabiane, Ivonete, Geovanna, pelo companheirismo e amizade; Cleonice, por, em muitos momentos, acreditar mais em mim do que eu mesma, incentivando e mostrando caminhos de luz;

Às meninas da secretaria de Mestrado em Letras, pela atenção e pelo carinho;

A Alcione, por suas leituras e correções ao longo dessa jornada; ao professor Jorge Bidarra, pelas orientações no decorrer da pesquisa; à professora Mariangela Joanilho, por aceitar fazer parte desta história, com suas leituras e orientações;

À minha família; ao meu esposo Ademir, que me apoiou desde o princípio, obrigada pela paciência ao suportar minhas ausências; às minhas filhas, Devlin e Deborah, por entenderem que meu crescimento profissional necessitaria de alguns sacrifícios, amo vocês!

## RESUMO

Esta pesquisa emerge da necessidade de se repensar continuamente o ensino de Língua Portuguesa nas escolas. Mais especificamente, discute-se a importância de se tomar a análise linguística como uma prática constante na disciplina. Dentre os diversos aspectos linguísticos a serem abordados em sala, este estudo considera os elementos que colaboram para a tessitura do texto, enfocando o processo de referenciação. A investigação proposta volta-se, portanto, para o vínculo que se estabelece na tessitura dos textos e para a possibilidade de se criarem e recriarem os fatos e de se (re)construir o sentido por meio do processo de referenciação, o qual explicita a forma como o produtor do texto retrata o mundo circundante, filtrado pelo simbólico (cf. KOCH; ELIAS, 2006). Dada a natureza do trabalho, fez-se necessário afunilar ainda mais o objeto de estudo. Assim, dentre os elementos que viabilizam a (re)construção de objetos discursivos (cf. MONDADA; DUBOIS, 2003), optou-se por investigar as anáforas, em especial as anáforas associativas, focalizando as relações metonímias, as metonímias e também as sinonímias. Parte-se do pressuposto de que a abordagem desse recurso linguísticos em sala de aula pode contribuir para a formação de leitores e produtores de textos competentes, uma vez que ocupa função importante na tessitura do texto e é responsável por imprimir sentidos aos enunciados ao revelar intenções, valores e posições que o produtor do texto quer expressar. Para verificar como essa estratégia linguística contribui para a produção de sentido(s), selecionou-se como *corpus* de análise o conto *O defunto*, de Eça de Queirós. Considerou-se esse gênero por ser trabalhado de forma recorrente nas aulas de leitura e representar a língua em seu uso cotidiano. Além de mostrar situações socialmente construídas, o conto oferece ao estudante a oportunidade de conhecer culturas e ampliar as fronteiras de seu conhecimento de mundo e enciclopédico. A partir dessa seleção, buscou-se, então, avaliar como as anáforas associativas selecionadas recobram juízos de valor estabelecidos pelo autor e guiam a interpretação do texto. Dão suporte a essa análise autores que se dedicam ao estudo da referenciação, dentre os quais se destacam Koch (2005a, 2005b, 2008a, 2008b), Koch e Elias (2006), Cavalcante (2005a, 2005b), Cavalcante, Rodrigues e Ciulla (2003), Marcuschi (2005, 2007a), Mondada e Dubois (2003) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995). Também se recorreu a obras que tratam da questão do gênero (BAKHTIN, 1992; MARCUSCHI, 2005, 2007b; DIONÍSIO, MACHADO e BEZERRA, 2007), do conto literário (JOLLES, 1976; BORDINI e AGUIAR, 1993), e, especificamente, do conto lusitano (MOISÉS, 1974, 1994).

**Palavras-chave:** Estratégia Discursiva, Formação de Leitores, Referenciação, Anáforas Associativas, Conto *O defunto*.

## ABSTRACT

This research emerges from the necessity to rethink the teaching of Portuguese language in schools. More specifically, it is discussed the importance of taking the linguistic analysis as a standard practice in Portuguese teaching. Among the various linguistic aspects to be approached in the classroom, this study considers the factors that contribute to the writing of the text, focusing on the reference process. The proposed research turns therefore to the bond that is established in the texts and the possibility of creating and recreating the facts and to (re) construct meaning through the reference process, which explains how the producer of the text shows the surrounding world, filtered by symbolic (cf. KOCH, ELIAS, 2006). Because of the nature of this work, it was necessary to narrow even more the object of study. Thus, among the elements that enable the (re) construction of discursive (MONDADA, DUBOIS, 2003), we decided to investigate the anaphors, especially the associative anaphor, focusing on the relations of meronymy, metonymy as well as the synonyms. It starts from the assumption that the linguistic approach can contribute to the formation of readers and writer of authentic texts in the classroom, since it occupies an important function in the text and it is responsible to print out the directions to reveal intentions, values and positions that the writer of the text wants to express. To see how this linguistic strategy contributes to the meaning (s) was selected as a corpus of analysis the short story *O defunto*, by Eça de Queiros. It was considered this genre because it is worked repeatedly in reading classes and represents the language in daily uses. Besides showing socially constructed situations, the short story offers to students the opportunity to experience different cultures and expand the boundaries of their world and encyclopedic knowledge. From this selection, we attempted to assess how the selected associative anaphor show judgments established by the author and guide the interpretation of the text. Supporting this analysis the authors involved in the study of the reference among them Koch (2005a, 2005b, 2008a, 2008b), Koch and Elias (2006), Cavalcante (2005a, 2005b), Cavalcante, Rodrigues and Ciulla (2003), Marcuschi (2005, 2007a), Mondada and Dubois (2003) and Apothéloz-Béguelin and Reichler (1995). Also utilized the works dealing with the question of genre (Bakhtin, 1992; MARCUSCHI, 2005, 2007b; DIONÍSIO, AX and Bezerra, 2007), the short story (JOLLA, 1976; BORDINI and AGUIAR, 1993), and specifically tale Lusitanian (MOSES, 1974, 1994).

**Key-words:** discursive strategies, readers' formation, reference, associative anaphors, *O defunto* short story.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: EM FOCO, A ANÁLISE LINGUÍSTICA..</b>	09
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>A REFERENCIAÇÃO: UM ENFOQUE VOLTADO PARA O ENSINO</b> .....	22
2.1 UM OLHAR NO CONCEITO DE REFERENCIAÇÃO.....	24
2.2. PROCESSOS DE RETOMADA.....	34
2.2.1 Retomadas com manutenção do núcleo .....	35
2.2.2 Retomadas sem manutenção do núcleo.....	38
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>NO ENREDO DO CONTO</b> .....	63
3.1 ALGUNS ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS.....	63
3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS TEXTOS QUE COMPÕEM O <i>CORPUS</i> .....	70
3.3 O CONTO <i>O DEFUNTO</i> .....	71
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	100
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	110
<b>ANEXOS</b>	
ANEXO 1 – CONTO <i>O DEFUNTO</i> , DE EÇA DE QUEIRÓS.....	119
ANEXO 2 – GLOSSÁRIO .....	145
ANEXO 3 – TABELA DE MAPEAMENTO DA REFERENCIAÇÃO.....	151

## INTRODUÇÃO

O objetivo de capacitar o aluno para a leitura e a produção de um texto coerente continua presente nas discussões sobre o ensino. Como professora de língua portuguesa, observamos que, apesar dos avanços teóricos já alcançados no que tange a essa questão, na prática, ainda é preciso que se promovam discussões para se chegar a mudanças significativas. O anseio paira na necessidade premente de que as atividades sejam contextualizadas e que permitam ao aluno uma real interação com os textos que circulam socialmente, e também o manuseio estratégico dos recursos linguísticos observados em diferentes gêneros discursivos.

Dessa forma, a necessidade de se discutir continuamente o ensino de Língua Portuguesa nas escolas, já amplamente promulgada por vários estudiosos<sup>1</sup>, motivou-nos a promover uma pesquisa que considerasse o direcionamento teórico, com enfoque nos vários elementos linguísticos que colaboram para a tessitura do texto.

Como a natureza do trabalho aqui proposto não nos permite abordar as diversas estratégias linguísticas que colaboram para o processo de produção e de interpretação dos textos, optamos por focar o processo de referenciação. A eleição desse tema resulta das leituras feitas sobre o assunto e – como consequência – das reflexões que emergem de nossa própria prática pedagógica, que tem confirmado a importante função da referenciação na formação de leitores e produtores de texto competentes. A investigação proposta nesta pesquisa volta-se para o vínculo que se estabelece, portanto, na tessitura dos textos e para a

---

<sup>1</sup> Tais como Antunes (2007), Geraldi (1985), Kleiman (2004), Matêncio (1994), Menegassi e Sena (2003), Neves (2006), Travaglia (1997) e Zilberman e Silva (2005).

possibilidade de se criarem e recriarem os fatos e de se (re)construir o sentido por meio do processo de referenciação.

Para a investigação do processo de referenciação proposta nesta pesquisa, partimos da sondagem de recursos linguísticos responsáveis pela referenciação, os quais assumem função importante no processo de leitura e produção à medida que colaboram para a constituição de textos coesos e, na dinâmica de construção e reconstrução de objetos-de-discurso, imprimem sentidos aos enunciados, explicitando a forma como o produtor do texto retrata o mundo circundante, filtrado pelo simbólico (cf. KOCH; ELIAS, 2006).

Esse processo de constituição de sentidos que se realiza por meio da (re)construção de objetos discursivos é viabilizado por diferentes elementos linguísticos, dentre os quais destacamos as anáforas, em especial as anáforas associativas. Delimitamos, assim, o escopo de nosso trabalho, uma vez que tratar do processo de referenciação como um todo é um projeto inviável para o tipo de pesquisa que se apresenta.

Considerando essa delimitação, adotamos a hipótese de que as anáforas associativas são expressões não correferenciais, sem repetição de núcleo, que exigem conhecimento de mundo do leitor. Importa inicialmente esclarecer que essa denominação advém de uma reavaliação de conceitos como anáfora indireta, conforme exposto no capítulo dois. Entendemos, nessa perspectiva de análise, que a função da coesão referencial não se limita ao simples arranjo das unidades linguísticas do texto e à conservação/progressão das informações nele contidas. Como se trata de um processo de constituição de juízos de valor, de pontos de vista, de direcionamento discursivo, a referenciação – e, em especial, as anáforas

associativas – passa a ser concebida, a partir dessa tendência, como uma forma de manifestação do produtor do texto (cf. KOCH, 2005b).

Para verificarmos a pertinência dessa hipótese, selecionamos como *corpus* de análise o conto *O defunto*, de Eça de Queirós, considerando-se que esse gênero é trabalhado de forma recorrente nas aulas de leitura<sup>2</sup>.

Deve-se esclarecer que Eça apresenta vocabulário que, de forma geral, não é utilizado hoje pelo aluno, em seu dia-a-dia. Acreditamos, no entanto, que isso não seja motivo para privar o aluno de tão fantástico conto, de um dos maiores representantes da literatura portuguesa. Acreditamos também ser possível estreitar os laços do estudante com o rol de vocábulos dispostos no texto literário sob estudo. Todavia, para auxiliar no estudo do léxico envolvido na narrativa, acrescentamos nos anexos (Anexo 2) um glossário dos termos recorrentes no texto.

Nessa perspectiva de análise, esta pesquisa considera que o reconhecimento da anáfora como uma dada estratégia do produtor do texto pode contribuir para a formação de leitores e produtores de textos competentes, uma vez que esse recurso linguístico ocupa função importante na tessitura do texto e é responsável por imprimir sentidos aos enunciados, uma vez que as escolhas do produtor revelam as suas intenções, seus valores e posições.

Conforme já dito, para podermos atingir nosso objetivo geral, focamos nossa atenção no processo de referenciação estabelecido por meio de anáforas associativas no conto de Eça de Queirós então selecionado. Essa delimitação serviu para estabelecermos os objetivos específicos: a) empreender estudo bibliográfico sobre o conceito de referenciação e de anáfora, enfocando especialmente as anáforas associativas, bem como sobre o gênero conto; b) selecionar, no conto de

---

<sup>2</sup> Essa afirmação parte da nossa experiência de vinte e cinco anos de magistério nos ensinos Fundamental e Médio.

Eça de Queirós em questão, anáforas associativas recorrentemente utilizadas pelo autor; c) avaliar como as anáforas associativas selecionadas recobram juízos de valor estabelecidos pelo autor.

Para registrar o processo de investigação, o presente texto está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, fazemos algumas considerações sobre como a Língua Portuguesa é – ou, pelo menos, deveria ser – trabalhada em sala de aula de acordo com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná e com os Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como com teorias atuais sobre a prática da leitura em sala de aula.

No segundo capítulo, abordamos a referenciação, pautando-nos nos pressupostos teóricos presentes em Koch (2005a, 2005b, 2008a), Koch e Elias (2006), Cavalcante (2005b), Cavalcante, Rodrigues e Ciulla (2003), Zamponi (2003), Marcuschi (2005, 2007a), Mondada e Dubois (2003), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), Fávero (2006), Santos (2009) e Neves (2006), dentre outros pesquisadores que se dedicam ao estudo da referenciação.

Nessa parte do trabalho, exploramos a noção de referenciação como estratégia responsável pela formação de um texto coeso, possibilitada por mecanismos linguísticos que vão se conectando e conferindo textualidade aos enunciados. Parte-se da ideia de que os sujeitos produtores de texto constroem *mundos textuais* cujos objetos não espelham fielmente o “mundo real”, mas são constituídos em meio a práticas sociais, ou seja, são *objetos-de-discurso*, conforme defendem Mondada e Dubois (2003). Ainda de acordo com as autoras, entendemos que a noção de *referenciação* expressa o dinamismo que envolve o processo no qual se dá a construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das

negociações, das modificações, das ratificações, de concepções individuais e públicas do mundo.

A partir dessa visão geral da referenciação, tem-se uma descrição das anáforas, entendidas aqui como uma estratégia discursiva que referenda pontos de vista, adesões, suposições, preconceitos e mesmo orientações argumentativas. Servem de aporte teórico para o desenvolvimento dessa questão os autores a que recorreremos para construir o capítulo.

O terceiro capítulo é reservado a discussões teóricas acerca do gênero conto, considerando-se principalmente o estilo de Eça de Queirós. Para tanto, recorreremos a autores como Bordini e Aguiar (1993), Jauss *et al.* (1979), Moisés (1974; 1994), Bakhtin (1992), Dionísio, Machado e Bezerra (2007) e Marcuschi (2005, 2007b), dentre outros.

O conto retrata uma das formas simples de narrativas que acompanha o homem ao longo da história. Jolles (1976, p. 191) define conto como “uma forma de arte em que se reúnem, e podem ser satisfeitas em conjunto, duas tendências opostas da natureza, que são a tendência para o maravilhoso e o amor ao verdadeiro e natural”. Essas tendências citadas por Jolles são percebidas no conto de Eça, onde o amor e o maravilhoso percorrem toda a história, levando o leitor a uma aventura extraordinária.

O gênero em questão mostra-se propício ao estudo aqui apresentado, uma vez que sua análise propõe uma apreciação da língua em seu uso cotidiano. Além disso, nos mostra situações socialmente construídas, e o conto literário nos oferece a oportunidade de conhecer culturas e ampliar as fronteiras do nosso conhecimento de mundo e enciclopédico.

No quarto capítulo, além de apresentarmos as análises do conto de Queirós – pautadas nas teorias abordadas nos capítulos anteriores –, cujo enfoque recai nas anáforas associativas, conforme já explicitado, também promovemos algumas reflexões acerca da função que assume essa estratégia linguística na construção de sentidos do texto.

Por fim, são apresentadas algumas considerações, que resultam da relação estabelecida entre a teoria que embasa esta pesquisa e as análises que são empreendidas a partir das anáforas associativas presentes no texto coletado. Destaca-se a contribuição do processo de referenciação na construção do texto e dos sentidos por ele implicados.

Conforme ponderamos anteriormente, apesar dos avanços teóricos alcançados na área da Linguística, ainda é preciso que se promovam discussões contínuas com os professores dos níveis Fundamental e Médio que levem à reflexão sobre os significados, as contradições e também as inconsistências implicados no processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa.

Nesse sentido, o estudo da referenciação merece destaque devido às recentes discussões, e principalmente porque, de acordo com Mondada e Dubois (2003), trata-se de uma estratégia que não pode ser tomada como um simples processo de nomear as coisas do mundo. Em uma visão mais dinâmica, o assunto deve ser estudado levando-se em conta “um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo” (MONDADA; DUBOIS, p. 20). Trata-se de um sujeito capaz de adequar seus discursos a cada situação, a cada finalidade comunicativa, criando e recriando suas atividades sociais de acordo com as versões do mundo publicamente elaboradas.

Sendo assim, a referenciação retrata uma atividade discursiva, conforme pontuam Kock e Elias (2006), haja vista os objetos-de-discursos (re)construídos explicitarem a forma como o produtor do texto retrata o mundo circundante, filtrado pelo simbólico. As formas de referenciação, segundo as autoras, retratam escolhas do sujeito – que age em função de um querer-dizer – em interação com outros sujeitos. A partir desse entendimento, Kock e Elias (2006) postulam uma visão não-referencial da língua e da linguagem, o que possibilita criar uma instabilidade das relações entre as palavras e as coisas. A realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas também pela forma como sociocognitivamente interagimos com ele.

Para as autoras, o discurso, ao mesmo tempo em que é tributário de sua construção, promove uma representação que opera como uma memória compartilhada<sup>3</sup>, alimentada pelo próprio discurso. Logo, os objetos-de-discurso são dinâmicos: podem ser modificados, desativados, recategorizados etc. Nesse viés de análise, a discursivização (ou textualização) atualiza uma forma de (re)construção da informação nova, e não um simples processo de designar as coisas do mundo (cf. MARCUSCHI; KOCH, 1998).

O estabelecimento das relações entre referentes possibilitadas pelas anáforas não se limita à superfície linguística, mas envolve também fatores cognitivo-discursivos e mobiliza a memória discursiva compartilhada entre os parceiros da comunicação. Isso porque, conforme expõe Koch (2004, p. 59), “a interpretação de uma expressão anafórica [...] consiste não em localizar um segmento linguístico (antecedente) ou um objeto específico no mundo, mas em estabelecer uma relação com algum tipo de informação presente na memória discursiva”. Com relação às

---

<sup>3</sup> A memória compartilhada, ou memória discursiva, faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. São acionadas pelo conhecimento prévio dos interlocutores, ou pelo contexto comunicativo em que elas se inserem.

anáforas indiretas e associativas, tem-se uma relação de não-correferência, expressa pela inexistência de identidade lexical ou semântica com o antecedente. A anáfora associativa revela-se na relação hiponímica<sup>4</sup> ou meronímica<sup>5</sup>, realizada por meio de substituições lexicais com expressões do mesmo campo semântico (cf. NEGRI; FOLTRAN; OLIVEIRA, 2004).

Outras estratégias de referenciação serão mencionadas no decorrer desta pesquisa, mas o destaque especial ficará por conta da meronímia, da metonímia e das retomadas por sinonímias – todas estas com ou sem adjetivações – que acenam para a importância de se considerar a referenciação como uma estratégia discursiva.

---

<sup>4</sup> Hiponímia é a “inclusão de uma classe mais baixa numa classe hierarquicamente superior e baseia-se na conexão de duas classes lexicais relacionadas por um traço de similaridade de família” (SILVA, 2003, p. 658).

<sup>5</sup> Meronímia é uma “relação lexical caracterizada pelo traço de inclusão. Ao contrário da hiponímia, consiste numa relação hierárquica em que B é parte de um outro objeto. Frequentemente se trata de uma relação parte todo” (SILVA, 2003, p. 661).

## CAPÍTULO I

### O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: EM FOCO, A ANÁLISE LINGUÍSTICA

Uma consulta aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) lançados pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura, 1998/2000) e às Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (2009) confirma a preocupação com a educação e lança os norteamentos básicos para o ensino de Língua Portuguesa no país.

Os PCNs são apresentados como um norte para todas as áreas do conhecimento. A disciplina de Língua Portuguesa está inserida na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. No que tange a essa disciplina, os PCNs propõem o trabalho com a linguagem como uma atividade discursiva, partindo da ideia de que o texto deve ser utilizado como uma unidade de ensino e que as noções gramaticais devem ser abordadas em sala de forma relacionada ao conhecimento linguístico, que deve ser compreendido como instrumento para se comunicar, ou como instrumento para adequar o texto às suas finalidades comunicativas (BRASIL, 2000, p.17). A atividade linguística, então, segundo os PCNs, deve ser uma prática constante de leitura e produção de textos.

Essa perspectiva de análise aproxima-se da proposta de ensino de Língua Portuguesa apresentada por diversos estudiosos da questão. Irandé Antunes, por exemplo, em *Língua, texto e ensino: outra escola possível* (2009), comenta que “o estudo das línguas recobriria mais consistência e mais relevância se elege-se, como ponto de referência, o texto” (p. 51). Acredita a autora que, se o texto for o ponto de referência, o aluno terá possibilidade de desenvolver a habilidade de

trabalhar as diversas modalidades de texto, aprimorando, conseqüentemente, a sua competência comunicativa.

Travaglia (1997) assume uma perspectiva de análise semelhante às acima apresentadas, e argumenta que o ensino sistemático da língua deve propiciar aos alunos atividades que os preparem para a vida que já têm ou que terão dentro de qualquer sociedade, para assim alcançarem qualidade de vida<sup>6</sup>.

Respondendo a exigências das políticas públicas assumidas, em 2009<sup>7</sup>, o Estado do Paraná lança as Diretrizes Curriculares Educacionais da Educação Básica do Estado do Paraná (DCEs), nas quais se propõe um ensino que contemple a língua em funcionamento, dialógica, em constante movimentação, permanentemente reflexiva e produtiva. E, diante dessa proposta, divulga-se a adoção das práticas de linguagem como centro do trabalho pedagógico. A linguagem é vista, nas Diretrizes Curriculares, como fenômeno social, conforme a visão de Bakhtin/Volochinov (2004), pois nasce da necessidade de interação entre os homens, interação essa que pode ser política, social ou econômica. Tomando como base teórica as reflexões a respeito da linguagem propostas pelo Círculo de

---

<sup>6</sup> Antunes (2007, 2009), Travaglia (1997) e Galdi (1985, 1997) são pesquisadores que acreditam ser a língua uma importante ferramenta para a construção da identidade do indivíduo e para sua participação ativa em seu grupo social.

<sup>7</sup> A seguir, parte do texto de apresentação das Diretrizes em questão: "Durante os anos de 2004 a 2006, a Secretaria de Estado da Educação promoveu vários encontros, simpósios e semanas de estudos pedagógicos para a elaboração dos textos que constituiriam as Diretrizes Curriculares, tanto dos níveis e modalidades de ensino quanto das disciplinas da Educação Básica. Sua participação nesses eventos e suas contribuições por escrito foram fundamentais para essa construção coletiva. Ao longo dos anos de 2007 e 2008, a equipe pedagógica do Departamento de Educação Básica (DEB) percorreu os 32 Núcleos Regionais de Educação realizando o evento chamado DEB Itinerante, que ofereceu a todos os professores da Rede Estadual de Ensino dezesseis horas de formação continuada. Em grupos, organizados por disciplina, esses professores puderam, mais uma vez, discutir tanto os fundamentos teóricos das DCE quanto os aspectos metodológicos de sua implementação em sala de aula. Ainda em 2007 e 2008, as Diretrizes Curriculares Estaduais passaram por leituras críticas de especialistas nas diversas disciplinas e em história da educação. Tais leitores, vinculados a diferentes universidades brasileiras, participaram também de debates presenciais com as equipes disciplinares do DEB, com vistas aos necessários ajustes finais dos textos". (DCEs, 2009, p. 8).

Bakhtin, as atuais DCEs incorporam a seguinte visão a respeito da substância da língua:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 123).

Vê-se, com isso, que é no processo de interação social que a palavra significa: o ato de fala é de natureza social. Segundo Bakhtin/Volochinov (2004, p. 41), as palavras estão sempre carregadas de conteúdo ideológico: elas “são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”.

A partir desse pressuposto inicial, as DCEs (PARANÁ, 2009, p. 50) entendem que o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa “visa aprimorar os conhecimentos linguísticos e discursivos dos alunos, para que eles possam compreender os discursos que os cercam e ter condições de interagir com esses discursos”. Diante disso, é importante que a língua seja percebida como um local onde diversas vozes sociais se confrontam, e essas vozes manifestam diferentes opiniões. Nesse sentido, “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como produto de relação viva das forças sociais” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 66).

Esse entendimento, segundo as DCEs, deve nortear o trabalho de análise linguística em sala de aula, trabalho esse que se apoia no funcionamento da

linguagem e que deve considerar os fatores que constituem os textos, tais como a coesão e a coerência.

Com a análise linguística, verifica-se como os elementos verbais (que são o próprio discurso) e extraverbais (elementos extralinguísticos que podem ser percebidos pelos interlocutores e envolvem o enunciado) atuam na construção do sentido do texto. Concebendo a língua como interação, o professor deve criar oportunidades para o aluno refletir, construir hipóteses a partir de leituras de diferentes tipos de texto, de diversos gêneros, para que ele possa chegar à compreensão de como a língua funciona e, assim, desenvolver a competência textual<sup>8</sup>.

Para se chegar a esse nível de aquisição da língua, o trabalho do professor não pode estar limitado às questões de gramática<sup>9</sup>: exige-se um trabalho de reflexão sobre como o texto é estruturado, de forma a propiciar ao aluno a percepção de que os textos espelham as escolhas de seu produtor, levando-se em conta suas intenções e seus valores. Esses elementos são repassados ao texto por meio das estruturas linguísticas escolhidas pelo autor para atualizar seu discurso.

As DCEs apresentam ainda algumas sugestões de como trabalhar a escrita e leitura em sala de aula:

Através do texto dos alunos, num trabalho de reescrita do texto ou de partes do texto, o professor pode selecionar atividades que reflitam e analisam os aspectos:

- discursivos (argumentos, vocabulário, grau de formalidade do gênero);
- textuais (coesão, coerência, modalizadores, operadores argumentativos, ambiguidades, intertextualidade, processo de referenciação);
- estruturais (composição do gênero proposto para a escrita/oralidade do texto, estruturação de parágrafos);

---

<sup>8</sup> O capítulo 4 desta pesquisa versa sobre os gêneros textuais e aborda o conto literário.

<sup>9</sup> Antunes (2007, 2009) e Geraldi (1985, 1997), dentre outros autores, entendem que o ensino da gramática não deve estar pautado apenas no reconhecimento metalinguístico.

- normativos (ortografia, concordância verbal/nominal, sujeito, predicado, complemento, regência, vícios da linguagem...);
- Ainda nas atividades de **leitura e escrita**, ao que se refere à análise linguística, partindo das sugestões de Antunes (2007, p. 134), ressaltam-se algumas propostas que focalizam o texto como parte da atividade discursiva, tais como análise:
- dos recursos gráficos e efeitos de uso, como: aspas, travessão, negrito, itálico, sublinhado, parênteses, etc.;
  - da pontuação como recurso sintático e estilístico em função dos efeitos de sentido, entonação e ritmo, intenção, significação e objetivos do texto;
  - do papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto;
  - do valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais em função dos propósitos do texto, estilo composicional e natureza do gênero discursivo;
  - do efeito do uso de certas expressões que revelam a posição do falante em relação ao que diz – expressões modalizadoras (ex: felizmente, comovedoramente, etc.);
  - da associação semântica entre as palavras de um texto e seus efeitos para coesão e coerência pretendidas;
  - dos procedimentos de concordância verbal e nominal;
  - da função da conjunção, das preposições, dos advérbios na conexão do sentido entre o que vem antes e o que vem depois em um texto. (PARANÁ, 2009, p. 79-80).

As diretrizes curriculares sugerem que os aspectos textuais sejam constantemente trabalhados em sala de aula. No trabalho com o conto literário, por exemplo, o aluno deve ser levado a investigar o texto e a analisar a intenção, ou intenções, do produtor de acordo com as escolhas selecionadas para a escritura do texto. As relações semânticas devem ser observadas, dentre as quais destacamos as relações de inclusão verificadas nas meronímias; as relações de hierarquia possibilitadas pelos casos de hiperonímia e hiponímia; as relações de equivalência atualizadas por meio da utilização da sinonímia.

Nesse sentido, as Diretrizes promovem um ensino dos elementos que compõem o texto/discurso, com enfoque na função que eles assumem no movimento interno do texto (cotexto<sup>10</sup>) e no processo interativo (contexto). Sendo assim, ficam desconsideradas as atividades pautadas unicamente no exercício

---

<sup>10</sup> O termo cotexto é utilizado para designar o ambiente estritamente linguístico (TRAVAGLIA, 2000).

metalinguístico. Quando se fala em análise linguística, entende-se que a observação do funcionamento dos elementos linguísticos deve ter em vista um contexto específico de interação, tomando-se para análise o texto/discurso.

Esse trabalho envolve os diversos níveis linguísticos. Conforme as DCEs anunciam, com respaldo em vários autores – como Antunes (2007), Travaglia (1997, 2000) e Geraldi (1985, 1997), por exemplo –, os níveis fonológico, ortográfico, sintático, semântico e discursivo (DCEs, 2009, p. 60) precisam ser reconhecidos pelos alunos, devendo ser pauta de reflexão e análise. Contudo, as DCEs enfatizam a necessidade de se considerar o funcionamento efetivo desses elementos, para que se possam verificar os sentidos por eles possibilitados.

As DCEs estabelecem ainda um quadro comparativo entre o ensino da gramática, ainda bastante praticado nas escolas, e o ensino pautado na prática linguística, apresentado como necessário. De acordo com essa análise, no ensino da gramática, a língua é tida como um sistema constituído por uma estrutura inflexível e invariável. Conforme o documento em questão, devido a essa característica, as aulas de gramática acabam não tendo relação com as aulas de leitura e produção textual. Além disso, fica-se limitado à exposição dedutiva e ao condicionamento, ao treino de exercícios por meio de regras isoladas, visto que se privilegiam as habilidades metalinguísticas. Assim, os objetos de ensino se fixam nos conteúdos gramaticais, que são abordados isoladamente, sempre regidos pela norma padrão da língua. Os gêneros textuais, por sua vez, são trabalhados a partir de uma perspectiva estrutural, não sendo considerada a sua funcionalidade.

Já o desenvolvimento da prática de análise linguística nas aulas de Língua Portuguesa fundamenta-se, de acordo com as DCEs, na concepção de língua como ação interlocutiva, sujeita a interferências do falante, fato tomado neste trabalho

como ferramenta essencial para a leitura e a produção de textos. Sempre tendo o Discurso como conteúdo estruturante, as DCEs apresentam também um quadro de gêneros conforme as esferas da comunicação às quais se ligam. Esse quadro, retirado de Barbosa (2000), considera as seguintes esferas sociais de circulação: cotidiana, literária/artística, escolar, imprensa, publicitária, política, jurídica, produção e consumo e, por fim, midiática.

Considerando cada uma dessas esferas, a autora sugere os gêneros que poderiam ser trabalhados em sala de aula. Na esfera cotidiana, por exemplo, recomenda adivinhas, álbum de família, anedotas, bilhetes, cantigas de roda, carta pessoal, cartão, cartão postal, causos, comunicado, convites, *curriculum vitae*. Já na esfera literária/artística, a autora propõe o trabalho com autobiografia, biografias, contos, contos de fadas, contos de fadas contemporâneos, crônicas de ficção, escultura, fábulas, fábulas contemporâneas, haicais, histórias em quadrinhos, lendas, literatura de cordel, memórias. E seguem mais sugestões, de acordo com a esfera social apresentada.

Nas DCEs, a análise linguística é vista como uma prática didática complementar às práticas de leitura, oralidade e, também, escrita. Ela deve fazer parte do letramento escolar, pois retrata “a reflexão consciente sobre fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos, seja no momento de ler/escutar, de produzir textos ou de refletir sobre esses mesmos usos da língua” (MENDONÇA, 2006, p. 204).

Além de apontarem como deve ser a abordagem da análise linguística na aula de Língua Portuguesa, as DCEs também direcionam os conteúdos que devem ser trabalhados pelo professor nas aulas de leitura:

- as particularidades (lexicais, sintáticas e textuais) do texto em registro formal e do texto em registro informal;
- a repetição de palavras (que alguns gêneros permitem) e o efeito produzido;
- léxico;
- progressão referencial no texto. (PARANÁ, 2009, p. 79).

Também nos PCNs há menção dos objetivos do ensino de Língua Portuguesa, os quais justificam a necessidade do tipo de pesquisa que apresentamos:

- aumentando e aprofundando seus esquemas cognitivos pela ampliação do léxico e de suas respectivas redes semânticas;
- analisar criticamente os diferentes discursos, inclusive o próprio, desenvolvendo a capacidade de avaliação dos textos: contrapondo sua interpretação da realidade a diferentes opiniões; inferindo as possíveis intenções do autor marcadas no texto; identificando referências intertextuais presentes no texto; percebendo os processos de convencimento utilizados para atuar sobre o interlocutor/leitor; identificando e repensando juízos de valor tanto socioideológicos (preconceituosos ou não) quanto histórico-culturais (até estéticos) associados à linguagem e à língua; reafirmando sua identidade pessoal e social;
- usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de análise linguística para expandir sua capacidade de monitoração das possibilidades de uso da linguagem, ampliando a capacidade de análise crítica. (PCNs, Ensino Fundamental, 1998, p. 32).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais projetam, então, um aluno que recebe formação para ser um leitor eficiente e que demonstra competência quanto ao uso da língua, tanto na modalidade oral quanto escrita.

Muitas são as pesquisas acerca de como deveria ser o ensino visando a um resultado de qualidade. Podemos destacar alguns autores expressivos, que tratam de assuntos como *o que ensinar em gramática* (TRAVAGLIA, 1997); *a concepção de texto* (MENEGASSI; SENA, 2003); *leitura e interdisciplinaridade* (ZILBERMAN; SILVA, 2005); *teoria e prática de leitura e letramento* (KLEIMAN, 2004); *leitura e produção de textos na escola* (GERALDI, 1997).

Travaglia (1997) acredita que o ensino tem como fim principal o desenvolvimento da competência comunicativa que o falante já adquiriu no decorrer de sua vida. Segundo o autor, a gramática deve ser vista como um conjunto de conhecimentos linguísticos que o falante da língua já internalizou e usa efetivamente em situações concretas de interação comunicativa. A gramática, então, tem de servir para situações vividas na vida, no dia-a-dia do falante, para que ele seja capaz de se defender, defender suas ideias, argumentar e buscar a efetivação de seus direitos; enfim, ela deve ser vista como o estudo das condições linguísticas da significação. Essa é a gramática que o autor acredita ser a ideal para o ensino.

Em 2000, Travaglia (p. 30-33) apresenta as diferentes concepções de gramática e demonstra que ter conhecimento delas é importante para a prática pedagógica. São quatro os tipos de gramática apresentadas pelo autor: a gramática normativa, que estuda os fatos da língua – com mais particularidade, a língua escrita –, apresentando as regras do bem falar e do escrever bem; a gramática descritiva, que apresenta as variantes linguísticas a partir de seu uso, enfocando a língua oral; a gramática internalizada, referente às regras que o falante domina independentemente de seu estudo sistemático; e a gramática reflexiva, que diz respeito às atividades de observação e reflexão da língua.

Menegassi e Sena (2003) enfocam a concepção do texto e pontuam a interdisciplinaridade como o objetivo primordial dos PCNs. Nesse sentido, o desenvolvimento da competência comunicativa envolve todas as áreas do conhecimento; conseqüentemente, o professor de língua não é o único responsável pela formação do aluno/leitor.

Nota-se que tanto Travaglia como Menegassi e Sena retratam um ensino cujo objetivo é desenvolver a competência comunicativa para que o falante seja capaz de expressar suas ideias e fazer valer seus direitos dentro da sociedade em que vive.

Zilberman e Silva (2005) organizam um livro (*Leitura: perspectivas interdisciplinares*) com foco na leitura e na interdisciplinaridade e sugerem que a leitura “assumiu papel político, exprimindo as possibilidades de o Estado se comprometer com as necessidades sociais, a que responde agindo na direção da transformação coletiva ou dando vazão a uma atitude paternalista e compensatória” (p. 15). Isso porque a federação oferece programas de alfabetização para os cidadãos de baixa renda que não leem e distribui livros aos alunos e às bibliotecas. Os autores apontam que a volta às teorias precisa se efetivar para que haja um ensino eficaz de leitura, pois somente se conhecendo a teoria se pode modificar a prática.

Kleiman (2004, p. 7), em *Oficina de Leitura: teoria e prática*, assevera que “o ensino da leitura é fundamental para dar solução a problemas relacionados ao pouco aproveitamento escolar: ao fracasso na formação de leitores podemos atribuir o fracasso geral do aluno no primeiro e segundo graus”. Também para essa autora a função de letrar o aluno alcança todos os professores, de todas as áreas do conhecimento, haja vista que cada um tem a função de garantir o desenvolvimento de seu aluno para a participação plena na sociedade letrada. Assim, as estratégias para desenvolver o aluno leitor devem ser de conhecimento de todos os professores.

Kleiman (2004) destaca que o papel do professor nas aulas de leitura é de mediador entre o aluno e o autor. O professor deve, então, oferecer modelos de estratégias de leitura, como fazer predições, perguntas, comentários acerca do conteúdo (a ser) lido. A autora afirma que o conhecimento psicológico é importante

no ato da leitura, juntamente com as estratégias de leitura, que são formas de se abordar um texto:

O conhecimento do aspecto psicológico, cognitivo da leitura é importante porque ele pode nos alertar de maneira segura contra práticas pedagógicas que inibem o desenvolvimento de estratégias adequadas para processar e compreender o texto. Esse conhecimento pode ainda nos alertar para os obstáculos à compreensão que decorrem de aspectos do texto, que, por diversas razões, tornam o PROCESSAMENTO mais difícil. (KLEIMAN, 2004, p. 31, destaque da autora).

Assim, se o aluno tiver conhecimento das estratégias, isso o ajudará no desenvolvimento da habilidade de leitura. E oferecendo o contato com os diversos gêneros de textos, a escola o auxiliará na socialização do conhecimento, tarefa tão cobrada das instituições de ensino.

Ampliando essa análise, Maria Helena Martins (2006) acrescenta que a leitura está além do que pensamos, está além de livros, revistas, folhetos, além da ação mecânica de passar os olhos sobre um texto. Ler é descobrir o sentido das coisas e das situações. Por isso, cada um pode ler de forma diferente determinada coisa ou situação em diferentes momentos.

Matêncio (1994), em *Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento*, apresenta a seguinte reflexão acerca do processo de letramento:

O trabalho *com* a linguagem proporciona ao aluno o acesso às diferentes modalidades linguísticas e aos usos que se faz delas. O trabalho *sobre* a linguagem possibilita que ele reflita sobre os processos de funcionamento da linguagem enquanto faz emergir um certo conhecimento linguístico do aluno, adquirido no uso efetivo que ele faz da língua e amparado em seus referenciais de socialização. Finalmente, o trabalho *através* da linguagem é aquele realizado tanto pelo professor como por seus alunos na tentativa de construir o processo de ensino e aprendizagem. (MATÊNCIO, 1994, p. 96).

Essa reflexão mostra quão grande é a responsabilidade do professor, pois ele é o conhecedor das circunstâncias históricas e socioculturais que definem a sua prática; deve, portanto utilizar soluções coerentes com a concepção de linguagem que aborda em sala de aula para solucionar os problemas de ensino e aprendizagem.

Menegassi e Silva (2008) afirmam que todo texto é pertencente a um determinado gênero, e é sempre produzido numa situação de comunicação verbal. Dizem ainda que o contexto no qual ele foi elaborado é decisivo para a escolha da forma pela qual ele é organizado e recebido. Diante desse fato, acrescentam que “a interação texto-aluno-professor permite, por meio de diálogos, das negociações que se estabelecem na construção de sentidos do texto, identificar-se a situação de comunicação verbal e, concomitantemente, reconhecer-se o gênero textual empregado” (p. 204).

Geraldi (1997) considera a produção de textos como ponto de partida (e de chegada) de todo o processo de ensino/aprendizagem da língua. Acredita o autor que, sendo capaz de expressar suas ideias por meio de texto, o aluno será igualmente capaz de desenvolver sua habilidade de leitura, mostrando-se reflexivo e crítico.

No estudo das metas estabelecidas pelas políticas públicas, bem como das teorias acerca da prática pedagógica, notamos claramente o trabalho que se espera que o professor desenvolva em sala de aula. No entanto, para que o ensino de língua aconteça de acordo com o esperado, o professor precisa ter subsídios que lhe permitam trabalhar com o texto em sala de aula de maneira não intuitiva. Tal aporte pode ser fornecido, em grande parte, pela Linguística Textual (LT). Essa área

de estudo possibilita, por exemplo, a abordagem da coesão e da referenciação como suporte para o trabalho de interpretação, leitura e produção textual.

De acordo com Koch (2004), a LT postula quatro grandes sistemas de conhecimento: o linguístico, o enciclopédico, o interacional e o referente a modelos textuais globais. O linguístico refere-se ao conhecimento gramatical e lexical, o correto uso dos elementos coesivos para efetuar remissões, bem como da sequenciação textual; é consequência de um conhecimento linguístico eficaz. O enciclopédico, semântico ou conhecimento de mundo são as experiências que cada indivíduo armazena na memória. O sociointeracional “é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de inter-ação através da linguagem” (KOCH, 2004, p. 23), permitindo, por exemplo, a identificação dos propósitos de um falante e a utilização da variante linguística adequada a cada situação comunicativa. O conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais é aquele que permite ao falante o reconhecimento dos diversos tipos de texto como pertencentes a cada gênero ou tipo textual.

No que tange ao último tipo de conhecimento elencado no parágrafo anterior, pairam reflexões interessantes sobre a organização textual e sobre como essa organização reflete traços de coerência, que se constrói num universo basicamente interpretativo.

Com relação à referenciação, e, dentro desse campo, em especial às meronímias e metonímias, e também às retomadas por sinonímias – acompanhadas ou não por adjetivos – temos recursos linguísticos que, se avaliados em rede de retomadas, rendem a percepção de estratégias de produção textual, o que acaba se tornando uma forma de leitura ou mesmo de releitura dos sentidos do texto.

## CAPÍTULO II

### A REFERENCIAÇÃO: UM ENFOQUE VOLTADO PARA O ENSINO

Neste capítulo, abordamos as formas de referenciação apresentadas pelos estudiosos consultados e levamos em consideração o objetivo já expresso de focar nossa atenção no ensino de Língua Portuguesa. Nesse sentido, organizamos o texto em duas partes. Primeiramente, apresentamos, de forma breve, conceitos pertinentes à noção de referenciação, tomando-se como norte pesquisas também centradas no ensino, e ainda focalizamos o conceito de referenciação tendo em vista uma forma mais didática de se lidar com as propostas estudadas.

Depois, discutimos o processo de referenciação em dois momentos, assim compostos também em função do objetivo expresso acima. A primeira discussão, então, paira nas formas de retomada em que há a manutenção do núcleo vinculado ao objeto-de-discurso introduzido (primeira aparição de determinado referente<sup>11</sup>), como ocorre, por exemplo, no seguinte recorte, retirado de Queirós (1961):

- (1) D. Rui murmurou o Padre-Nosso devido por todo o cristão àquelas almas culpadas. Depois impeliu o cavalo, e passava – quando, no imenso silêncio e na imensa solidão, se ergueu, ressoou **uma voz**, uma voz que o chamava, suplicante e lenta:  
 – Cavaleiro, detende-vos, vinde cá!...  
 D. Rui colheu bruscamente as rédeas e, erguido sôbre os estribos, atirou os olhos espantados por todo o sinistro êrmo. Só avistou o cêrro áspero, a água rebrilhante e muda, os madeiros, os mortos. Pensou que fôra ilusão da noite ou ousadia de algum demônio errante. E, serenamente, picou o cavalo, sem sobressalto ou pressa, como numa rua de Segóvia. Mas, por trás, **a voz** tornou, mais urgentemente o chamou, ansiosa, quase aflita. (Linhas 454-464).

Nesse caso, a retomada pode recobrir o mesmo feitio sintático, lexical e até semântico da introdução. Referimo-nos, aqui, à primeira aparição, o que

---

<sup>11</sup> Marcuschi (2005), Koch (2008, 2009), Koch e Elias (2006), Neves (2006) definem essa primeira aparição que será explicada na sequência deste trabalho como forma remissiva ou forma referencial.

corresponde a “O avô chegou. O avô estava cansado”. Também pode ocorrer a manutenção do núcleo, porém com alteração e/ou inclusão de determinantes ou modificadores<sup>12</sup>, como ocorre em “O avô chegou cansado. O pobre avô trouxe um presente. / Esse avô / O meu avô / Esse avô querido”.

A segunda discussão reside na retomada que ocorre sem a manutenção do núcleo do referente (primeira aparição do objeto-de-discurso). Nesse bloco, apresentamos, de um lado, a pronominalização, as rotulações<sup>13</sup> - destacando as sinonímias<sup>14</sup> – e, de outro, as retomadas denominadas indiretas e associativas<sup>15</sup>. A divisão presente nesse último bloco se deve ao entendimento de que estamos optando por uma forma mais didática de apresentar o conteúdo para o professor dos ensinos Fundamental e Médio.

Resta ainda explicar que houve um esforço de nossa parte quando lidamos com questões conceituais relativas aos termos sinonímia, anáfora indireta e anáfora associativa, haja vista não somente as discordâncias já anunciadas, mas, e sobretudo, por serem recorrentes esses tipos de retomadas no conto analisado. Como poderá ser observado na sequência, o conto sob análise encontra-se distante do aluno, e mesmo do professor, em termos de vocabulário<sup>16</sup>, mas isso não se dá pelo teor da trama e estilo postos no enredo. Há detalhes na narrativa que servem para assegurar motivação para a leitura de maneira a possibilitar a lida com

---

<sup>12</sup> Os determinantes são palavras que precedem e especificam os nomes, e concordam com eles em gênero e número. Os quantificadores são palavras que especificam o nome (PERINI, 2006).

<sup>13</sup> Há denominações diferentes com relação ao termo. Francis (2003) utiliza o termo *rotulação*; Apothéoz e Chanet (2003), *nominalizações*; Conte (2003), *encapsulamento anafórico*; Cavalcante (2001) usa o termo *nomeações*.

<sup>14</sup> A sinonímia é vista por alguns autores como uma retomada indireta: Daniela Machado (2009) propõe anáfora nominal por sinonímia como referência inferida, assim como Koch (2006).

<sup>15</sup> As anáforas indireta e a associativa estão comentadas na segunda parte deste capítulo.

<sup>16</sup> O vocabulário utilizado no conto não está relacionado com a linguagem coloquial que o aluno utiliza no dia-a-dia, mas acreditamos que a grandiosidade de Eça de Queirós não pode ser desconsiderada por isso. Assim, propomos um estudo do léxico utilizado pelo autor antes de iniciarmos o estudo do texto. Para tanto, conforme já dito, anexamos um glossário no final deste trabalho.

entremeios de história, de informações relativas a estilo de época e literário. Para além disso, em nosso caso, a escolha do léxico está diretamente associada ao fato de Queirós procurar esquivar-se de retomadas correferenciais, o que é peculiar ao embalo de uma época e cultura pautadas nos detalhes que aproximam o homem da descrição de uma realidade mais objetiva.

## 2.1 UM OLHAR NO CONCEITO DE REFERENCIAÇÃO

Considerando-se que o estudo do processo de referenciação na construção de objetos-de-discurso constitui-se o foco central desta pesquisa, esta primeira parte do capítulo é destinada à apresentação do referencial teórico acerca desse tema. Os estudos de Halliday e Hasan (1976), Koch (2004, 2005a, 2006a, 2008a), Mondada e Dubois (2003) e Marcuschi (2005, 2007a), Fávero (2006), Ilari (2001), Costa Val (1999), Neves (2006) e Cavalcante, Rodrigues e Ciulla (2003) assinalam algumas abordagens mais de perto seguidas nesta pesquisa.

Entendemos que um breve percurso histórico acerca da referenciação pode auxiliar na compreensão de como um dado processo referencial se estabelece como uma atividade discursiva e como entra em voga o termo objetos-de-discurso.

Iniciamos com a visão que Halliday e Hasan (1976) apresentam sobre referência. Para os autores, trata-se de um recurso coesivo que atua na constituição da própria textualidade. Nesse sentido, descrevem a referência, e também os demais elementos coesivos, como recursos linguísticos que atuam na coesão textual.

Ao propor a referência como categoria que atua na coesão textual, Halliday e Hasan (1976) mencionam que os elementos referenciais são itens da língua que, para serem interpretados, não podem ser considerados isoladamente, mas precisam ser relacionados com outros elementos presentes no texto para que se realize a sua interpretação.

Segundo os autores, a referência pode ser exofórica, quando o referente faz remissão a um elemento inferível na situação enunciativa (extratextual, fora do texto), e também endofórica, quando o referente está ligado a um elemento presente no texto (textual). A referência se estabelece por meio de três diferentes formas linguísticas: i) pessoal (pronomes pessoais e possessivos), ii) demonstrativa (pronomes demonstrativos e advérbios indicativos de lugar) e iii) comparativa, como podemos verificar nos exemplos abaixo, retirados de Koch (2005a, p. 19):

(2) Paulo e José são excelentes advogados. **Eles** se formaram na Academia do Largo de São Francisco.

Nesse caso, a retomada foi estabelecida por meio da referência pessoal anafórica, com a utilização do pronome pessoal.

(3) Realizara todos os seus sonhos, menos **este**: o de entrar para a Academia.

Aqui, temos um caso de referência demonstrativa, realizada por meio da catáfora.

(4) Por que está decepcionada? Esperava **algo de diferente**?

Nesse exemplo, o termo em destaque mostra um caso de referência comparativa exofórica.

Halliday e Hasan (1976) apontam, ainda, que, além da referência, existem outras categorias coesivas responsáveis pela textualidade, dentre elas estão: a substituição, a elipse e a coesão lexical.

Segundo os autores, na referência há uma identidade completa entre o referente e o elemento a que este se refere. Já no processo de substituição ocorre uma redefinição do referente. A elipse é uma forma de substituição que resulta na omissão de uma porção textual inferível pelo contexto. E a coesão lexical pode ocorrer de duas maneiras: por reiteração (quando se repete o item lexical utilizando sinônimos, hiperônimos ou nomes genéricos) e por colocação (quando os termos utilizados pertencem ao mesmo campo semântico).

Vejamos os exemplos retirados de Koch (2005a, p. 22):

- (5) **O avião** ia levantar vôo. **O aparelho** fazia um barulho ensurdecedor.  
(hiperônimo)
- (6) Todos ouviram **um rumor de asas**. Olharam para o alto e viram **a coisa** se aproximando. (nome genérico)
- (7) Houve um grande **acidente** na estrada. Dezenas de **ambulâncias** transportaram **os feridos** para os hospitais da cidade mais próxima.  
(colocação)

No exemplo (5), temos a utilização da relação hiperonímica, assim como no fragmento (6). Tanto o termo *o aparelho* como *a coisa* reportam-se aos termos antecedentes *o avião* e *um rumor de asas*, respectivamente. No primeiro caso (5), estabelece-se uma relação hiperonímica, pois entre o termo *avião* e o vocábulo *o aparelho* há uma relação todo-parte. No segundo caso (6), o termo *a coisa* liga-se ao antecedente *um rumor de asas*, redefinindo-o de forma genérica. Já no exemplo (7),

não há retomada de um item linguístico, mas há uma associação entre os termos que pertencem ao mesmo campo significativo.

Sendo um recurso de coesão, a referência atua tanto na coesão como na progressão textual (cf. SANTOS, 2009). Portanto, ela contribui significativamente para a construção do texto, uma vez que este é conceituado como uma unidade em uso, constituída, em grande parte, pelas categorias coesivas.

Koch (2005a) e Fávero (2006) empregam a proposta de Halliday e Hasan (1976) e também entendem o texto como uma unidade significativa de manifestação linguística, constituída por fatores de coesão e coerência, os quais, de acordo com Koch (2005a), são responsáveis pela textualidade.

Para Koch (2005a) e Fávero (2006), a substituição, a elipse e a coesão lexical são formas de remissão a elementos do mundo textual.

A referenciação é um dos fatores responsáveis pela formação de um texto coeso. A coesão refere-se aos vários tipos de relação estabelecidos por meio de elementos linguísticos que entrelaçam enunciados de modo a, por um lado, dar progressão ao texto e, por outro, assegurar pontos de vista ou mesmo processos de argumentação (cf. KOCH, 2005a).

Segundo Koch (2005a), ainda, a referenciação pode ser situacional, conhecida também como exofórica, ou textual, conhecida como endofórica. Ela é situacional quando o referente não está marcado no texto; e é textual quando o referente está explícito no texto.

Essa dinâmica é possibilitada por mecanismos linguísticos que vão se conectando e conferindo textualidade aos enunciados. Desse processo, destacamos

os referentes textuais<sup>17</sup>, que, além de contribuírem para a tessitura do texto, imprimem a visão de mundo do autor. Podemos verificar isso no exemplo utilizado por Koch (2008a, p. 35):

- (8) O dia começa às cinco para a turma que serve o café-da-manhã – carregam os pães e grandes vasilhames com café em carrinhos de ferro. Pelo guichê das celas trancadas surgem canecas e bules amassados, à medida que o grupo passa. *Os inimigos da aurora* deixam a vasilha de café no guichê da porta e penduram um saco plástico para receber o pãozinho com manteiga e evitar o suplício de sair da cama.

A utilização da expressão *os inimigos da aurora* faz sentido nesse texto, pois o termo faz referência aos detentos que preferem ficar na cama a levantar cedo para pegar o café.

Mondada e Dubois (2003), ao tratarem da referenciação, defendem que esta não pode ser apreendida como um simples processo de nomear as coisas do mundo, mas envolve um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo, capaz de adequar seus discursos a cada situação, a cada finalidade comunicativa<sup>18</sup>.

Essa mudança de perspectiva é assinalada pela substituição do termo *referência* por *referenciação*, haja vista o processo de referenciar ser concebido como uma atividade de linguagem realizada por sujeitos históricos e sociais em interação. Esses sujeitos constroem *mundos textuais* cujos objetos não espelham fielmente o *mundo real*, mas são constituídos em meio a práticas sociais, ou seja, são *objetos-de-discurso*<sup>19</sup> (cf. MONDADA; DUBOIS, 2003).

---

<sup>17</sup> Referentes textuais são os mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do foi escrito. Eles garantem a coesão textual e a coerência não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. (cf. Koch, 2003, 2006, 2009)

<sup>18</sup> A mesma perspectiva de análise é assumida por Halliday e Hasan (1976), que apontam a atividade referencial como um recurso coesivo que atua na constituição da própria textualidade.

<sup>19</sup> Os objetos-de-discurso são entidades constituídas nas formulações discursivas: é no discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados (MONDADA, 2003).

Toma-se aqui a abordagem que aponta para a expressão referencial como uma entidade que é construída na atividade discursiva e é resultante da elaboração perceptual da realidade. Pode-se dizer, assim, que o referente, aquilo a que remete uma expressão referencial, é, na verdade, uma entidade do discurso. Por isso, Mondada e Dubois (2003) sugerem que o referente seja denominado de *objeto-de-discurso*. Em suma, as autoras entendem que o termo *referenciação* expressa melhor a ideia de dinamismo que envolve o processo no qual se dá a construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações, de concepções individuais e públicas do mundo (cf. MONDADA; DUBOIS, 2003).

E é no processo de interação que se vão construindo os objetos-de-discurso. Conforme já anunciado, nessa perspectiva de análise, os referentes não são vistos como simples rótulos usados para designar as coisas do mundo. Muito mais do que uma simples atividade de “etiquetar” o mundo (cf. MARCUSCHI; KOCH, 1998), a referenciação é complexamente desenvolvida no momento da produção do discurso, quando construímos e reconstruímos os objetos-de-discurso:

[...] a referência diz respeito a operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; por isso, os referentes não são entidades do mundo, mas sim representações construídas pelo discurso, isto é, objetos-de-discurso. (KOCH, 2005a, p. 265).

Assim, a referenciação é uma atividade criativa, que depende de nossa percepção do mundo, de nossas crenças e atitudes e do objetivo comunicativo que temos em mente. A partir desse viés de análise, Mondada e Dubois (2003) situam duas linhas argumentativas para o tratamento da referenciação. A primeira trata da categorização, por meio da qual os sistemas cognitivos dão uma estabilidade ao mundo. A segunda aponta para uma perspectiva linguística interacionista e

discursiva, por meio da qual os processos de referenciação são analisados em termos de construção de objetos-de-discurso e de negociação de modelos públicos do mundo.

Os objetos discursivos são responsáveis por estabelecer relações de sentido e significado tanto com os elementos que os antecedem como com os que os sucedem, construindo uma cadeia textual significativa. Essa coesão, que dá unidade ao texto, vai sendo construída e se evidencia pelo emprego de diferentes procedimentos, tanto no campo do léxico como no da gramática. Observa-se que na progressão textual pode-se verificar como as anáforas contribuem para a manutenção temática, ou mesmo introdução de novo tema. Sendo assim, muito mais do que manter o tema, as anáforas são os elementos responsáveis por uma grande carga informativa no interior do discurso – são elementos que evidenciam o teor avaliativo proposto pelo autor do texto; que é constituído por autor e leitor/ouvinte na atividade comunicativa, pois ativam conhecimentos partilhados; que confirmam ou negam expectativas do leitor/ouvinte e, em consequência, constroem objetos-de-discurso (MONDADA; DUBOIS, 2003) resultantes de uma negociação entre coenunciadores.

Também Koch e Elias (2006) descrevem a referenciação como uma atividade discursiva, uma vez que as formas de referenciação são escolhas do sujeito – que age em função de um querer-dizer – em interação com outros sujeitos. A partir desse entendimento, as autoras postulam uma visão não-referencial da língua e da linguagem, o que possibilita criar uma instabilidade das relações entre as palavras e as coisas. Sendo assim, a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas também pela forma como sociocognitivamente interagimos com ele. Os diversos sentidos de uma expressão

estão na forma como esta foi utilizada no texto. Os sentidos se constroem a partir de como o produtor quer repassar sua mensagem. Vejamos o exemplo de Conte (2003, p. 178):

- (9) A verdade, profunda anomalia do nosso sistema de televisão, representa o peso do poder político. **Esta declaração / Esta situação / Esta conscientização / Esta alienação / Esta mentira** provocou uma excessiva fragmentação da rede privada, sobretudo no CentroSul.

As escolhas linguísticas feitas pelo produtor encaminham a interpretação para o ponto de vista que ele quer deixar transparecer, desde as mais neutras até as mais avaliativas, como em *essas mentiras*.

Diante do exposto acima, tem-se que o discurso, ao mesmo tempo em que é tributário de sua construção, constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada, alimentada pelo próprio discurso. Logo, os objetos-de-discurso são dinâmicos: podem ser modificados, desativados, recategorizados etc. Nessa perspectiva de análise, a discursivização (ou textualização) retrata uma forma de (re)construção do real, e não um simples processo de elaboração da informação. Mas, não se pode concluir que o objeto-de-discurso, mesmo em se tratando de uma realidade criada com o auxílio do trabalho cognitivo, seja consequente à vontade individual do sujeito. Isso porque a construção de objetos discursivos não é uma atividade cognitiva isolada, completamente alheia a outros fatores (cf. MONDADA; DUBOIS, 2003).

Quanto às funções assumidas pelas formas remissivas, elas podem desempenhar três papéis distintos: i) introdução, ii) mudança ou desvio de tópico e iii) ligação entre tópicos. Essas funções são atualizadas sem que a continuidade lógica se perca, e cada informação nova é acoplada a uma antiga. Dessa dinâmica dos movimentos de retroação e de progressão nasce o texto coeso. De acordo com

o exposto, a construção dos referentes textuais pode se concretizar sob a forma de *introdução*, *retomada* ou *desfocalização*, conforme descrevem Koch e Elias (2006, p. 125/126):

- i. *Introdução* (construção): ocorre quando um “objeto” até então não mencionado é introduzido no texto, ficando em evidência.
- ii. *Retomada* (manutenção): realiza-se quando um “objeto” que já está presente no texto é reativado por meio de uma forma referencial, mantendo em foco o tópico discursivo em curso. Essa reativação pode ser realizada por meio de recursos de ordem gramatical ou por meio de recursos de ordem lexical.
- iii. *Desfocalização*: ocorre quando um novo “objeto” é lançado ao texto, passando a ocupar a posição focal.

No momento da interpretação, o leitor cria uma sequência representativa que lhe dará informações acerca da categorização e avaliações dos referentes, o que o auxiliará na interpretação do texto.

Marcuschi e Koch (2002) mapearam a referenciação em uma tabela que acreditamos ser bem didática. Na tabela (apresentada no Anexo 3, pois acreditamos ser de fácil compreensão para o professor dos Ensinos Fundamental e Médio), apresentam-se as estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. Os autores esclarecem os processos de referenciação – anáfora direta e indireta – e também as estratégias utilizadas nos referidos processos – anáfora nominal, pronominal, nominalização, descrição definida, hponímia/hiperonímia, definições/explicações. Mencionam também as relações estabelecidas com o

referente – a categorização, a recategorização, a cossignificação e a não cossignificação.

De acordo com a tabela de Marcuschi e Koch (2002), os processos de referenciação podem ocorrer por: indicialidade e explicitude; refocalização implícita, aspectualidade, avaliação, subespecificação, hiperespecificação; indução situacional ou cotextual. A indicialidade e a explicitude são atualizadas por referenciação especificada. O referente é mantido por meio da repetição lexical ou pela utilização de pronomes; nesses casos, o antecedente e o referente representam o mesmo elemento do texto. São casos de correferenciação e não há recategorização. Já nos processos de refocalização implícita, aspectualidade, avaliação, subespecificação e hiperespecificação, tem-se a referenciação inferida. Para os autores, pode acontecer a correferenciação com refocalização do referente ou ainda com a alteração do referente. As estratégias utilizadas para a correferenciação são as anáforas nominais – sinonímias e paráfrases – e a descrição definida. Nesses casos, há correferenciação, pois o mesmo objeto pode ser retomado, mas não mais com repetição do nome núcleo ou com pronomes. Para a alteração referencial, Marcuschi e Koch (2002) apontam as estratégias de nominalização, hponímia/hiperonímia, definições/explicações – procedimentos metalinguísticos. A utilização das estratégias acima sempre envolverá uma recategorização.

No que se refere às nominalizações, Zamponi (2003, p. 199) se posiciona da seguinte maneira:

As nominalizações talvez constituam o fenômeno anafórico que mais deixa à amostra, no texto escrito, os bastidores da construção de objetos-de-discurso pela atividade referencial. Com efeito, quando um sintagma nominal transforma em referente o processo denotado por uma proposição, que, obviamente, não tinha esse estatuto

anteriormente, testemunha-se claramente a operação discursiva de referenciação. Não é à toa que a própria denominação de processo – *nominalização* – indica... um processo.

A nominalização, então, não retoma um elemento textual pontual, mas informações que estão difusas no cotexto. Um elemento anafórico ativa um objeto-de-discurso por meio de elementos discursivos sem manter uma relação de retomada.

Na última coluna da tabela, os autores apresentam o processo de indução situacional ou cotextual, o qual pode envolver referenciação construída ou inferida, com introdução de referente. As estratégias para o referido processo são as relações indiretas – anáfora indireta e associativa – e a indicação pronominal – com referenciação induzida.

É importante também destacar as anáforas como estratégias de interpretação textual. Tendo isso em mente, na próxima seção, traçamos os usos que as anáforas têm no interior do texto.

## 2.2 PROCESSOS DE RETOMADA

Considerando-se o disposto anteriormente, percebe-se que a referenciação vem tomando a atenção de muitos estudiosos da linguagem. Parece que a resolução das anáforas vem sendo concebida como um processo vinculado à interpretação de textos. Isso porque as ligações estabelecidas entre as entidades que vão sendo introduzidas no decorrer do texto, além de tornarem mais coesa a representação obtida, atestam intenções do produtor.

Essa representação permite que o leitor levante as informações para melhor interpretá-las, uma vez que, conforme analisa Berrendonner (1986), a utilização dos elementos anafóricos caracteriza-se como um fenômeno de retomada informacional

Nesse processo de construção de sentidos, a anáfora pode se dar com ou sem a retomada de referentes anteriormente expressos. Para Koch e Elias (2006), as duas formas de introdução de novos referentes são denominadas, respectivamente, de ativação “ancorada” e ativação “não-ancorada”<sup>20</sup>.

### 2.2.1 Retomadas com manutenção do núcleo

Retomar um referente é manter um núcleo referencial utilizando uma expressão anafórica, podendo recuperar o referente parcial ou totalmente. Vejamos, primeiramente, a retomada com a manutenção do núcleo vinculado ao objeto-de-discurso introduzido, conhecida também como retomada direta.

Neves (2006) mostra que, quando um referente é recuperado em outros pontos do discurso como um termo dado, o termo que se refere a ele,

[...] além de implicar referenciação, implica correferenciação. Nesse caso há a correferência absoluta, com identidade total entre o antecedente e a anáfora: o indivíduo que a anáfora representa é o mesmo indivíduo designado pelo antecedente. (NEVES, 2006, p. 92).

Em uma relação anafórica direta, o referente e também o seu antecedente se referem a uma mesma entidade. O nome-núcleo do referente e também do seu

---

<sup>20</sup> Cavalcante, Rodrigues e Ciulla (2003) denominam-nas como anáfora com retomada e anáfora sem retomada.

anterior se referem à mesma entidade, como ocorre nos exemplos dados por Haag e Othero (2003):

(10) Comprei **três livros** excelentes. **Os livros** estão lá em casa.

(11) Há **um filme** muito bom em cartaz. **O filme** fala sobre a lenda do Rei Artur.

Tanto no exemplo (10) quanto em (11), podemos observar o uso da repetição do termo núcleo (*livros* e *filme*, respectivamente), marcando assim a correferência<sup>21</sup>, pois ambos se referem à mesma entidade. Para Apothelóz (2003), as retomadas com o mesmo núcleo são denominadas de anáfora fiel. Temos aí, conforme Marcuschi e Koch (2002), a cossignificação que existe somente quando há repetição lexical, e o significado se mantém.

As anáforas que retomam antecedentes textuais podem assumir diferentes configurações, tais como: a repetição (total ou parcial) do antecedente – como visto acima – e a retomada por meio de sinônimos ou quase-sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos e descrições nominais. Essas diferentes configurações nominais serão exploradas no decorrer desta seção. Mas é pertinente, aqui, citarmos que, para Koch, nos casos do uso de sinônimos, temos a correferência com recategorização. Também quando usados hiperônimos, nomes genéricos e descrições nominais, observa-se uma recategorização do antecedente textual (cf. KOCH, 2006a).

No caso de repetição total ou parcial, o núcleo da forma nominal se repete, total ou parcialmente. Veja-se o exemplo retirado do conto *O defunto*, de Eça de Queirós (1961):

---

<sup>21</sup> Segundo Apothelóz (2003), a correferência acontece quando duas expressões apontam o mesmo referente no discurso.

- (12) **D. Alonso de Lara** desceu à sua câmara, lívido, pensando que não houvera certamente desgraça em casa onde todas as janelas se abrem para refrescar, e no portão da rua os moços folgam. Então bateu as palmas, pediu furiosamente a ceia. E, apenas sentado, ao topo da mesa, na sua alta sede de couro lavrado, mandou chamar o intendente, a quem ofereceu logo, com estranha familiaridade, um copo de vinho velho. Enquanto o homem, de pé, bebia respeitosamente, **D. Alonso**, metendo os dedos pelas barbas e forçando a sua sombria face a sorrir, perguntava pelas novas e rumores de Segóvia. (Linhas 760-767).

Tem-se, nesse caso, a retomada parcial, com repetição também parcial do nome-núcleo. Nota-se, aí, que a repetição funcionou como um fio que foi tecido, dando unidade ao fragmento. Nesse recorte textual, pode-se observar, também, que, quando a retomada é feita parcialmente, a escolha que se faz do antecedente a ser retomado é bastante significativa para a construção do sentido. Se ao invés do primeiro nome fosse introduzido um apelido ou um substantivo predicador, o sentido seria outro.

Como exemplo de retomada por repetição total do referente tem-se no texto de Queirós vários exemplos tal qual o registrado abaixo:

As retomadas por repetição total do referente são recorrentes no texto de Queirós, como se observa no exemplo registrado abaixo:

- (13) Muito pálido, **D. Rui** arrancou uma das luvas bordadas a retrós, que o moço enrolou e sumiu no surrão. E já abalava na ponta das alpercatas leves, quando, com um aceno, **D. Rui** o deteve [...]. (Linhas 335-337).

Nota-se que, no mesmo parágrafo, *D. Rui* foi mencionado duas vezes. A repetição é uma estratégia que ocorre muito nas atividades de formulação textual e contribui não só para a formação de cadeias discursivas, mas também para reforçar a coesividade.

É oportuno aqui lembrar que, com relação ao ensino/refacção de textos, é importante fazer com que o aluno perceba em que dosagem o uso da repetição pode, por exemplo, denotar estilo, e, por outro lado, representar fragilidade vocabular ou da articulação textual. Para evitar esse excesso, podem-se utilizar as retomadas sem repetição do núcleo nominal.

### 2.2.2 Retomadas sem manutenção do núcleo

Nossa segunda discussão reside na retomada sem a manutenção do núcleo, conforme adiantado no início deste capítulo. Muitas são as formas de remissão sem a manutenção da identidade lexical do antecedente. Dentre elas, iniciaremos com a abordagem da pronominalização.

Também considerada como anáfora direta, a retomada por pronominalização é um recurso utilizado para se evitar a repetição de um grupo nominal ou mesmo de um nome. Podemos observar a utilização da pronominalização nos exemplos abaixo, retirados do conto de Queirós (1961):

- (14) **D. Leonor** traçou vagarosamente o seu nome, tão vermelha como se **a** despissem diante de uma multidão.  
 – E agora – ordenou o marido mais surdamente, através dos dentes cerrados – endereçai a D. Rui de Cárdenas!  
**Ela** ousou erguer os olhos, na surpresa daquele nome desconhecido.  
 – Andai!... A D. Rui de Cárdenas! – gritou o homem sombrio.  
 E **ela** endereçou a sua desonesta carta a D. Rui de Cárdenas. (Linhas 239-242).

O autor introduz no parágrafo o referente *D. Leonor* e o recupera por meio dos pronomes *a* e *ela*, que retomam um antecedente explícito por meio da

correferencialidade. Notamos, com a utilização dos pronomes, que houve a marcação da continuidade no parágrafo e também a manutenção referencial.

A ativação sem retomada ocorre sempre que um novo objeto-de-discurso é introduzido sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação – passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação –, com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo. Nesse caso, pode haver simplesmente correferência – que ocorre entre duas expressões sempre que elas designarem, no discurso, o mesmo referente (cf. APOTHÉLOZ, 2003) – entre a expressão anafórica e seu antecedente textual, ou ocorrer a recategorização deste.

Podemos observar o processo de recategorização no exemplo utilizado por Cunha (2000, p. 158):

(15) NOTÍCIA DE JORNAL TELEVISIVO

APRESENTADOR- a seca arrasa **a região mais próspera de Pernambuco**...este ano ainda não choveu...e ninguém pode plantar no Agreste  
REPORTAGEM- paisagem de sertão no agreste...**na maior região produtora de feijão e milho de Pernambuco** este ano ainda não choveu e ninguém plantou...

A expressão *na maior região produtora de feijão e milho de Pernambuco* recategoriza o referente *a região mais próspera de Pernambuco*, dando-lhe um efeito de sentido ao promover uma reorientação do referente. O leitor tem, então, na retomada, a informação explícita de que a região só é próspera porque é uma grande produtora de feijão e milho.

Dentre as retomadas sem a manutenção do núcleo, tem-se, também, a utilização das descrições nominais definidas<sup>22</sup>. Ao utilizá-las, o autor está não só nomeando um referente já identificado do texto, mas também sinalizando, ou

---

<sup>22</sup> De acordo com Haag e Othero (2003) as descrições nominais definidas são sintagmas nominais que iniciam por artigo definido.

mostrando seus valores e ideias. Elas automaticamente inserem uma recategorização lexical<sup>23</sup>, o que revela avaliação ou rotulação. Ao receber uma avaliação do que foi anteriormente mencionado, o leitor tem uma orientação argumentativa. Observemos um recorte retirado de Queirós (1961):

- (16) Esperou sôfregamente à porta, entre os mendigos, secando os cravos com o ardor das mãos trêmulas, pensando quanto era demorado o rosário que ela rezava. Ainda **D. Leonor** descia a nave, já êle sentia dentro da alma o doce rugir das sêdas fortes que ela arrastava nas lajes. **A branca senhora** passou – e o mesmo distraído olhar, desatento e calmo, que espalhou pelos mendigos e pelo adro, o deixou escorregar sôbre ele [...]. (Linhas 74-79).

A descrição definida utilizada no trecho acima é acompanhada por adjetivo, *a branca senhora*, que recupera o referente *D. Leonor*. Nesse caso, o adjetivo, em posição pré-nominal, atribui uma propriedade, uma qualidade ao referente. Vale ressaltar que a utilização de descrições e adjetivos objetivos é característica comum do Realismo.

Koch (2006b) cita também as anáforas especificadoras como forma de retomada. A autora apresenta esse recurso linguístico como um refinamento da categorização. Essa anáfora reduz um antecedente hiperônimo a uma de suas possibilidades. Esse hiperônimo, com função anafórica, retoma um termo pouco usual por meio de uma palavra que apresenta um significado mais abrangente do que o do seu hipônimo. Geralmente introduzida pelo artigo indefinido, a anáfora especificadora permite anexar informações novas ao objeto-de-discurso.

Podemos observar a anáfora especificadora no exemplo abaixo, retirado de Koch (2006a, p. 267):

---

<sup>23</sup> Objetos-de-discurso já mencionados são reconstruídos por formas nominais de modo a emitir a avaliação do enunciador.

- (17) **Uma catástrofe** ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. **Uma epidemia** de Ebola já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva.

O antecedente hiperônimo *uma catástrofe* é especificado e retomado como *uma epidemia*, esclarecendo-o e dando maiores informações ao leitor acerca do fenômeno denominado por meio do hiperônimo. O objeto-de-discurso é, então, construído no decorrer do texto e especificado, esclarecido.

A relação existente entre hiperônimo e hipônimo é fundamental para a coesão textual e para a construção do(s) sentido(s) do texto, o que podemos observar no exemplo a seguir, apresentado por Clécio de Araújo Ferreira (2006, p. 75):

- (18) O passar do tempo levou consigo diversas **coisas**, e uma delas é *a tranquilidade de poder desfrutar em seu próprio lar o aconchego caloroso da família*. (FERREIRA, C.A, 2006, p. 75)

Como é possível observar no exemplo dado acima, nos casos de retomadas por meio da relação hiperonímia/hiponímia – seja a partir de termos genéricos, seja por meio de descrições nominais definidas ou indefinidas –, ocorre uma recategorização do referente. Nesse sentido, a seleção dos termos anafóricos a serem utilizados é de relevância para a construção do sentido, como nos confirma Koch (2004, p. 248):

A retomada, por meio de um hiperônimo, de um objeto-de-discurso previamente introduzido por um hipônimo constitui estratégia referendada pela norma, mantendo um mínimo de estabilidade informacional, já que a anáfora por hiperonímia funciona necessariamente por recorrência a traços lexicais.

Em outras palavras, o hiperônimo contém os traços lexicais do hipônimo. Por essa razão é que, na esteira de Koch (2006a), pode-se afirmar que se tem “um ‘menor grau’ de recategorização, visto que a carga semântica do hiperônimo, ao ser usado anaforicamente, ‘modela-se’ ao antecedente. Ou seja, selecionam-se apenas os traços que convêm à compreensão do referente” (p. 267). É o que se pode verificar no fragmento abaixo, de Queirós (1961):

- (19) [...] **Os cravos** quase lhe caíram naquele gostoso alvoroço em que o peito lhe arfou mais que um mar, e a alma tôda lhe fugiu em tumulto através do olhar com que a devorava [...]. (Linhas 65-67).  
D. Rui abalou, com um fundo suspiro; e, no seu quarto, pôs devotamente ante a imagem da Virgem **as flôres** que não oferecera, na igreja, ao seu altar [...]. (Linhas 82-83).

Utilizam-se também como forma de retomada hipônimos e hiperônimos, as paráfrases anafóricas, que podem ser definicionais ou didáticas. Essas paráfrases, realizadas também por meio de expressões nominais, têm a função de elaborar definições, esclarecer ou especificar um termo não usual, ou até desconhecido pelo leitor. Tem-se a paráfrase definicional quando o termo definido é previamente mencionado e, por meio de uma anáfora, registra-se sua definição. Esse tipo de anáfora geralmente aparece acompanhado de expressões como *um tipo de* e *uma espécie de*. Tem-se, então, o termo técnico mencionado primeiro, e depois se segue sua definição (cf. KOCH; ELIAS, 2006).

Já no caso de uso de paráfrases didáticas, a definição é registrada e depois retomada pela expressão referencial, por meio de um sintagma mais abrangente. Trata-se de um recurso de introdução de vocábulos técnicos de modo mais direto, mais conciso. É o contrário do que acontece com as definicionais: com as didáticas, a definição é apresentada para depois ser introduzido o termo técnico. Veja-se o exemplo utilizado por Koch e Elias (2006, p. 144):

- (20) Entre os conjuntos musicais populares do nordeste brasileiro encontram-se, ainda, as bandas de **pifaros**. É bastante curioso ouvir **esta espécie de flautim militar que produz sons agudos e estridentes**.

Nesse exemplo, a expressão anafórica '*esta espécie de flautim militar que produz sons agudos e estridentes* define o termo técnico *pifaros*, anteriormente introduzido no texto. A vantagem dessa estratégia, segundo as autoras, é que ela permite ao locutor ajustar-se, simultaneamente, às necessidades de dois públicos distintos, permitindo definir um termo ou introduzir um vocábulo técnico da maneira mais direta possível. Segundo Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), a anáfora denominada didática é aquela que apresenta direção inversa à da definicional, ou seja, tem o *definiens* na expressão introdutora, e o *definiendum*, na expressão referencial, como se observa no exemplo abaixo:

- (21) Para orientar as manobras dos aviões, os aeródromos são dotados de **aparelhos** que indicam a direção dos ventos de superfície. As **birutas**, que têm a forma de sacola cônica, são instaladas perpendicularmente à extremidade de um mastro. (KOCH, 2006a, p. 267).

Também é possível a retomada de um antecedente por meio de expressões sinônimas ou quase-sinônimas (parassinonímia). Nesse caso, “a seleção de um sinônimo adequado para fazer a remissão é determinada tanto pelo gênero textual como pela variedade de língua utilizada, ou até mesmo por uma opção estilística do produtor” (KOCH, 2004, p. 246). Muitas vezes, a recuperação por sinonímia se torna difícil, principalmente nos casos em que utilizamos termos científicos que exigem o conhecimento enciclopédico (cf. KOCH, 2004).

- (22) **Os bugios** não precisam de muito espaço e se alimentam de quase tudo que existe na mata: folhas, brotos de árvores, frutinhas. O inverno, porém, é a estação de fartura para estes **símios** e outros animais da floresta, pela abundância de pinhões.

Os bugios, aliás, parecem a todo instante, comprovar as teorias de Charles Darwin.

Nada mais parecido com um lutador de luta livre do que um desses **macacos** batendo no peito e roncando para amedrontar o adversário. (Zero Hora, 17/05/ 1992, p. 4) (KOCH, 2006a, p. 265)

Outra forma de retomada é atualizada pela descrição nominal, que implica uma escolha dentre as propriedades ou qualidades que são capazes de caracterizar o referente. Essa escolha será feita de acordo com cada contexto, em função do que quer dizer o produtor do texto (cf. KOCH, 2006a). Em geral, quando se dá essa ativação, pressupõe-se que o conhecimento é partilhado entre produtor e interlocutor.

- (23) O prefeito é especialmente exigente para liberar novos empreendimentos imobiliários, principalmente quando estão localizados na franja da cidade ou em áreas rurais(...). “O crescimento urbano tem de ser em direção ao centro, ocupando os vazios urbanos e aproveitando a infra-estrutura, não na área rural que deve ser preservada”, repete **o urbanista que entrou no PT em 1981 como militante dos movimentos populares por moradia**. (Quem matou Toninho do PT? In: Caros Amigos 78, setembro de 2003, p. 27). (KOCH, 2006a, p. 269).

A escolha lexical de determinada descrição definida pode ter caráter axiológico, revelando ao leitor/ouvinte informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, o auxiliando na construção do sentido.

As descrições definidas, já mencionadas, podem ser utilizadas para realizar uma sumarização, quando uma expressão resume ou sumariza um conteúdo já apresentado. Esse uso da descrição definida é denominado por Koch (2004) de *anáfora rotuladora*; por Francis (2003), de *rotulação*; Conte (2003) o denomina de *encapsulamento anafórico*<sup>24</sup>; Apothelóz e Chanet (2003) usam o termo *nominalização*; já Cavalcante (2001b) opta por *nomeação*. As nominalizações (assim

---

<sup>24</sup> O encapsulamento se dá por meio de um sintagma nominal ou por pronome demonstrativo. Ele recupera, resume, avalia informações do cotexto sem retomá-las.

como as demais denominações) também são tidas como forma de remissão; ocorrem quando se utiliza um sintagma nominal para se referir a um processo registrado anteriormente como proposição (cf. APOTHÉLOZ, 2003).

Podemos observar o uso da descrição definida no conto de Queirós (1961):

- (24) Ela endereçou sua desonrosa carta a **D. Rui de Cárdenas** [...]. (Linha 245).  
 Bem poderia **esse D. Rui de Cárdenas** desconfiar, não aceder ao convite tão abertamente amoroso, e depois mostrar por toda a Segóvia, rindo e triunfando, aquela carta em que lhe fazia oferta do seu leito e do seu corpo a mulher de Alonso de Lara! Mas não! **o desventurado** correria a Cabril – e para morrer, miseravelmente morrer no negro silêncio da noite, sem padre, nem sacramentos, com a alma encharcada em pecado de amor! (Linhas 269-274).

O uso da descrição definida *o desventurado* reflete o posicionamento do produtor sobre o referente *D. Rui*. Nota-se que Leonor se compadece do homem que ‘a pouco’ não tinha ideia de existir. A expressão em questão encaminha o leitor para esse sentimento, para o entendimento de que Rui realmente é um desventurado, já que, por amor, ele estaria marcado para morrer na cilada, cuja isca era a carta enviada, que, em realidade, o chamava à emboscada armada pelo marido de Leonor.

Quando se trata de anáfora sem retomada de referentes textuais, o referente da expressão nominal utilizada precisa ser construído com base em um elemento ou em um conjunto de elementos presentes no cotexto, “a que se tem denominado *âncora*, ou *gatilho do antecedente*. Para tanto, faz-se necessária a mobilização do contexto sociocognitivo e/ou de aspectos do próprio entorno interacional” (cf. KOCH, 2006a, p. 264).

- (25) Na semana passada, tivemos finalmente uma novidade. Foi a invasão pacífica de um shopping carioca, pela Frente da Luta Popular. Cerca de 130 pessoas, entre punks, estudantes e favelados, entraram naquele, hum,

“templo de consumo”, olharam **as vitrines**, comeram sanduiches de mortadela, declamaram poemas de Pablo Neruda e, bem, foram embora – deixando apreensões e mal-estar no ambiente” (FSP, 09/08/2000, E-10). (KOCH, 2006c, p. 33).

No exemplo utilizado por Koch, o termo *vitrines* está ancorado à expressão *shopping*, tendo entre eles uma relação meronímica, de ingrediência, pois todos os *shoppings* têm *vitrines*.

Dentre os recursos linguísticos que permitem a ativação ancorada – sem a repetição parcial ou total do antecedente –, citam-se as anáforas associativas e as anáforas indiretas.

Anáfora indireta, segundo Koch (2006a), ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, por virtude de algum tipo de relação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação. Vejamos um exemplo retirado de sua obra de 2004:

- (26) Há alguns anos, **as pichações** que passaram a borrar as casas, edifícios e monumentos de São Paulo – e de outras grandes cidades brasileiras – começaram a ganhar características novas. Pode-se questionar se políticas apenas repressivas são a melhor forma de enfrentar o problema- ainda que nesse quesito, elementar, o poder público pareça complacente, já que, conforme a reportagem, **as gangues** se reúnem-se semanalmente com hora e local marcados. Merecem apoio iniciativas que possam, de forma positiva, atrair os pichadores para atividades menos predatórias. (KOCH, 2004, p. 254).

Nessa passagem, temos o termo *pichações*, que serve como gatilho para interpretarmos a descrição definida *as gangues*.

Já as anáforas associativas apresentam noções de ingrediência. Muitas vezes, a anáfora associativa e a anáfora indireta são tomadas como um mesmo

processo de construção textual. Na maioria dos estudos, há controvérsia a respeito desses dois processos.

As anáforas associativas estabelecidas a partir das relações meronímicas são explicadas por Kleiber (2001), para quem o referente anafórico, nesses casos, está subordinado à entidade da expressão antecedente. Há uma relação atributiva com o verbo *ter*: se reescrevermos o enunciado acrescentando o verbo *ter*, a relação meronímica estará comprovada e, assim, teremos a anáfora associativa por ingrediência. Isso acontece no exemplo abaixo, retirado do *corpus* desta pesquisa:

(27) Essa casa, que lhe legara seu tio, arcedíago e mestre em cânones, ficava ao lado e na sombra silenciosa **da igreja de Nossa Senhora do Pilar** [...] (Linhas 5-6).

E todos os domingos comprava **no adro**, a uma ramalheira mourisca, algum ramo de junquinhos, ou cravos, ou rosas singelas, que espalhava, com ternura e cuidado galante, em frente ao **altar** da Senhora. [...] na manhã de maio em que a viu de joelhos ante o altar, numa réstia de sol, aureolada pelos seus cabelos de ouro, com as compridas pestanas pendidas sôbre o Livro de Horas...[...], as rendas negras e os negros cetins que à volta do seu corpo cheio de graça se quebravam, em pregas duras, sôbre **as lajes da capela**, velhas lajes de sepulturas. Quando depois de um momento de enleio e de delicioso pasmo se ajoelhou, foi menos para a Virgem do Pilar, sua divina Madrinha, do que para aquela aparição mortal, de quem não sabia o nome nem a vida... [...]... apanhou o seu sombreiro, desceu levemente **a nave** sonora e no portal se quedou, esperando por ela entre os mendigos lazarentos que se catavam ao sol. Mas, quando ao cabo de um tempo, em que D. Rui sentiu no coração um desusado bater de ansiedade e medo, a Senhora D. Leonor passou e se deteve, molhando os dedos na **pia de mármore de água benta**, os seus olhos, sob o véu descido, não se ergueram para êle, ou tímidos ou desatentos. (Linhas 21-52).

Segundo a orientação do autor, a ingrediência por meio do verbo *ter* estará relacionada a uma ideia de componente *inserido em*. Sendo assim, verifica-se que *igreja* tem *adro*, tem *altar*; *altar* tem *laje*, tem *pia* de água *benta*. As definições definidas *o adro*, *o altar*, *as lajes da capela*, *a nave* e *a pia de mármore de água benta* estabelecem uma relação de meronímia com a expressão *a igreja de Nossa Senhora do Pilar*.

O exemplo abaixo, também retirado do conto *O Defunto*, ilustra outro tipo de relação associativa: quando formamos conjuntos léxicos, certas palavras nos trazem outras à mente, que estão, de alguma maneira, associadas à palavra desencadeadora. Essa questão pode ser vista em (28), trecho retirado de Queirós (1961):

- (28) No ano de 1474, que foi por tôda a Cristandade tão abundante em mercês divinas, reinando em Castela El-rei Henrique IV, veio habitar na **cidade de Segóvia**, onde herdara **moradias e uma horta**, um cavaleiro moço, de muito limpa linhagem e gentil parecer, que se chamava D. Rui de Cárdenas. Essa **casa**, que lhe legara seu tio, arcediágo e mestre em cânones, ficava ao lado e na sombra silenciosa da **igreja** de Nossa Senhora do Pilar; e, em frente, para além do adro, onde cantavam as três bicas de um **chafariz** antigo, era o escuro e gradeado **palácio** de D. Alonso de Lara [...] amava as armas, a caça, os saraus bem galanteados, e mesmo por vêzes uma noite ruidosa de **taverna** com dados e pichéis de vinho. (Linhas 1-14).

Nesse caso, as palavras em destaque relacionam-se pela associação que estabelecem: os termos *moradias e horta, casa, igreja, chafariz, palácio e taverna* podem ser associados ao termo *cidade*. A memória discursiva acionada pelo termo *cidade* traz à mente todos os termos e expressões de lugares e coisas que podem existir numa cidade.

Para Marcuschi (2005), os exemplos citados acima se configurariam como anáforas indiretas. O autor cita o exemplo abaixo como um caso desse tipo de anáfora:

- (29) **A equipe médica** continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo **eles**, o paciente não corre risco de vida. (p. 60).

Nesse caso, a relação estabelecida baseia-se em esquemas cognitivos e modelos mentais que se presume serem conhecidos pelo interlocutor. A forma pronominal *eles* traz, implícito, o referente (*médicos*) instituído pelo termo *equipe*

*médica*. Vê-se, assim, a retomada de forma indireta, pois o pronome *eles* não tem âncora no texto. É possível recuperá-lo relacionando-o à expressão *equipe médica*, pois, segundo Marcuschi (2005), atrelamos a ela um grupo de médicos. Por essa razão, essa relação anafórica é também conhecida como anáfora conceitual<sup>25</sup>.

Já Apothéloz (2003) aponta esse uso pronominal como um caso de anáfora associativa.

O consenso que há quanto à anáfora indireta é que ela apresenta traços de não-correferencialidade, isto é, não há um antecedente explícito no cotexto. A anáfora indireta caracteriza-se, também, por introduzir um novo referente como se este já fosse conhecido. Para essa introdução ser possível, necessita-se de uma âncora que permita uma interpretação satisfatória do anafórico.

Para Cavalcante, Rodrigues e Ciulla (2003), a anáfora indireta também é vista como uma estratégia referencial de associação, sem que haja um referente explícito. Não há, então, uma retomada, mas uma remissão a algum termo já existente e introdução de um referente novo. Este é tido como anáfora indireta.

Tanto Cavalcante, Rodrigues e Ciulla (2003) como Marcuschi (2005) e Koch (2008a) confirmam três tipos de ocorrências de anáforas indiretas: i) com categorização de um referente novo, ii) com recategorização lexical e iii) por meio da anáfora encapsuladora.

O exemplo abaixo ilustra o primeiro tipo:

(30) Chegamos à fazenda abandonada. **O velho casarão** encontrava-se em ruínas. O mato havia invadido por completo **as plantações**. **Os instrumentos agrícolas** estavam jogados **no terreiro**, completamente imprestáveis. Nenhum sinal de vida permitia imaginar a opulência que ali havia imperado em tempos passados. (KOCH, 2008a, p. 104).

---

<sup>25</sup> Considerando o tema desta pesquisa, achamos pertinente citar esse tipo de anáfora. No entanto, ele não ocorre no conto sob análise.

Temos, nesse fragmento, a categorização do referente introduzido no discurso; a expressão nominal utilizada representa o objeto-de-discurso totalmente novo. As retomadas marcadas reconstituem o referente *fazenda*.

- (31) **Ele** era verde, tinha quatro braços e o corpo coberto de escamas; mas o que mais chamava a atenção **no extraterrestre** era a sua paciência. (Luiz Fernando Veríssimo, Fantástico, *Veja*, 14/08/1985, p.21). (KOCH, 2008a, p. 102).

Na recategorização, o termo apresentado é recategorizado. No exemplo acima, o pronome *ele* é renomeado no discurso, direcionando o leitor à identificação do referente. A descrição definida – *o extraterrestre* – modifica o pronome, pois lhe dá identidade.

- (32) Um grupo de cientistas americanos e suíços anunciou na semana passada uma importante descoberta na compreensão dos mecanismos do cérebro. Eles concluíram *o primeiro mapa da rede de neurônios existente no córtex cerebral, região do cérebro responsável pelo raciocínio, planejamento e coordenação das atividades das outras áreas associadas a funções mais especializadas*. Ou seja, os pesquisadores descobriram quais são os caminhos percorridos na transmissão de informações de um neurônio a outro na região que comanda o cérebro.  
 [...] **O estudo** foi publicado na edição online do jornal científico *PloS Biology*.  
 [...] **A conquista** foi obtida a partir do uso (em cinco voluntários) de uma nova tecnologia de exame de imagem batizada de “imagem de espectro difuso”. Trata-se de uma evolução da ressonância magnética que permitiu aos pesquisadores estimar a densidade e a orientação das conexões entre os neurônios. **A eficácia de sua utilização** foi outro motivo de comemoração. Os resultados precisos indicados pelo exame o colocaram como um método com grande potencial para diagnóstico de lesões e doenças neurológicas e psiquiátricas. (ISTO É, no. 2018, Ano 31, 9/07/08, p. 79). (KOCH, 2008a, p. 106).

O encapsulamento se dá por meio de um sintagma nominal ou por pronome demonstrativo. Ele recupera, resume, avalia informações do cotexto sem retomá-las.

A função recategorizadora das anáforas é uma estratégia muito eficaz para se trabalhar com o aluno/leitor, pois as expressões anafóricas não são usadas somente

para apontar um objeto-de-discurso: elas podem também modificá-lo. Ao longo da própria atividade discursiva, então, pode ocorrer a reativação ou a modificação dos referentes por meio de recategorização. Quando usadas para esse fim, as expressões anafóricas assumem função predicativa, pois trazem informação nova; ao mesmo tempo, revelam a posição do produtor do texto em relação ao assunto abordado. Além disso, a inserção de novos sintagmas nominais explicita a avaliação do produtor do texto e acrescenta novos indícios para a construção do(s) sentido(s), confirmando ou afastando determinadas expectativas socialmente construídas para aquela situação de comunicação.

Citam-se como recursos linguísticos usados para a recategorização de objetos-de-discurso anteriormente introduzidos no texto o encapsulamento (sumarização) e a rotulação. Nesses processos, entram em cena as nominalizações, que funcionam como um sintagma resumidor para uma expressão precedente do texto, resumindo informações já mencionadas, encapsulando-as numa expressão nominal. Apothéloz e Chanet (2003) substituem o termo 'nominalização' por 'nomeação', admitindo nomeações por expressão lexical (derivado morfológico do verbo, ou não), pelo sujeito zero (conhecido também como elipse) e por pronomes (sendo o tipo mais comum os demonstrativos).

Tanto Koch (2008a) como Conte (2003) concordam que o encapsulamento é um recurso coesivo resumidor. Ambas afirmam que as nominalizações (definidas ou demonstrativas) são as mais utilizadas nesse processo para registrar as sumarizações.

Cavalcante, Rodrigues e Ciulla (2003), porém, aponta a utilização dos pronomes como forma de resumir fragmentos de textos. Essa perspectiva de análise

é também assumida por Koch (2008a), que exemplifica essa estratégia com o exemplo abaixo:

- (33) Após violenta discussão com Maria, Pedro saiu de casa para espairecer. Ao voltar, encontrou-a caída no banheiro, com um vidro de pílulas na mão. Ele devia tê-lo imaginado. Não era a primeira vez que **isso** acontecia. (KOCH, 2008a, p. 107).

Esse recurso linguístico pode ser observado também no recorte abaixo, extraído do conto *O defunto*, de Eça de Queirós (1961), em que a palavra *tudo* praticamente retoma toda a situação vivida por D. Rui e o defunto:

- (34) – Senhor, muito vos rogo agora que, ao chegar a Segóvia, tudo conteis fielmente a Nossa Senhora do Pilar, vossa madrinha, que dela espero grande mercê para a minha alma, por este serviço que, a seu mandado, vos fez o meu corpo! Então, D. Rui de Cardenas **tudo** compreendeu – e, ajoelhando devotamente sobre o chão de dor e morte, rezou uma longa oração por aquele bom enforcado. (Linhas 707-711).

A anáfora encapsuladora não retoma um referente específico e pontual, mas sim um conteúdo proposicional, que, ao ser encapsulado, ganha o estatuto de objeto-de-discurso e passa a ser um referente (cf. KOCH, 2008a).

Segundo Conte (2003), o encapsulamento anafórico é, antes de tudo, uma categorização dos conteúdos apresentados anteriormente no cotexto. E “essa categorização ocorre por meio de nomes neutros, mas também se dá na avaliação dos estados de coisas por meio de nomes avaliativos” (p. 181). Nesse caso, esses termos avaliativos terão valor axiológico, pois estarão revelando os valores do produtor do texto, por meio das escolhas lexicais que este fizer.

Koch (2008a, p. 67), por sua vez, aponta que, quando se utilizam sintagmas nominais avaliativos, há a “função de orientação argumentativa”, pois, segundo a

autora, tais estruturas “são meios de condução e explicação de pontos de vista do produtor do texto”.

Francis (2003, p. 195) apresenta, também, os rótulos<sup>26</sup> retrospectivos como encapsuladores. Segundo a autora, a anáfora encapsuladora serve para “empacotar uma extensão do discurso”.

(35) O tratamento do diabetes passa por uma grande transformação. Da alçada da endocrinologia, a doença será de agora em diante considerada também uma especialidade da cardiologia. **Essa ampliação** é decorrente da estreita relação entre o diabetes e os distúrbios cardiovasculares (Veja, 16/06/04). (KOCH, 2006b, p. 86).

O rótulo retrospectivo vai nos apresentar uma explanação diferente do que já foi exposto no cotexto, pois já houve a lexicalização. O rótulo retrospectivo, segundo a autora, é apresentado como equivalente à oração ou às orações já registradas no cotexto. E, pela escolha lexical feita para construir o rótulo, também teremos pistas do ponto de vista do produtor sobre o assunto, pois ele estará “empacotando” o que o discurso lexicalizou.

Zavam (2007) concorda tanto com os postulados de Francis (2003) como com os de Conte (2003), e acrescenta que o valor axiológico não está restrito ao termo utilizado com uma “suposta carga avaliativa, mesmo porque, como item que representa uma operação de designação, ele faz parte do léxico, esse ‘instrumento complexo, fundamentalmente polissêmico e consagrado aos fenômenos de parassinonímia’” (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 232). Zavam confirma que a carga avaliativa não está no lexema em si, mas no contexto, e é construída ao longo do discurso.

---

<sup>26</sup> O rótulo é caracterizado por exigir uma realização lexical, ou lexicalização: é um elemento nominal inerentemente não-específico, cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado. Podem ser retrospectivos ou prospectivos (FRANCIS, 2003, p. 192).

De acordo com Koch e Elias (2006), a retomada anafórica é viabilizada por meio de nomes genéricos, que também servem para sumarizar informações já introduzidas, tais como *coisa, pessoa, negócio, criatura e indivíduo*.

- (36) Os problemas urbanos atuais é bastante grave pela falta de infra-estruturas que deixa a desejar para nossos governantes. Temos que nos mobilizar para que esta **questão** seja sanada, a única **maneira** da população agir é nas urnas, com o voto isso sim, dando uma direção melhor para o país retomar o desenvolvimento interno e externo para que os trabalhadores consigam os seus empregos tão sonhados e assim tornando os cidadãos. (FERREIRA, C. A, 2006, p. 75).

No exemplo acima, temos substantivos com valor semântico genérico, que estão encapsulando, ou resumindo, expressões do texto. O termo *questão* está resumindo de modo retrospectivo a descrição definida *os problemas urbanos*, já *maneira* está encapsulando de modo prospectivo a expressão *o voto*. São nomes-núcleo genéricos e inespecíficos, que exigem realização lexical no contexto, “realização que vai constituir uma seleção particular e única dentre uma infinidade de lexicalizações possíveis, efetuada a partir das proposições veiculadoras das informações-suporte” (KOCH, 2006b, p. 36).

Segundo Koch, tais expressões nominais – que, em grande parte, são introduzidas por um demonstrativo – desempenham duas funções textuais importantes: i) rotulam uma parte do contexto que as precede e, com isso, ii) estabelecem um novo referente, que, por sua vez, poderá constituir um tema específico para os enunciados subsequentes.

Observa-se o uso dessa estratégia no segundo parágrafo do conto:

- (37) **Essa casa**, que lhe legara seu tio, arcediogo e mestre em cânones, ficava ao lado e na sombra silenciosa da igreja de Nossa Senhora do Pilar; e, em frente, para além do adro, onde cantavam as três bicas de um chafariz antigo, era o escuro e gradeado palácio de D. Alonso de Lara, fidalgo de grande

riqueza e maneiras sombrias, que já na madureza da sua idade [...]. (Linhas 5-9).

A utilização da expressão nominal *essa casa*, introduzida pelo demonstrativo *essa*, rotula a expressão registrada no primeiro parágrafo *moradias e uma horta* e, ao mesmo tempo, estabelece a expressão *essa casa* como novo referente, pois inicia, então, a descrições da localização da casa de D. Rui.

O processo referencial indireto caracteriza-se por não haver antecedentes explícitos para lhes servirem de âncora no cotexto. E, com exceção dessa afirmativa, tem sido um desafio teórico definir ou chegar a um consenso quanto à referenciação indireta. Vejamos algumas definições.

A anáfora associativa, para Koch (2004; 2006a; 2008a), é um subtipo da anáfora indireta. Efetiva-se por meio de relações meronímicas e metonímicas, como já registrado. Já Marcuschi (2005) tem as relações meronímicas como anáfora indireta, baseada em relações semânticas inscritas nos sintagmas nominais definidos. Para o autor, ocorre, na anáfora indireta, uma ativação de novos referentes, que têm ancoragem no universo textual.

- (38) Uma das mais animadas atrações de Pernambuco é o **trem** do forró. Com saídas em todos os fins de semana de junho, ele liga o Recife à cidade de Cabo de Santo Agostinho, um percurso de 40 quilômetros. Os **vagões**, adaptados, transformam-se em verdadeiros arraias. Bandeirinhas coloridas, fitas e balões dão o tom típico à decoração. Os **bancos**, colocados nas laterais, deixam o centro livre para as quadrilhas. (KOCH, 2006a, p. 270).

As expressões *vagões* e *bancos* são termos considerados ingredientes de *trem*. Os trens geralmente possuem vagões e bancos. A ancoragem é realizada então por meio de uma associação estabelecida com algum elemento dado e nosso conhecimento de mundo. Cavalcante, Rodrigues e Ciulla (2003) assumem também essa perspectiva de análise. Essa ligação indireta é ativada com a apresentação de

um novo referente, que, por meio de uma relação associativa, estabelece vínculo com elementos já citados ou com o contexto sociocognitivo. A ativação ocorre, então, por meio de processos cognitivos e inferenciais.

É a esse tipo de ancoragem que Marcuschi (2005) denomina anáfora indireta. Para o autor, ativadas segundo princípios sociocognitivos, as anáforas indiretas assumem, então, certas características: i) não se vinculam a um elemento na correferencialidade textual, ii) não se vinculam à noção de retomada e iii) surgem em função da introdução de um referente novo no texto. Por isso, as Als (anáforas indiretas) evocam referentes ancorados no cotexto ou no contexto com base em um encadeamento não-linear, mas sociocognitivamente estabelecido.

Segundo Koch (2004), são não-correferenciais as anáforas indiretas. E, de acordo com a autora, ocorrem anáforas indiretas toda vez que um objeto-de-discurso novo é construído e apresenta alguma relação que pode ser estabelecida com algum elemento presente no cotexto ou no contexto sociocognitivo. Essa relação pode ser estabelecida por associação ou por inferenciação. Para Koch, um subtipo dessas anáforas são as anáforas associativas, as que se estabelecem por meio de relações meronímicas, metonímias, e também as anáforas encapsuladoras<sup>27</sup>.

Para Marcuschi (2005), a anáfora indireta é, em sua maioria, constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes que podem ser interpretados sem que se registre explicitamente no texto um antecedente.

Já Machado (2009, p. 66) considera que “as anáforas indiretas, embora apresentem alteração referencial, antes disso, são caracterizadas pela introdução de referentes novos, pois é introduzido um novo elemento, não apontado anteriormente

---

<sup>27</sup> Esse tipo de anáfora não é abordada na análise do conto.

no texto”. Ela não desconsidera a alteração do referente, mas coloca como característica principal da AI (anáfora indireta) como estratégia para se introduzir um elemento novo no texto.

Para Marcuschi (2005, p. 217), as anáforas indiretas apresentam as seguintes características:

- i. São geralmente baseadas em expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente, sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto (como já mencionado);
- ii. Trata-se de uma estratégia do mundo textual de ativação de referentes novos e não de uma reativação de referentes já conhecidos, o que constitui um caso de referenciação implícita;
- iii. Frequentes em todos os gêneros textuais, as anáforas podem ser ativadas por nominalizações;
- iv. Como forma de progressão multilinear e não direta, a anáfora indireta reintroduz aspectos sociocognitivos em interface com a semântica e a pragmática;
- v. São um caso de referência textual, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta de seus interlocutores;
- vi. Não dependem de uma congruência morfossintática.

Segundo Kleiber (2001, p. 324), quatro condições se impõem à identificação das anáforas associativas:

- i. A anáfora associativa consiste na introdução de um referente novo;
- ii. por meio de uma expressão definida;
- iii. por intermédio de uma outra entidade mencionada antes no texto;
- iv. a relação entre a entidade “antecedente” e a entidade nova não é uma associação unicamente discursiva ou contextual, mas levanta um saber a priori ou convencional associado aos lexemas em questão.

A anáfora associativa baseia-se numa relação de não-correferência, expressa pela inexistência de identidade lexical ou semântica com o antecedente, afirmativa unânime em todos os pesquisadores. Ela se revela na relação hiponímica ou meronímica, realizada por meio de substituições lexicais com expressões do mesmo campo semântico. Dentre as características que definem as anáforas associativas, Fátima Silva (1998, p. 254) destaca as seguintes:

- i. copresença de duas expressões: a expressão fonte e a expressão anafórica;
- ii. inscrição num quadro de predicação complexa, na medida em que é composta de, pelo menos, dois predicados, cada um deles atribuídos a um dos elementos da relação;
- iii. manifestação de uma orientação privilegiada de um elemento mais geral relativamente a outro menos geral, que se apresenta pelo fato de a expressão anafórica só poder introduzir informações já disponíveis no termo antecedente;
- iv. intransitividade da anáfora associativa, resultante da impossibilidade de cada objeto dar acesso a outros objetos com a mesma validade;
- v. introdução do novo referente por meio da expressão anafórica, realizada sob a forma do conhecido, nomeadamente pelo recurso ao determinante definido.

A concretização da anáfora associativa fundamenta-se no estabelecimento de uma relação convencional necessária, previamente inscrita no léxico e condicionada pelas representações semânticas ligadas aos referentes ativados por essa relação. Tal processo nos remete a uma construção cognitiva armazenada na memória dos falantes. E a sua recuperação permite categorizar os objetos do mundo extralinguístico por meio da atividade interpretativa fundamentada num conjunto de saberes compartilhados pela comunidade dos falantes (cf. SILVA, 1998).

Para Charolles (1994), a anáfora associativa é essencialmente um fenômeno de discurso, não se baseando necessariamente numa relação criada no próprio discurso pela análise inferencial do locutor; mas o texto é importante, pois o discurso pode validar e até mesmo construir relações associativas diferentes das relações normalmente propostas.

De acordo com Koch (2004; 2006a), conforme já mencionado, as anáforas associativas exploram relações meronímicas, isto é, todas aquelas em que entra a noção de ingrediência, tal como descrita por Lesniewski (1989 apud KOCH, 2006a). Tomam parte desse processo não apenas as associações metonímicas, mas também todas aquelas relações em que um dos elementos pode ser considerado “ingrediente” do outro, conforme se verifica no exemplo abaixo, em que *asa* pode ser considerada ingrediente de *xícara*:

(39) Não pegue a *xícara* amarela. **A asa** está quebrada. (CAVALCANTE, 2005a, p. 63)

O merônimo encontra-se numa relação de dependência interpretativa com outra expressão nominal presente no cotexto, que faz parte de um contexto discursivo. E o relacionamento estabelecido entre esses dois elementos é mediado

por uma associação de natureza lexical. A interpretação desse processo implica uma inferenciação com base nas relações semânticas e nas informações contextuais, bem como no conhecimento partilhado, já que o anafórico não está relacionado explicitamente com seu antecedente, mas pode ser recuperado a partir do contexto. Por isso, esse tipo de associação se denomina anáfora associativa.

Duas são as correntes que abordam as anáforas associativas: uma de sentido restrito, outra, amplo. Na concepção restrita, que é defendida por Kleiber (2001), as associações acontecem por meio de relações estereotípicas, ou seja, a relação entre o antecedente e a informação nova depende de um saber convencional já associado aos lexemas em questão. É praticamente um contrato lexical. Já na concepção ampla, defendida por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), é considerada anáfora associativa toda expressão referencial que põe em jogo operações de raciocínio. Nessa concepção, além dos sintagmas nominais definidos, os indefinidos e os demonstrativos podem estabelecer associações.

Kleiber (2001) aponta quatro classes de anáforas associativas. São elas:

- i. As associativas meronímicas (já mencionadas): o anafórico é subordinado ao antecedente; há a noção de ingrediência (= parte de); e ele prega as associativas atributivas com o verbo *ter*.
- ii. As associativas locativas: as entidades apresentadas têm dependência categoremáticas, pois a existência de uma não se prende à existência da outra; a relação entre parte e todo tem funcionalidade manifestada por uma restrição de localização espacial ou temporal das partes.
- iii. As associativas actanciais: são de natureza semântico-sintática; a actancial preenche um lugar argumentativo junto do predicado

antecedente; a relação está entre um acontecimento e as entidades implicadas nesse evento.

- iv. As associativas funcionais: remetem a uma entidade fonte, anunciando seu executor; não admite o verbo *ter* atributivo.

Didaticamente, seria fácil aplicar em sala de aula essas quatro classes apontadas por Kleiber. Mas o emaranhado ainda está longe de se desfazer.

Haag e Othero (2003) separam as anáforas indiretas das associativas observando as seguintes características: i) ocorre a indireta quando a retomada ocorre por meio de item lexical diferente, mas o objeto referido é o mesmo, como no exemplo: “Eu li *um excelente livro*. *A obra* ainda está comigo”; ii) e a associativa ocorre quando é ativado um novo referente no texto, e a expressão anafórica, então, reativa um referente previamente mencionado, mas o objeto referido não é o mesmo, como no exemplo: “Eu li *um ótimo livro*. *O autor* é um mestre da literatura brasileira”.

Zamponi (2003) e Santos (2009) concordam com o pressuposto de que as anáforas associativas não são representadas apenas pelas descrições nominais definidas, e aceitam as descrições nominais demonstrativas como associativas.

Para desemaranhar esse fio terminológico, e para fins didáticos, pois esta pesquisa servirá de suporte para o ensino de Língua Portuguesa, e considerando que será aplicada numa escola pública de Ensino Fundamental e Médio, doravante utilizaremos as seguintes terminologias:

- i. *anáfora direta*: para toda retomada de referentes com o mesmo item lexical;

- ii. *anáfora associativa*: as retomadas não envolvem o mesmo item lexical. Destas, serão destacados os processos que envolvem meronímias, metonímias e sinonímias.

Verificamos, então, que as anáforas diretas retomam referentes previamente introduzidos. É um processo de reativação de referentes prévios, de acordo com Marcuschi (2005). Já as associativas são caracterizadas pela introdução de elementos novos, porém previsíveis a partir do conteúdo textual.

Essa postura advém do interesse em aproximar essas categorias dos bancos escolares. Reconhecer as teias da terminologia ‘associativa’ leva em conta que o termo ‘indireta’ é utilizado para toda retomada com outro nome, incluindo as sinonímias, meronímias e metonímias, podendo se referir à mesma entidade ou não; e as anáforas encapsuladoras (incluem-se aqui as nominalizações) podem ser retomadas por descrição nominal definida, demonstrativa ou pronominal, resumindo períodos ou partes do texto anteriormente mencionados<sup>28</sup>. Enfim, toda referenciação de caráter indireto será tomada agora como associativa.

O enfoque dado nesse trabalho sobre a sinonímia segue os preceitos de Melo (2008), faz parte dos estudos sobre a organização, a progressão e a continuidade textual. Melo (2008, p. 24) acrescenta que a sinonímia “constrói um sistema de correlações como uma rede” ligando todo o texto.

Essa e as demais formas de referenciação, como se tem argumentado no decorrer deste trabalho, acenam para a importância de se considerar a referenciação como uma estratégia discursiva, uma vez que serve para revelar pontos de vista, adesões, suposições, preconceitos e orientações argumentativas.

---

<sup>28</sup> Conforme já explicitado, esse tipo de anáfora não é abordado na análise do conto.

## **CAPÍTULO III**

### **NO ENREDO DO CONTO**

#### **3.1 ALGUNS ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS**

Este capítulo apresenta breves comentários acerca do gênero conto e de algumas peculiaridades do conto de Eça de Queirós. Para abordarmos a questão do gênero, apoiamo-nos em Bakhtin (1992), Marcuschi (2005; 2007b), Dionísio, Machado e Bezerra (2007). Quanto ao conto, encontramos apoio em Jolles (1976), Bordini e Aguiar (1993), e, no que se refere ao conto lusitano, em Moisés (1974; 1994).

É preciso considerar, inicialmente, que as nossas atividades diárias estão ordenadas por meio de gêneros textuais, os quais direcionam e ordenam cada evento comunicativo. São eles que tornam possíveis nossas relações interpessoais, profissionais, emocionais, artísticas, entre outras. De acordo com Marcuschi (2005, p. 20), “os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais”.

Marcuschi (2008) reitera a afirmativa anterior e ainda acrescenta que é impossível não utilizar um gênero quando nos comunicamos verbalmente. Isso porque, explica ele, toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero. O autor acrescenta, ainda, que dominar um gênero

textual não quer dizer dominar uma forma linguística, mas dominar uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares.

De acordo com o exposto, gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos e definidos por composições funcionais e objetivos enunciativos. São, então, formas que utilizamos para nos comunicar, que não se caracterizam por aspectos formais, mas são situadas por aspectos sociocomunicativos e também funcionais.

No entorno dessa discussão, vale ressaltar a diferença que se estabelece entre tipos textuais e gêneros textuais. Marcuschi (2007b, p. 22-23) esclarece as duas noções:

Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela *natureza linguística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, exposição, descrição, injunção*.

Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

Por todas essas observações, podemos afirmar que os gêneros não são somente entidades formais, mas são entidades comunicativas moldadas de acordo com a função, o propósito, as ações e os conteúdos que precisamos repassar. O trabalho com os gêneros deve levar em conta que a língua é, e sempre foi, um instrumento de poder – usado tanto para se chegar ao poder quanto para criticá-lo. A língua é, portanto, uma ferramenta que o estudante deve dominar.

Considerando essa perspectiva de análise, o que dizer, então, do conto? Segundo Silva (1993, p. 580), qualquer texto literário é produzido como um texto

integrado ou integrável no modo, num gênero ou num sub-gênero. Sendo assim, as práticas dos agentes podem gerar desconstrução e o seu subsequente reordenamento. Para Silva (1993, p. 596), a narratividade é o conhecimento que o homem possui e elabora sobre a realidade. Trata-se de eventos reais ou fictícios que se sucedem no tempo.

Silva (1993, p. 663) ainda esclarece que os “significados plurais do texto são construídos no âmbito de uma cooperação interpretativa que envolve o texto, com as suas peculiares condições de legibilidade com o seu protocolo de leitura implícita ou explícita”.

Para Reis e Lopes (1988, p. 110), as estratégias narrativas

Serão, pois, entendidas como procedimentos de incidência pragmática, acionadas por esse sujeito (fictício) da enunciação que é o *narrador*, procedimentos que, condicionando diretamente a construção da narrativa, se destinam a provocar junto do narratário efeitos precisos.

Segundo os autores, trata-se de efeitos vinculados a imposições periodológicas, e, ressaltaríamos, tomando as palavras dos autores, fazem parte de uma dimensão pragmática da coerência, produzida pela interpretação interativa do leitor.

Quanto ao conto, Jolles (1976) explica que o autor se esforça para narrar um fato ou um incidente de forma tão impressionante de maneira a levar o leitor a sentir-se na presença de um acontecimento real, e ainda entender esse acontecimento, por mais corriqueiro que seja, como algo muito importante.

Jolles (1976, p. 191) conceitua o conto como “uma forma de arte em que se reúnem e podem ser satisfeitas, em conjunto, duas tendências opostas da natureza humana, que são as tendências para o maravilhoso e o amor ao verdadeiro e

natural”. O autor assevera também que o conto por ser uma forma simples, possui uma linguagem aberta, permitindo sempre a renovação.

No que tange ao conto analisado nesta pesquisa, observa-se um diálogo entre a linguagem do ‘ontem’ com a do ‘hoje’. O texto de Eça de Queirós apresenta reflexões ao leitor, pois a utilização do maravilhoso, tão presente no Realismo, leva a uma análise situada no entremeio memória-imaginação, denunciando costumes, ideias e julgamentos.

Tentando distinguir o conto de outros gêneros que dele se aproximam, Moisés (1994, p. 37) apresenta a seguinte caracterização:

[...] o conto é, do prisma de sua história e de sua essência, a matriz da novela e do romance, mas isso não significa que deva poder, necessariamente, transformar-se neles. Como a novela e o romance, é irreversível: jamais deixa de ser conto a narrativa como tal se engendra, e a ele não pode ser reduzido nenhum romance ou novela.

Quanto à linguagem, no conto ela é, geralmente, fluida, aberta, de capacidade de renovação constante. Fazem parte dessa forma a concisão e a brevidade. Dessa forma, o conto apresenta uma linguagem que economiza ao máximo as palavras.

Outro aspecto que merece atenção no conto é o espaço, que, em geral, limita-se ao local que dá dramaticidade à narrativa. O tempo também é um aspecto que acaba sendo reduzido, conforme analisa Moisés (1994, p. 44):

[...] os acontecimentos narrados no conto podem dar-se em curto lapso de tempo: já que não interessam o passado e o futuro, o conflito se passa em horas, ou dias. Se levam anos, de duas uma: 1) ou trata de um embrião de romance ou novela, 2) ou o longo tempo referido aparece na forma de síntese dramática, que envolve, habitualmente, o passado da personagem.

O gênero atual exige uma leitura que descortine não só o que é contado, mas, principalmente, a forma como o fato é contado, a forma como o texto se realiza. Portanto, precisamos recorrer a estratégias que nos propiciem o desenrolar da trama, estratégias que nos auxiliem a percorrer a trajetória narrada pelo autor, lendo o que não foi dito por meio do que está posto.

De acordo com Bordini e Aguiar (1993), a linguagem literária extrai dos processos histórico-político-sociais nela representados uma visão típica da existência humana. O que importa não é somente o fato sobre o qual se escreve, mas as formas de o homem pensar e sentir esse fato, que o identificam com outros homens, de outros tempos e lugares.

Os contos geralmente se atêm a situações rotineiras, anedotas e folclore. Suas personagens são previamente caracterizadas, como se retratadas logo que “entram” na história, situando, assim, o leitor quanto às personagens que vivenciaram a narrativa. E toda a atividade de compreensão e interpretação do leitor se constrói no decorrer da leitura. Unindo o real e o fantástico, o leitor tece seu texto.

Pode-se dizer que a leitura literária oportuniza a reflexão sobre o ser humano e toda sua vivência, deixando o leitor informado sobre circunstâncias de vida e experiências vividas que poderão servir de parâmetro para suas decisões e análises, auxiliando-o a ter mais segurança diante de suas próprias vivências.

Quando trabalhado em sala de aula, o texto literário, além de proporcionar ao aluno uma experiência de viagem no tempo e espaço que somente a Literatura é capaz de oferecer, aumentando assim suas chances de conhecer novas experiências e com elas aprender, possibilita também a ampliação do vocabulário. É o que ocorre, por exemplo, quando o estudante lê um texto que emerge de uma cultura que não a sua.

Para auxiliar nessa viagem, o professor precisa fazer um trabalho anterior à leitura do texto: o estudo do léxico. Dessa forma, não só estará facilitando a compreensão textual, mas estará também contribuindo para a ampliação do vocabulário do aluno. Acredita-se que os horizontes do aluno sempre precisam ser ampliados. Assim, entendemos que o texto não deve ser evitado por retratar uma outra época e uma cultura, pois não se deve privar o aluno do contato com um mundo diferente do seu; aliás, acreditamos que esse contato com outros tempos, outros povos e outras culturas precisa ser incentivado na escola.

Quanto ao conto *O Defunto*, ressalta-se inicialmente que Eça de Queirós é conhecido como o autor que flexibilizou a língua portuguesa, tão rija até então: com seu estilo vivente e nervoso, conseguiu moldá-la, tornando-a leve, esbelta, atrativa enfim. Toda a rica produção de Eça de Queirós pode ser separada em três fases fundamentais, de acordo com Moisés (1981, p. 240):

A primeira fase da carreira queirosiana começa com artigos e crônicas publicados entre 1866 a 1867 na Gazeta de Portugal e postumamente coligidos no volume *Prosas Bárbaras*, e termina em 1875, com a publicação de 'O crime de Padre Amaro'. [...] Inicia a segunda fase com a publicação de 'O crime de Padre Amaro', quando adere às teorias do Realismo a partir de 1871. Coloca-se sob a bandeira da República e da Revolução, e passa a escrever, em coerência com as ideias aceitas, obras de combate às instituições vigentes e de ação e reforma social. A terceira fase corresponde aos anos seguintes da publicação de 'Os Maias'.

De acordo com Moisés (1974; 1981), é na terceira fase que Eça de Queirós alcança maturidade e constrói, então, uma obra de sentido construtivo, fruto da consciência de ter inutilmente lutado contra a burguesia e a instituição 'família'. Na terceira fase, Eça vive um momento de otimismo, de esperança e fé, deixando transparecer em sua obra o culto dos valores da Alma e do Espírito.

Ressalta-se ainda a orientação dada em Carvalho (1983, p. 198):

Toda a significação se dirige para a realidade, que o sujeito que maneja os sinais conhece e faz conhecer a outros. Mas a variedade sem limites do mundo real, - do mundo da *res*, de tudo que suscetível de se tornar objeto de conhecimento -, pode ser cognitivamente apreendida, e logo significativamente manifestada, sob diversas perspectivas, não ilimitadas em número e essência como objetos a captar, mas, pelo contrário, bem limitadas e mais ou menos claramente definidas, de modo a permitir a sua apreensão ordenada e inteligível.

Sendo assim, é de se esperar que a lista de vocábulos que Queirós emprega no conto *O Defunto* represente, em cadeia, uma perspectiva discursiva que dá coesão à trama e ao objetivo de marcar a representação do fantástico. É nessa perspectiva mesmo que se tornam interessantes as relações de referenciação, por exemplo, as apresentadas nos quadros 7 e 8, apresentados no Capítulo IV (vide páginas 84 e 87, respectivamente). Mais especificamente, é possível avaliar traços característicos do conto sob análise considerando-se o processo de retomada. Trata-se de uma das possibilidades de interpretar os sentidos traçados pelo autor.

Para a leitura analítica do conto, partimos do pressuposto apresentado por Maingueneau (1996) de que todo texto, para ser decifrado, exige que o leitor seja cooperativo, que se empenhe em construir todo o universo ficcional. Para tanto, o leitor recorre às dicas encontradas nos textos, fornecidas pelo autor. Isso porque é no texto que os recursos linguísticos se materializam por meio das categorias lexicais, sintáticas, semânticas e estruturais (cf. KLEIMAN, 1992), categorias essas que vão guiando o(s) sentido(s) que o leitor atribui ao texto.

Nesse sentido, o texto é aqui tomado como o ponto de encontro entre escritor e leitor, como o lugar comum onde as ideias e também as intenções entram em contato.

### 3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS TEXTOS QUE COMPÕEM O *CORPUS*

Este capítulo é destinado à descrição dos recortes que constituem o *corpus* de análise desta pesquisa. Os critérios usados para seleção e delimitação do conto tiveram como base a ocorrência das estratégias referenciais estabelecidas por meio das anáforas aqui julgadas, as quais aparecem com certa frequência no conto *O Defunto*, de Eça de Queirós.

Tendo em mente o conto selecionado, nesta parte do trabalho, fazemos sua descrição e, na sequência, apresentamos a análise do processo referencial estabelecido por meio de metonímias, meronímias e sinonímias, julgadas como casos de associações. Essa opção respalda-se no objetivo de tornar esse estudo mais acessível aos alunos, plausível, então, de ser aplicado em sala de aula, conforme já anunciado. Esse objetivo guiou também a separação que fizemos das anáforas em dois grandes grupos: com manutenção do núcleo e sem manutenção do núcleo.

O conto analisado está transcrito no Anexo I e as linhas estão enumeradas para facilitar a identificação das ocorrências e também para agilizar a tessitura do texto da análise. No Anexo 2, disponibilizamos um glossário com alguns vocábulos do conto com o objetivo de facilitar sua leitura.

### 3.3 O CONTO *O DEFUNTO*

De acordo com Pissara (1961), o conto *O defunto* exemplifica uma forma plena de refinamentos e harmonias de expressão, sutilezas de intensidade emocional, finura e originalidade. Nesse conto, o leitor depara-se tanto com personagens com características românticas como com características realistas e idealistas: Queirós brinca com a razão e a emoção, com cenas realistas, mas também com cenas poéticas. Há, ainda, no decorrer do conto, a presença da religiosidade e do sobrenatural, bem como de um humor macabro.

*O defunto* conta a história de D. Rui de Cárdenas, um cavaleiro devoto, que vai à igreja todos os domingos. O protagonista se apaixona por uma senhora casada, D. Leonor, que fica alheia aos sentimentos do moço até ser surpreendida pelos ciúmes do marido, D. Alonso. Não sendo correspondido em seu amor, D. Rui resolve esquecer a linda senhora, objetivo que o leva a evitar as idas à igreja quando lá se encontrava D. Leonor. Mas a aia de D. Leonor conta ao senhor Alonso que um jovem cavaleiro havia rondado sua esposa. O marido, por se considerar traído, trama uma vingança, atraindo D. Rui para uma armadilha, mas este é protegido por Nossa Senhora do Pilar – sua divina madrinha, a quem é muito devoto –, que reanima um enforcado para salvar D. Rui. Certo de ter matado o traidor, D. Alonso, sem encontrar o corpo de D. Rui, descobre que, na verdade, matou um enforcado. Sem entender a tragédia, enlouquece e morre. Com o marido fora de cena, D. Leonor casa-se com D. Rui na Igreja da Divina Madrinha.

Segundo Jardim (2007), o conto sob análise filia-se ao fantástico tradicional. A autora explica que a narrativa se passa no mundo “medieval, com marcações

históricas definidas”, o que é propício para o texto fantástico. Os ingredientes são favoráveis, ambientando a história em

Um tempo distante, misterioso, que provoca enigmas e imagens exóticas. Antecede a aparição do “defunto” (que é o enforcado) a climatização do que tende a romper com a realidade, com o natural. O espaço no qual se desenrola a narrativa é ricamente descrito e cria o ambiente de mistério. (JARDIM, 2007, p. 57).

O trabalho com a dimensão fantástica do espaço, assim entendemos, parece estar presente no processo de retomada, pois enfoca, por vezes, o retrato desse sobrenatural. Para Sant’Anna (2005, p. 61), na

[...] literatura fantástica, o imaginário assume uma forma de realidade ilusória. Ela nega o real é para cobrir o real com o impossível. A noção de tempo nessa narrativa resulta da consciência mítica, na qual não existe lugar para a temporalidade. Passado, presente e futuro eram aspectos de um só tempo: “Era uma vez...” É importante considerar que, no maravilhoso, os elementos sobrenaturais não provocam qualquer reação particular nem nas personagens nem no leitor implícito. Não é uma atitude frente aos acontecimentos contados que caracteriza o maravilhoso, mas a própria natureza desses acontecimentos.

Na análise processada, percebem-se momentos de retomada que servem para pincelar traços desse sobrenatural, de forma pausada, inter-relacionada. Em outros laços de retomada, fica o cuidado com a descrição, com o detalhe, com a sutileza.

Entende-se que essas características podem servir de base para o ensino da narrativa no interior da escola, muito embora o conto em pauta contenha um rol de vocábulos que é estranho ao contexto atual. Mesmo assim, trabalhar com esse conto revela um exercício interessante de aproximação com uma dada cultura, distante, mas com traços que estão muito próximos de gêneros dispersos na mídia

televisiva e com os quais o aluno se identifica. Basta tentarmos estreitar tal distanciamento e motivar a percepção do processo de retomada na narrativa, o qual pode servir de mote para tecer suspense, terror, ou mesmo cenas de ação, estas tão ao gosto dos nossos alunos.

Para melhor visualização do *corpus*, optou-se por apresentar ocorrências por similaridades e ilustrar, por meio de quadros, as retomadas verificadas. Apresentam-se, aqui, portanto, retomadas, ou ativações de objetos-de-discurso ancorados, selecionadas para servir de base a discussões sobre a pertinência de sua abordagem em contextos de ensino.

Ressalta-se que uma ativação ancorada ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido sob o modo do dado, “em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação” (KOCH, 2006b, p. 33). Em especial, este estudo direciona-se a casos de anáforas atualizadas por meio de meronímias, metonímias e sinonímias, ocorrências essas acompanhadas por vezes de adjetivações.

Para alcançar os objetivos estipulados para esta pesquisa, optou-se por denominar de **referente** a primeira aparição de determinado objeto-de-discurso e de **retomada** as retomadas analisadas. Dessa forma, mesmo que se trate de termos ancorados, atrelados a algum tipo de associação com elementos já apresentados no texto, o termo **retomada** servirá de vala comum para as ocorrências analisadas. Nesse sentido, no decorrer da análise, não são discriminados os conceitos de anáfora indireta e anáfora associativa, conforme alguns teóricos (KLEIBER, 2001; ZAMPONI, 2003; APHOTÉLOZ E CHANET, 2003; KOCH, 2008a, 2008B; CONTE, 2003; HAAG E OTHERO, 2003; SANTOS, 2009; MARCUSCHI, 2005;

CAVALCANTE, 2005a, 2005b), distinção que julgamos bastante pertinente, porém muito específica para ser aplicada ao ensino.

Esse procedimento norteia os comentários expressos a partir de quadros apresentados a seguir, nos quais se expressam redes de retomadas. Selecionaram-se 17 casos de retomada, julgados suficientes para ilustração da pesquisa realizada. Ressaltamos que foram destacadas retomadas que expressam as relações dadas pelas expressões que compõem os quadros, os quais servem para mapear o exercício de construção da narrativa posta por Queirós.

Como os quadros revelam ocorrências de retomada por meronímias, metonímias e sinonímias e como algumas expressões carregam o que Silva (2008) denomina de ‘modificação adjetival’, as análises processadas pautam-se na consideração de que o rótulo ‘associação’ serve para generalizar o fato da não-correferencialidade, ou mesmo manutenção do núcleo, do material sob análise.

Entendemos que a meronímia se realiza como expressão para demarcar ingrediência com seu antecedente. Todos os autores consultados concordam que a meronímia registra uma estratégia de relação indireta<sup>29</sup>. Quanto à metonímia, aqui é considerada um mecanismo cognitivo de associação de conceitos. Koch e Marcuschi (2002) reiterem-se, também, a uma estratégia de relação indireta. Para Basílio (2007, p. 11), esse recurso linguístico “ocorre quando uma expressão que normalmente designa uma entidade é usada para designar uma outra entidade, por associação.” Já a sinonímia, seguindo-se a abordagem de Koch e Marcuschi (2002), é considerada um processo de referenciação inferida, responsável por estabelecer uma recategorização do referente.

---

<sup>29</sup> Entende-se por relação indireta a retomada por meio de associações que não retomam um elemento pontual do texto. As meronímias, para Koch (2003, 2004, 2008), são consideradas anáforas associativas; já Marcuschi (2005) as considera uma forma de anáfora indireta. Optamos pela abordagem de Koch para as relações meronímicas apresentadas.

Com bases nesses princípios norteadores da disposição do *corpus*, apresentamos retomadas tendo como enfoque essas três estratégias. Ressaltamos que nos quadros 1 a 9 encontram-se ocorrências de meronímias. Nos quadros 10 a 13, as ocorrências registradas são de metonímias. E, finalmente, nos quadros 14 a 17, registram-se ocorrências de sinonímias. Por vezes, a adjetivação se apresenta como guia do processo narrativo, em vários quadros acima descritos. No Quadro 1, apresentamos as retomadas relativas ao referente *a cidade de Segóvia*<sup>30</sup>.

1	<i>a cidade de Segóvia</i> <sup>31</sup>	l. 2 <sup>32</sup>
1.1	Moradias	l. 3
1.2	uma horta	l. 3
1.3	a igreja de Nossa Senhora do Pilar	l. 6
1.4	as três bicas de um chafariz antigo	l. 7
1.5	o escuro e gradeado palácio de D. Alonso de Lara	l. 7-8
1.6	o mosteiro franciscano	l. 363/364
1.7	um arco <sup>33</sup>	l. 404
1.8	o convento de São Domingos	l. 414
1.9	alguns casebres de oleiros	l. 420
1.10	Lojas	l. 783

Quadro 1 – Retomadas de *a cidade de Segóvia*

<sup>30</sup> Optamos por adaptar as expressões citadas nos quadros às normas ortográficas atuais.

<sup>31</sup> Ressalta-se, mais uma vez, que, nesta pesquisa, toda introdução de novo objeto-de-discurso receberá a denominação de *referente*, enquanto as retomadas serão referidas pelo termo *retomadas*, pois consideramos que, didaticamente, são termos mais acessíveis para se trabalhar em sala de aula.

<sup>32</sup> Nessa coluna, estão indicadas as linhas em que as expressões citadas se encontram no conto.

<sup>33</sup> A introdução do referente *um arco* é retomado nas linhas 409 e 415: *velho arco* e *o arco*, respectivamente.

As retomadas apresentadas no Quadro 1 apontam para a ingrediência de *a cidade de Segóvia*, o que é compatível com descrições de partes de um local. Quando se introduz o objeto-de-discurso *a cidade de Segóvia*, pode-se manusear o prosseguimento da narrativa por meio de citação de locais, cenários, paisagens, ou seja, itens que podem ser explorados pelo autor. Os itens lexicais *moradias*, *a Igreja de N. Sra. Do Pillar*, *as três bicas de um chafariz*, *o escuro e gradeado palácio de D. Alonso de Lara* e *alguns casebres de oleiros* são recuperados pelo leitor, que precisa interpretar cada item a partir do referente *a cidade de Segóvia*. Tendo no conto a marca forte da religiosidade, não surpreende ao leitor a existência de um convento e um mosteiro na cidade. Em cada entrada acima citada, há uma retomada por meronímia, pois, de acordo com Kleiber (2001), a meronímia é orientada pelo verbo “ter”, o que garante uma estratégia de descrição do espaço em que se desenvolve todo o conto.

No início do segundo parágrafo, na expressão *essa casa*, há uma projeção catafórica, de tal forma que a descrição da casa da personagem principal vai sendo construída ao longo do conto. Tal descrição pode ser verificada no Quadro 2.

2	<i>essa casa</i> <sup>34</sup>	l. 5
2.1	seu quarto	l. 82
2.2	o fresco pátio da sua casa	l. 325
2.3	um banco de pedra	l. 326
2.4	As escadas de pedra	l. 341
2.5	o seu aposento	l. 341
2.6	a gelosia	l. 342

<sup>34</sup> O termo *essa casa* reforça a ideia de ingrediência dos termos retomados e também apresenta indícios de anáfora dêitica, de acordo com Cavalcante (2005b), mas não será explorado nesta análise.

2.7	a cavalaria	l. 360
2.8	o soalho	l. 361
2.9	a escada	l. 400
2.10	as janelas	l. 761

Quadro 2 – Retomadas de *essa casa*

A introdução do referente, no quadro 2, ocorre por meio de uma descrição demonstrativa, *essa casa*. Essa descrição, que pertence ao cenário maior – *a cidade de Segóvia* –, é agora apresentada e reconstruída pelas retomadas acima citadas, específicas desse objeto-de-discurso.

Observe-se como, no decorrer do conto, o narrador vai guiando o leitor para a descrição da personagem D. Rui. Não há características específicas dos ambientes e dos espaços da casa, mas se consegue notar qual é o porte da casa. O item lexical *essa casa* é recuperado em cada uma das retomadas apresentados no quadro 2, pois cada menção desencadeia na memória do leitor *a casa* da personagem. A vinculação de *as janelas, o seu aposento, seu quarto, as escadas de pedra, um banco de pedra, o fresco pátio da casa, o soalho, a gelosia e a cavalaria* estabelece-se em uma relação de inclusão, já que qualquer casa pode ter esses itens presentes em sua descrição.

A religiosidade está marcada em todo o texto, e noções como as de milagre rendem trajetos da narrativa muito propícios ao contexto histórico do conto. Essa relação com a religião inicia-se com o objeto-de-discurso *a Igreja de Nossa Senhora do Pilar*, e a descrição desse objeto-de-discurso acontece ao longo do texto, como se pode observar no quadro 3.

3	<i>a Igreja de Nossa Senhora do Pilar</i>	l. 6
3.1	o altar da Senhora	l. 23
3.2	As lajes da capela	l. 41
3.3	a nave sonora	l. 47
3.4	a pia de mármore de água benta	l. 51
3.5	o adro	l. 54
3.6	Os sinos	l. 63
3.7	a porta	l. 74
3.8	o portal da senhora	l. 105
3.9	As torres da igreja	l. 378
3.10	As ogivas da velha igreja	l. 843

Quadro 3 – Retomadas de *a Igreja de Nossa Senhora do Pilar*

Quando se menciona no conto que a casa da personagem principal é próxima à igreja e que a personagem é um devoto de Nossa Senhora do Pilar, o leitor já prevê a rede léxico-semântica que vai sendo construída no decorrer da narrativa. Ao se introduzirem as descrições definidas *o altar da Senhora, a nave sonora, a pia de mármore de água benta, os sinos, o adro, o portal de Senhora, a porta*, observa-se conexão entre esses itens, até mesmo *as ogivas da velha igreja* onde revoavam os pássaros leva o leitor a traçar uma relação com o referente em questão. Cada um dos itens apresentados no quadro 3 são objetos novos que não foram explicitamente mencionados anteriormente, mas que estabelecem rede léxico - semântica com a âncora *a Igreja de Nossa Senhora do Pilar*, referente introduzido na linha 6 do conto e recuperado muitas vezes ao longo do conto.

A repetição desse referente por meio do núcleo *igreja* aparece pela primeira vez linha 24, mas essa retomada está modificada pelo adjetivo *venerada*, o qual vem

precedido pelo demonstrativo *esta – esta venerada igreja –*, como se o narrador estivesse chamando a atenção do leitor para um detalhe importante para a narrativa que se desenrola.

Outra estratégia utilizada no conto para retomar o referente *a igreja de Nossa Senhora do Pilar* é o processo metonímico. Registra-se esse recurso quando o narrador, ao invés de dizer que o personagem *visitava a igreja* ou *ia até a igreja*, ou, ainda, *ia fazer suas orações na igreja*, relata que o personagem *visitava Nossa Senhora do Pilar*, enfatizando assim a devoção da personagem à Santa<sup>35</sup>.

As descrições de locais são um mote do processo de descrição no interior do conto, principalmente quando se relata a *herdade de Cabril*, uma quinta da família De Lara. Por ser esse vocábulo desconhecido<sup>36</sup> do aluno/leitor, optamos por apresentar seu significado no corpo do trabalho, uma vez que se trata de um referente que desencadeará as associações presentes no quarto quadro, apresentado abaixo, no qual são apresentadas as retomadas criadas para descrever o local em que ocorrem os acontecimentos mais dramáticos do conto *O defunto*. De acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1996) e, também, com o dicionário *online* Priberam (PT), o termo 'herdade' é uma quinta, uma grande propriedade rústica geralmente composta de montado (azinhal – terreno plantado de azinheiras [= carvalho] – ou sobral – mata de sobreiro [= cortiça], árvore de onde se extrai a cortiça) e terras de sementeira; enfim, uma propriedade rural típica portuguesa, com terras de sementeira, montados e casa de habitação.

Partindo desse conhecimento, o referente *herdade* recebe os itens lexicais apresentados no quadro 4.

---

<sup>35</sup> Essa ocorrência foi registrada três vezes no decorrer da narrativa (linhas 35, 155 e 834).

<sup>36</sup> Os outros vocábulos que possivelmente o aluno/leitor estranharia estão explicados no Anexo 2, conforme já explicitamos.

4	<i>a sua herdade de Cabril</i>	l. 175
4.1	seus viçosos pomares	l. 184
4.2	Os jardins	l. 184
4.3	As janelas dos seus aposentos claros	l. 185
4.4	um viveiro de pássaros	l. 186
4.5	compridas ruas de loureiro e teixo	l. 186
4.6	sussurros de águas correntes	l. 191
4.7	o seu quarto	l. 200
4.8	a porta do jardim	l. 233
4.9	o tanque	l. 234
4.10	o terraço	l. 234
4.11	uma escada	l. 234
4.12	nas lajes do corredor	l. 247/248
4.13	Os muros da quinta	l. 300
4.14	aquela vasta casa aberta	l. 312
4.15	quatro degraus de pedra	l. 591
4.16	um balcão de pedra	l. 595
4.17	o balcão	l. 598
4.18	o rebordo da varanda	l. 622

Quadro 4 – Retomadas de *a sua herdade de Cabril*<sup>37</sup>

O objeto-de-discurso *a sua herdade de Cabril* é mencionado como novo referente, acionado diante da fuga planejada por D. Alonso. Entende-se, então, que Cabril fica em uma região mais afastada, o que pode ser constatado, nas descrições

<sup>37</sup> Cabril é o local onde a família de Lara tem uma casa de campo, ou casa de férias. De acordo com o dicionário, trata-se de uma “grande propriedade rústica geralmente composta de montado e terras de sementeira; quinta =s. f.1. Terreno de sementeira com horta e árvores, murado ou cercado de sebes, e que tem geralmente casa de habitação. 2. Casa de campo. (cf. dicionário *online* PRIBERAM).

utilizadas, por meio das expressões *seus viçosos pomares, os jardins, um viveiro de pássaros, compridas ruas de loureiro e teixos, o terraço, sussurros de águas correntes, o tanque*. Também a residência de Cabril é descrita com detalhes quando se aponta que *a casa é vasta* e se utilizam as descrições definidas para apresentar os cômodos e outras dependências da propriedade: *o seu quarto, o rebordo da varanda, o terraço, o tanque, as lajes do corredor*. Utilizam-se, também, descrições indefinidas: *uma escada, um balcão, um viveiro de pássaros*. Por ser Cabril o local onde a história alcança seu ponto máximo, seu clímax, projetam-se pormenores nas descrições. Observamos, nessa descrição, um cuidado com os detalhes do ambiente, que repassam não somente a visualização de Cabril, mas também o nível de tensão do conto, conforme se pode observar no recorte abaixo:

- (40) Fôra um grande contentamento para D. Leonor, que gostava de Cabril, dos seus viçosos pomares, dos jardins, para onde abriam, rasgadamente e sem grades, as janelas dos seus aposentos claros: aí ao menos tinha largo ar, pleno sol, e alegretes a regar, um viveiro de pássaros, e tão compridas ruas de loureiro e teixo, que eram quase a liberdade. (Linhas 183-187).

Destaca-se aqui o item 4.2, *os jardins*, cujo sentido atrela-se a uma descrição mais detalhada do local, já que nele o defunto assume a condição de D. Rui. A atenção especial dada a esse local se explicita por meio das retomadas presentes no quadro 5.

5	<i>jardins (de Cabril)</i> <sup>38</sup>	l. 184
5.1	Alegretes	l. 186
5.2	aromas esparsos nos rosais em flor	l. 191

<sup>38</sup> As retomadas referentes aos jardins de Cabril são estabelecidas por um léxico que não faz parte do cotidiano do aluno de Ensino Médio, por essa razão, encontra-se um glossário no Anexo 2, já referido neste trabalho.

5.3	canteiros de flores bem recortados	l. 593
5.4	orlados de buxo curto	l. 594
5.5	uma tira de goivos e cecéns	l. 740

Quadro 5 – Retomadas de *jardins de Cabril*

Por meio das descrições nominais apresentadas, que funcionam como elementos de ingrediência de *jardim*, recria-se o jardim da propriedade. Essa estratégia posta em cena pelo narrador permite ao leitor formar a imagem de um lugar bem cuidado. Para detalhar tais descrições, optamos por retirar do texto alguns trechos para ilustração de tais cuidados:

- (41) Diante dêles quatro degraus de pedra subiam a um terraço, onde a claridade era larga e livre. Agachados, treparam os degraus – e ao fundo dum jardim sem árvores, todo em **canteiros de flôres bem recortados, orlados de buxo curto**, avistaram um lado da casa batido pela Lua-cheia. (Linhas 591-594).  
 [...] **os goivos direitos, frescos, sem uma haste ou fôlha vergada.** (Linhas 745-746)

Resgatando-se a religiosidade, sempre constante no conto, há uma passagem que descreve a saída de D. Rui da cidade. À espera de uma noite de amor, o protagonista foi encontrar-se com sua amada. Nesse momento, lembra-se de que, naquele dia, não foi à Igreja rezar para sua Protetora Divina. Então, ao ver *um retábulo* para seu cavalo, desce para rezar aos pés da Santa.

A seguir, apresentamos o referente *um retábulo* e suas formas de retomada no conto.

6	<i>um retábulo</i> <sup>39</sup>	l. 409
---	----------------------------------	--------

<sup>39</sup> Retábulo = Painel ou quadro de altar, pequena gruta com imagens (dicionário *online* PRIBERAM).

6.1	uma imagem da Virgem	l. 409/410
6.1.1	o rosto da Senhora	l. 412
6.1.2	a Virgem das sete espadas	l. 417

Quadro 6 – Retomadas de *um retábulo*

O referente é introduzido por descrição indefinida, a qual já conduz o leitor às possíveis conexões lexicais que podem ser estabelecidas no texto, já que todo retábulo tem uma imagem religiosa. Ao mencionar *uma imagem da Virgem*, cria-se uma associação entre essa expressão e o referente *retábulo*.

Das descrições analisadas, a mais intrigante em todo o conto é a referente ao *palácio dos De Lara*, cujos itens estão elencados no quadro 7.

7	o escuro e gradeado <i>palácio de D. Alonso de Lara</i>	l. 8
7.1	o gradeado solar de granito negro	l. 32
7.2	um fundo de jardim verde-negro	l. 33
7.3	tão altos muros	l. 33/34
7.4	na sombria arcada, de grossos pilares	l. 56
7.5	uma esguia porta recoberta de ferragens	l. 57
7.6	os pilares da escura arcada	l. 64
7.7	as grades das gelosias	l. 88
7.8	sua janela	l. 123
7.9	os negros ferrolhos das portas	l. 158/159
7.10	o lajedo da galeria	l. 172
7.11	a porta do pomar	l. 754
7.12	sua câmara	l. 760

7.13	a escadaria de pedra	l. 800
7.14	a antecâmara	l. 801

Quadro 7 – Retomadas de *o palácio de D. Alonso de Lara*

A introdução do referente *o palácio de D. Alonso de Lara* vem acompanhada de dois adjetivos: *escuro e gradeado*, o que nos remete à imagem de um lugar sombrio e de cárcere. Além do momento de introdução do referente, praticamente todas as retomadas estão marcadas por adjetivos que nos levam a essa imagem. A primeira recuperação desse objeto é feita por meio da expressão *o gradeado solar de granito negro*; junto com essa retomada, há a confirmação da ideia de que o castelo realmente é uma clausura para D. Leonor. O trecho abaixo, retirado do conto, comprova essa interpretação:

- (42) Numa esperança, a que antevia bem o desengano, começou a rondar **os muros altos** do jardim – ou embuçado numa capa, com o ombro contra uma esquina, lentas horas se quedava contemplando **as grades das gelosias, negras e grossas como as dum cárcere**. (Linhas 86-89).

Com os comentários apresentados, percebe-se que as escolhas lexicais retratam uma espécie de cárcere para D. Leonor, o que é confirmado pelo narrador, e mais uma vez podemos verificar essa interpretação com um excerto do texto:

- (43) [...] atravessou vagarosamente o adro, pedra por pedra, gozando decerto, **como encarcerada**, o desafogado ar e o livre sol que o inundavam. E foi um espanto para D. Rui quando ela penetrou na sombria arcada, de grossos pilares, sôbre que assentava o palácio, e desapareceu por uma esguia porta recoberta de ferragens. (Linhas 53-57).

Percebe-se que os vocábulos escolhidos pelo produtor do texto confirmam a clausura de D. Leonor, que vive reclusa no ambiente sombrio, e sugerem uma

mensagem relativa a um contexto que é inacessível. Dessa forma, observa-se que os adjetivos não somente atribuem propriedades aos nomes, mas também revelam a forma como o autor elabora os momentos de tensão ou mesmo de suspense.

Diante dos possíveis sentidos que as adjetivações acarretam, tem-se uma dada estratégia que direciona o leitor para as conclusões possíveis. Silva e Ferreira (2008), que trabalham a questão das anáforas modificadas por adjetivos, apresentam um estudo que julgamos adequado para a análise de algumas retomadas apresentadas no texto. Um quadro classificatório dos adjetivos modificadores que acompanham as anáforas proposto por Demonte (1999 apud SILVA; FERREIRA, 2008), sugere, segundo pensamos, aspectos qualificativos e relacionais (ambos expressam propriedade), e também intencionais (modificam a intenção dos nomes) e eventivos (modificam o evento) dos adjetivos utilizados para modificar as retomadas. Relacionamos alguns exemplos utilizados por Silva e Ferreira (2008) para demonstrar o uso dos adjetivos:

- (44) - Aí, é verdade. Por sinal que você depois lhe disse que foi **o gato**.  
 – E, coitado, foi ele o que pagou. Levou uma sova mestra! **O pobre bichano** não podia imaginar por quê. [<http://linguateca.di.uminho.pt/pipermail/cvs/2006-July/000862.html>] (SILVA; FERREIRA, 2008, p. 787)

Observa-se, no exemplo acima, a retomada por sinonímia – *gato, bichano* –, na qual o núcleo do sintagma aparece modificado por um adjetivo registrado em posição pré-nominal que, em posição anafórica, é do tipo intencional.

Outro exemplo mostrado pelas autoras elenca meronímias, como observa-se abaixo:

- (45) Actualmente, **o castelo** é um museu. [...] **Na sala barroca**, que agora é a biblioteca, pode-se admirar uma magnífica tapeçaria gobelina de 1660; *a sala de jantar* está ornamentada com porcelanas reais dinamarquesas; **a sala**

**vermelha** está decorada com pinturas norueguesas o período nacional romântico e mostra a grandiosidade da natureza circunstante; **a sala amarela** está decorada com móveis de acaju. [...] As iniciativas que dão vida ao castelo são variadas e numerosas. **A antiga cozinha** e *a sala de serviço* mostram as condições de vida e de trabalho dos criados; doces caseiros são servidos *na sala do chá*. [http://www.costacruzinhos.com.pt] (SILVA; FERREIRA, 2008, p. 790)

De acordo com as autoras, no exemplo, os três primeiros adjetivos estão posicionados depois do nome. *Barroca* é um adjetivo relacional; *amarela* e *vermelha* são qualificativos de cor. E o adjetivo *antiga* pode ser intencional ou qualificativo. Será qualificativo se entendermos *antiga* por velha, por ter muitos anos. E será intencional se interpretarmos *antiga* como cozinha que não está sendo utilizada mais como uma cozinha (cf. SILVA; FERREIRA, 2008).

As autoras comentam que o adjetivo é uma categoria gramatical que pode modificar objetos, atribuindo a eles propriedades “que auxiliam para a sua definição, identificação e classificação, como é o caso dos relativos e relacionais” (p. 786). Silva e Ferreira (2008) ainda assevera que essa função de modificar os objetos não é realizada da mesma maneira por todos os tipos de adjetivos. Segundo elas, “os adverbiais não atribuem propriedades: uns modificam o conceito ou intenção, outros modificam o evento” (p. 786). Essa análise leva Silva e Ferreira (2008) a dizer que trata-se de “uma definição baseada essencialmente em critérios semânticos, segundo o significado intrínseco dos adjetivos” (p. 786).

Muitas das retomadas do referente *o palácio dos de Lara* aparecem com modificação adjetival, como podemos verificar abaixo:

8	<i>O escuro e gradeado palácio</i>	l. 7/8
8.1	um fundo de jardim verde-negro	l. 33
8.2	aquela negra porta	l. 60

8.3	a sombria arcada de grossos pilares	l. 56
8.4	uma esguia porta recoberta de ferragens	l. 57
8.5	os pilares da escura arcada	l. 64
8.6	os muros altos do jardim	l. 86/87
8.7	os negros ferrolhos das portas	l. 158/159

Quadro 8 – Retomadas de *o palácio dos De Lara*

Os adjetivos utilizados, relacionados com o palácio, atribuem o tom predileto do conto fantástico. Percebe-se que se configuram noções como as de clausura, de ambiente sombrio, de lugar inacessível, reveladas pelas expressões *uma esguia porta recoberta de ferragens*, *aquela negra porta*, *os negros ferrolhos das portas*, que surgem diante do tema ‘desconfiança da traição’.

Na descrição de *o Cêrro dos Enforcados*, quadro 9, também podemos observar associações:

9	<i>o Cerro dos Enforcados</i>	l. 339
9.1	esse sítio de tristeza e pavor	l. 369/370
9.2	seus quatro pilares de pedra	l. 370
9.3	os pilares negros	l. 444
9.4	os madeiros negros	l. 444
9.5	os estribos	l. 445
9.6	quatro grossas traves	l. 449
9.7	quatro enforcados negros e rígidos	l. 449

Quadro 9 – Retomadas do referente *o Cêrro dos Enforcados*

A introdução do referente *o Cêrro dos Enforcados*, como podemos observar, gera associações com *os pilares negros, os madeiros negros, quatro grossas traves e quatro enforcados negros e rígidos*, expressões que se tornam previsíveis como aparatos de força.

Como já mencionado, além das retomadas por meronímias modificadas por adjetivos, ou não, temos também as retomadas utilizando a metonímia. De acordo com Koch (2004), as relações metonímicas também são utilizadas nas anáforas associativas, já que representam um mecanismo cognitivo de associação. Tem-se metonímia quando uma entidade é utilizada em lugar de outra, promovendo relações de inclusão e de implicação. Esse recurso consiste no emprego de um termo por outro, dada a relação de semelhança ou a possibilidade de associação entre eles. Segundo Platão e Fiorin (1999, p. 160), a metonímia é a

[...] alteração do sentido de uma palavra ou expressão pelo acréscimo de um significado segundo a um significado primeiro, quando entre ambos existe uma relação de contiguidade, de inclusão, de implicação, de interdependência.

As retomadas apresentadas nos quadros 10 e 11 são atualizadas por meio de metonímias:

10	<i>um punhal</i>	l. 216
10.1	aquele ferro que luzia	l. 221

Quadro 10 – Retomadas de *um punhal*

11	uma lâmina de <i>adaga</i> faísca	l. 625
11.1	a adaga	l. 640

11.2	aquela rija adaga	l. 727
11.3	um ferro	l. 738

Quadro 11 – Retomada de *adaga*

A retomada dos termos *um punhal e uma adaga* ocorre por meio de uma relação metonímica, já que se utiliza não a repetição, mas a descrição da matéria da qual é feita o objeto – *aquele ferro, um ferro*. A utilização da metonímia nesse trecho tem o objetivo de narrar uma cena mais dramática. Não era um simples punhal, mas *aquele ferro* que D. Alonso utiliza para ameaçar sua esposa.

A metonímia também foi utilizada na descrição do momento em que D. Alonso ameaça a esposa e pede para ela escrever uma carta, conforme nos mostra o quadro 12:

12	<i>D. Leonor</i>	l. 200
12.1	os seus dedos finos	l. 210
12.2	a sua mão	l. 308/309

Quadro 12 – Retomadas de *D. Leonor*

Na narrativa, a expressão *os dedos finos* representam uma forma de descrever a fragilidade da personagem, conforme pode ser verificado na transcrição abaixo:

- (46) [...] e os seus dedos finos, com muita aplicação, para que a letra fôsse esmerada e clara, traçaram a primeira linha curta que o Senhor de Lara ditara [...]. (Linhas 210-211).

Nesse trecho, a utilização da parte pelo todo serve para ressaltar traços que são caros ao realismo. Roman Jakobson (1974), em seus estudos referentes à metonímia, via nessa figura a marca efetiva da literatura realista, enquanto a metáfora caracterizava com maior eficácia a literatura romântica. De acordo com Jakobson, as relações de contiguidade promovem “digressões metonímicas, indo da intriga à atmosfera e das personagens ao quadro espaço-temporal” (p. 56). Nesse embalo, estão presentes pormenores sinedóquicos, conforme análise do autor.

Também é utilizada a mesma relação de parte-todo quando se menciona que a mão de D. Alonso foi *certeira* e estava *faminta de vingança*, o que rende uma espécie de personificação, ou mesmo como se fosse um recuo de câmera, com enfoque no ato em si.

- (47) [...] Rebuscou então cada rua, cada sombra, cada maciço de arbustos. E – maravilhoso caso! – não descobria o corpo, nem pegadas, nem terra que houvesse sido remexida, nem sequer rasto de sangue sobre a terra! E, todavia, **com mão certa e faminta de vingança**, três vezes êle lhe embebera a adaga no peito, e no peito lha deixara! [...]. (Linhas 729-733).

A metonímia representa uma estratégia que garante uma proximidade com detalhes, os quais podem ser trabalhados com propriedade por meio da adjetivação, conforme se pode verificar no quadro 13, que apresenta descrições de D. Leonor, apresentadas no texto quando D. Rui recorda-se de sua amada:

13	<i>D. Leonor</i> <sup>40</sup>	l. 24
13.1	aqueles olhos distraídos	l. 388
13.2	aqueles braços fechados	l. 388

<sup>40</sup> A primeira introdução da personagem se dá na linha 9, com a descrição indefinida *uma menina*. Optou-se por manter *D. Leonor* como referente no quadro 16, por ser essa expressão utilizada ao longo do conto para retomar a personagem.

13.3	com o corpo	l. 388/389
13.4	com a alma	l. 389

Quadro 13 – Retomadas de *D. Leonor*

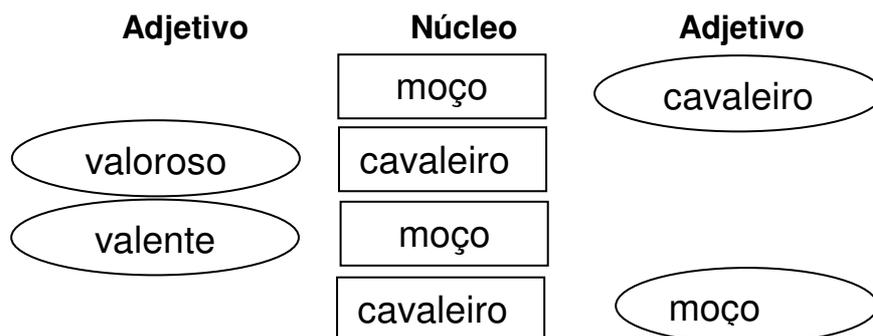
Outra forma de lidar com os detalhes pode se dar por meio de sinonímias, as quais, no conto analisado, aparecem, na maioria das vezes, adjetivadas, como podemos observar nas retomadas de *D. Rui*, conforme explicitado no quadro 14.

14	um cavaleiro moço	l. 3
14.1	D. Rui de Cárdenas	l. 4
14.2	devoto e fiel servidor	l. 12
14.3	O moço cavaleiro	l. 70
14.4	aquele moço	l. 79
14.5	cavaleiro muito discreto	l. 113
14.6	um moço audaz, de gentil parecer	l. 120
14.7	novo morador nas velhas casas do arcedíago	l. 120/121
14.8	daquele moço galante	l. 125
14.9	o impudente sobrinho do cônego	l. 127
14.10	destro enganador	l. 152
14.11	O desabrido fidalgo	l. 152/153
14.12	um homem	l. 256
14.13	moço decerto bem nascido	l. 256
14.14	O moço desventuroso	l. 266/267
14.15	O pobre, e doce, e inocente moço	l. 294/295
14.16	O moço temerário	l. 306
14.17	O valente moço	l. 379/380

14.18	aquele gentil cavaleiro	l. 405
14.19	O valoroso cavaleiro	l. 575
14.20	o bom cavaleiro	l. 660
14.21	um cavaleiro moço	l. 773

Quadro 14 – Retomadas de *D. Rui de Cádernas*

Observamos, portanto, na referência a *D. Rui*, o acionamento de dois fenômenos que interagem na caracterização da personagem: a sinonímia e a adjetivação. Outra peculiaridade desse quadro refere-se à existência de uma rede de retomadas composta por subredes. A forma como Queirós lida com esse organismo em rede gera usos interessantes relativos à adjetivação, inclusive atinentes à mobilidade dos adjetivos e mesmo à mudança de tom a partir do qual o vocábulo assume o núcleo da expressão seguinte. A título de exemplo, observe-se a rede posta para o vocábulo “moço”.



A maestria com que Queirós lida com a língua é explicitada no decorrer de toda a narrativa e comprovada nas retomadas expostas no quadro 14. A construção e reconstrução que é feita do referente *um cavaleiro moço*, por exemplo, referindo-se a *D. Rui*, projeta uma imagem positiva da personagem, pois os adjetivos

utilizados para qualificar *D. Rui* levam o leitor a criar boas expectativas em relação a essa personagem. Trata-se de uma estratégia interessante a ser ensinada ao aluno, pois garante a verificação de uma das possibilidades de construção de sentido(s) em nossa língua, inclusive envolvendo a mobilidade sintática.

Já nas retomadas da personagem de *D. Alonso* foram utilizados adjetivos que, na maioria das vezes, levam o leitor a atribuir à personagem uma imagem negativa, já que são negativos os sentidos acionados, como podemos verificar abaixo:

15	<i>D. Alonso de Lara</i>	l. 8
15.1	fidalgo de grande riqueza e maneiras sombrias	l. 8/9
15.2	o senhor D. Alonso	l. 27
15.3	o senhor de Lara	l. 120
15.4	o ciumento fidalgo	l. 123
15.5	D. Alonso	l. 137
15.6	tão enrugado e taciturno seu marido e senhor	l. 188/189
15.7	o marido	l. 241
15.8	o homem sombrio	l. 244
15.9	um negro vulto	l. 624
15.10	uma furiosa voz	l. 624/625
15.11	o nobre senhor de Lara	l. 816/817

Quadro 15 – Retomadas de *D. Alonso de Lara*

Como demonstra o esquema acima, ao serem acionados adjetivos para descrever *D. Alonso*, optou-se pelos qualificativos, os quais são empregados, na

maioria das vezes, no sentido de guiar o leitor para a não receptividade da personagem.

Já os adjetivos envolvidos nas retomadas atreladas à descrição de *D. Leonor* servem para ressaltar traços positivos da personagem, que rendem ao leitor certa simpatia:

16	uma menina falada em Castela	l. 9/10
16.1	D. Leonor	l. 24
16.2	a tão falada e formosa mulher do senhor de Lara	l. 24/25
16.3	aquela aparição mortal	l. 44
16.4	a linda e nobre Senhora de Lara	l. 58
16.5	tão fria e desumana aquela mulher	l. 84/85
16.6	única entre as mulheres	l. 85
16.7	a airosa senhora	l. 124
16.8	a senhora D. Leonor	l. 135
16.9	aquela pureza	l. 138
16.10	aqueles cabelos cor de sol-claro	l. 138
16.11	aquele colo de garça real	l. 138
16.12	herdeira de todos os bens da casa de Lara	l. 828/829

Quadro 16– Retomadas de *uma menina falada em Castela*

Notamos, no quadro 16, que as retomadas de *D. Leonor* envolveram qualidades negativas uma única vez, com o uso de *fria e desumana*. Tais adjetivos foram usados por D. Rui num momento de desabafo, ao sentir-se rejeitado por Leonor.

Muitas são as estratégias de retomada utilizadas ao longo do conto, sendo as mais frequentes aquelas em que não há repetição do referente. A introdução de um

novo referente por repetição lexical na retomada aconteceu uma vez no texto, quando foi apresentada a personagem do enforcado.

Na preparação para a entrada da personagem do enforcado, tem-se a expressão *quatro enforcados negros e rígidos*.

17	quatro enforcados negros e rígidos	l. 449
17.1	uma voz	l. 456
17.2	a voz	l. 463
17.3	um desses enforcados	l. 468
17.4	os quatro corpos suspensos	l. 476/477
17.5	homens enforcados	l. 478
17.6	aquele que voltava as costas à lua cheia	l. 479
17.7	Eu	l. 482
17.8	Dele	l. 483
17.9	a face	l. 483
17.10	as longas e negras melenas pendentes	l. 484
17.11	as mãos soltas e desamarradas	l. 485
17.12	os pés nus	l. 485
17.13	o corpo	l. 492
17.14	uma face morta	l. 494
17.15	uma caveira com a pele muito colada	l. 495
17.16	o homem	l. 501
17.17	O enforcado	l. 504
17.18	uma traça formidável do demônio	l. 514/515
17.19	esse homem	l. 521
17.20	o pavoroso companheiro	l. 523
17.21	um cadáver reanimado por Deus	l. 534

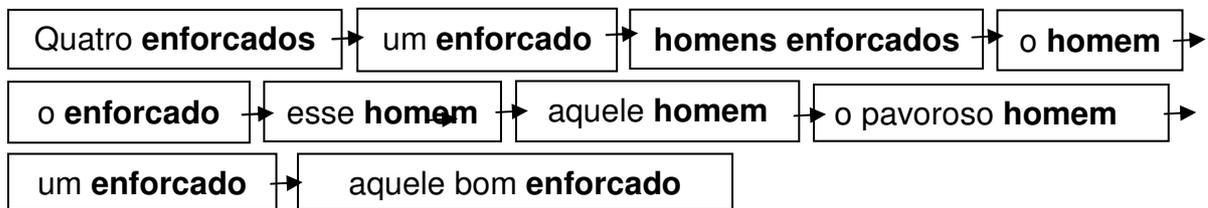
17.22	medonho companheiro	l. 535
17.23	um supliciado	l. 538
17.24	tal intruso	l. 556
17.25	aquele companheiro imposto por Deus	l. 568
17.26	o sinistro homem	l. 590
17.27	tal criatura	l. 604
17.28	a mão do enforcado	l. 607
17.29	aquele homem	l. 614
17.30	o pavoroso homem	l. 641
17.31	daquele corpo morto	l. 646
17.32	tão fúnebre companheiro	l. 652/653
17.33	bom serviçal	l. 663/664
17.34	um enforcado natural	l. 693
17.35	a voz do morto	l. 696
17.36	seu sinistro e miraculoso companheiro	l. 700
17.37	a face pendida sob as melenas caídas	l. 701
17.38	os pés inteiriçados	l. 701
17.39	todo puído e carcomido como uma velha carcaça	l. 701/702
17.40	o meu corpo	l. 709
17.41	aquele bom enforcado	l. 711

Quadro 17 – Retomadas da personagem *o enforcado*

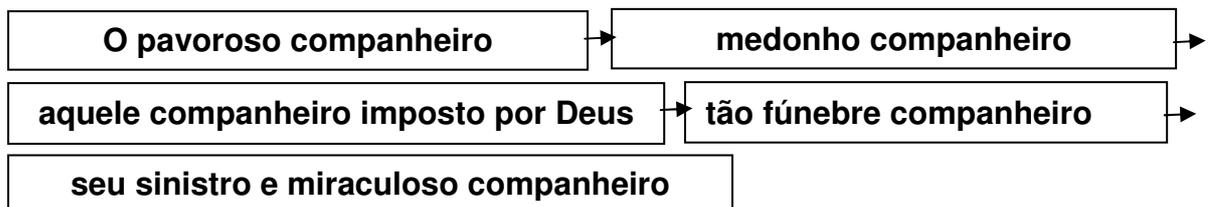
Com a expressão *uma voz*, então, há a introdução da personagem referenciada por vezes como “enforcado”, que é retomada ao longo do texto de diversas formas, tanto a retomada por pronominalização como por descrição nominal. Os adjetivos utilizados vão guiando o leitor durante a interpretação do texto. Os primeiros adjetivos postos em cena para a caracterização da personagem geram

uma sensação funesta, o que, no decorrer da narrativa, vai sendo modificado, pois se observam sinais de proteção, o que cria certa simpatia e delinea um caminho em direção à adesão do leitor.

Percebe-se, nesse quadro, o exercício da refocalização de referente por retomada do mesmo núcleo. Na apresentação da personagem em foco observam-se, mais uma vez, subredes de retomadas que guiam o aluno/leitor em sua interpretação. Registramos uma teia para melhor visualizar essa questão:



O núcleo *companheiro* também é modificado no decorrer do texto por vários adjetivos, como demonstra a teia abaixo:



Os comentários imediatamente acima apresentados servem como simples observação do que seria possível trabalhar com os quadros assim mapeados, o que pretendemos desenvolver para dar sequência a este trabalho.

Como se pode verificar na análise aqui exposta, no conto selecionado, Eça de Queirós usa com maestria todas as ferramentas da língua e, com muita presteza, as anáforas associativas, recorrendo a meronímias e metonímias, bem como a sinonímias e, ainda, a adjetivações.

Utilizando a estratégia da meronímia, o autor apresentou com detalhes as descrições dos lugares, dos ambientes onde ocorre a história. O autor guia seu leitor por meio dos adjetivos utilizados para pormenorizar o espaço do conto. Já a metonímia é observada na descrição tanto de objetos como de personagens. Essa estratégia apresenta-se, muitas vezes, acompanhada por adjetivos cuja função é recategorizar a expressão antecedente.

A apresentação das personagens, ao longo do conto, está marcada pela sinonímia, o que ocorre nas retomadas com a recategorização do antecedente e também com a repetição do nome-núcleo da expressão nominal, como observado nos quadros referente às personagens.

O objetivo, aqui, é refletir sobre formas de se conduzir a análise linguística por meio da referenciação, tendo em mira a proposta de auxiliar tanto o professor como o aluno em sala de aula. O aluno poderá vislumbrar formas de narrativas e descrições, e também ficará atento às estratégias discursivas que poderá utilizar em seu texto, podendo servir-se dessas análises para repensar seus intentos de escritor. Pretende-se que se aperceba da forma, da estética, da coesão e da coerência, uma vez que Eça mostra com detalhes exemplos de como construir a narrativa com diferentes tipos de retomadas. Além de explicitar essa estratégia linguística como uma forma de guiar a interpretação do texto, como na construção das personagens, por exemplo, o professor pode chamar a atenção para o fato de

as retomadas feitas por Eça de Queirós evitarem a simples repetição, traço tão comum no texto do aluno.

Por meio das escolhas lexicais, as ideias do produtor do texto podem ser medidas, e esse dispositivo de observação pode ser tomado pelo professor em suas orientações sobre o processo de leitura, já que se trata de recursos utilizados para a produção do texto narrativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui proposta mostra que a noção de texto não se limita a uma simples soma de informações. O texto abarca todo um sistema de instruções lançadas para que sejam feitas de forma conjunta a construção do significado, a interpretação e a compreensão da mensagem. Por meio da associação das palavras escolhidas, cria-se o tema geral do conto.

Como se observou, a referência permite acrescentar informações novas ao texto, ancorando-as em informações dadas, já conhecidas. Os referentes, tomados como objetos-de-discurso, são evolutivos, e os usuários da língua podem lançar mão de vários recursos para elaborar e fazer evoluir esses referentes.

Nesta investigação, entende-se que a referenciação é um processo que se realiza no discurso, e depende da ação colaborativa do produtor e do receptor do texto; não se pode dizer, então, que o leitor encontra, no texto, o referente de um anafórico. O referente faz parte do modelo mental que o leitor é capaz de construir a partir de sua interação com o texto, baseando-se em seu conhecimento de mundo. O leitor trabalha com operações de níveis de complexidade e constrói um referente lidando com os vários fatores que se impõem sobre o processamento. A dificuldade ou a facilidade que o leitor tiver com as expressões anafóricas dependerá das estratégias utilizadas por ele no momento da leitura. Essa é uma habilidade que só se desenvolverá como resultado de sua experiência com a leitura.

A interpretação da anáfora indireta, por exemplo, depende de fatores cognitivo-discursivos, os quais entram em cena para contribuir na elaboração de um contexto relevante para a interpretação. Assim, é possível aos interlocutores

estabelecer relações de continuidade referencial com ou sem retomada de referentes.

A construção dos referentes, como atividade discursiva, decorre da ação de sujeitos em interação, que trabalham de forma colaborativa. E os objetos-de-discurso, como são entidades construídas ao longo da interação discursiva, podem sofrer alterações.

A retomada, então, não só estabelece a coesão textual, mas imprime, ao mesmo tempo, o sentido que o produtor quer dar ao texto. Essa estratégia deve ser apontada para o aluno/leitor, que pode utilizá-la em suas produções textuais quando tiver a intenção de evidenciar sua posição, seus valores, suas crenças e/ou seu ponto de vista sobre o assunto que está redigindo, o que faz por meio de escolhas lexicais.

Para Koch (2003), no esquema de ativação e reativação de referentes em um texto, os elementos textuais que já existem podem ser modificados ou expandidos. Segundo a autora, durante todo o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa, atualizada por meio de acréscimo sucessivo e contínuo de novas informações e/ou avaliações acerca do referente. São esses acréscimos – explícitos ou implícitos – que vão colaborar para a progressão referencial.

Mondada e Dubois (2003) asseveram que há certa instabilidade nas relações entre a linguagem e o mundo, mas reconhecem haver processos que buscam a estabilização dos referentes. Os processos de estabilização de referentes comentados pelas autoras são os protótipos (ou estereótipos), as anáforas e as técnicas de inscrição relacionadas à escrita, à impressão e à visualização.

Segundo as pesquisadoras, a criação de protótipos auxilia as interpretações que fazemos do mundo. “A nomeação do protótipo torna possível seu compartilhamento entre muitos indivíduos por meio da comunicação linguística, e ele se torna, na verdade, um objeto socialmente distribuído, estabilizado no meio de um grupo de sujeitos” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 42). As anáforas, por sua vez, seriam responsáveis por uma estabilização *ad hoc*, uma vez que podem ter a função de “focalizar uma denominação particular, excluindo para isso outras possibilidades, mesmo se elas estiverem potencialmente no texto” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 43).

Portanto, o sujeito não cria a sua realidade do nada, mediante seus desejos (cf. MARCUSCHI, 2005; CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003). Nesse sentido, devemos levar em conta, em primeiro lugar, que o objeto-de-discurso é uma construção que se estabelece no mundo real comum, já que ele resulta de uma elaboração do real, ainda que não seja igual ao objeto-de-mundo. Isso dá a entender que a sua construção está sujeita a restrições concretas, dentre as quais estão as atividades socioculturais e, também, o contexto imediato de interação. Em segundo lugar, é necessário considerar que o objetivo do componente cognitivo, acionado na produção e no processamento dos referentes textuais, não está restrito aos conhecimentos individuais, imutáveis e independentes que um sujeito possa ter, mas diz respeito à forma como esse conhecimento é arquivado, processado e ativado frente a situações sociais (cf. CAVALCANTE; RODRIGUES; CIULLA, 2003).

Muitas são as sugestões oferecidas por diversos autores para auxiliar o leitor no processo de interpretação e de resolução de anáforas. Mas todos podem ser agrupados em dois grandes conjuntos: i) as teorias que são relacionadas ao texto, as quais postulam que é nele e nas unidades linguísticas concretas que o leitor deve

se basear para uma melhor compreensão; ii) e as centralizadas no leitor, que postulam que seu conhecimento de mundo, sua experiência em leitura, sua cultura e suas crenças são as ferramentas que o auxiliam na compreensão do texto. Na verdade, a união desses dois blocos resultará em um trabalho bem mais completo quanto à compreensão e interpretação textual.

Quanto aos contos de Eça de Queirós, é preciso esclarecer que apresentam um estilo claro, breve e envolvente, e têm o mérito de representarem uma faceta da cultura lusitana. Essa característica rende ocorrências significativas de anáforas, por meio das quais se organiza certo recorte da realidade e se cria um estereótipo voltado para o homem cristão, que lida com as tarefas diárias, respeitando suas crenças, mostrando sua religiosidade. Ou, ainda, descrevem-se situações que promovem a reanálise de atitudes, com relevância para a falta de caráter e religiosidade, e a noção de destino marcada por tal relevância. Em geral, o narrador do conto prende o leitor em sua trama e consegue despertar nele emoções, principalmente diante da forma como a verossimilhança é construída no texto.

Quanto à polêmica, abordada na introdução desta pesquisa, sobre o ensino de Língua Portuguesa, muito se tem discutido e pesquisado. Questiona-se sobre como ensinar essa disciplina, o que enfatizar e o que não é adequado abordar em sala de aula. Muitos estudiosos acreditam que a gramática deveria ser ensinada por meio de textos, os quais deveriam constituir, portanto, o ponto de partida para o ensino. No interior dessa discussão se posicionam as correntes que criticam o uso do texto como “pretexto” para o ensino de gramática.

Ainda hoje, não se chegou a uma conclusão sobre qual seria a melhor maneira de ensinar a língua materna, mas todos os estudiosos da questão têm o mesmo olhar quanto ao produto final do ensino: formar cidadãos letrados, que

saibam utilizar a língua nos vários momentos de comunicação, e instrumentalizá-los para que produzam e compreendam textos. E a Linguística Textual pode nos ser de grande valia nessa empreitada.

Acreditamos que, por meio desta pesquisa, possamos contribuir para o ensino da leitura e da produção de texto, haja vista a importância do processo de retomada na constituição dessas duas habilidades. Portanto, é nesse sentido que segue a preocupação de se lidar com conceitos como anáfora associativa e indireta, noções que são flutuantes no âmbito da ciência linguística, o que força um trabalho aplicado a opções que garantam uma melhor operação conceitual, a qual deve ser assimilada pelo docente de Língua Portuguesa.

Acreditamos que a abordagem da referenciação em sala de aula auxilia na edificação de alunos/leitores/autores mais proficientes. Ou seja, a coesão textual firma-se não somente como um rótulo que representa a argamassa do texto, mas serve também como insumo para o processo interpretativo. A coesão referencial realizada por anáforas associativas, por tratar-se de um recurso que auxilia de forma decisiva para a realização da interpretação, tinge o texto literário de pistas relativas às características peculiares ao texto, o que precisa ser sistematizado para ser ensinado.

Trabalhar o texto literário é propiciar ao aluno variações textuais em seu repertório de leitura, pois aprimora a capacidade crítica do educando. O conto sob análise requer o que Penna (2006) explica como uma relação entre o produtor e receptor do texto, a qual precisa de sintonia, de deslocamento ao mesmo contexto sócio-cognitivo para reconhecimento das pistas deixadas no texto. Também comunga dessa ideia Salomão (1999), que diz que

[...] interpretar é representar, no sentido dramático de representação. [...] fazer sentido (ou interpretar) é necessariamente uma operação social na medida em que o sujeito nunca constrói o sentido-em-si, mas sempre para alguém (ainda que este alguém seja si mesmo). Construir sentido [...] implica em assumir determinada perspectiva sobre uma cena, perspectiva que é também mutável no próprio curso da encenação. (SALOMÃO, 1999, p. 71).

Nota-se que interpretar não é uma tarefa fácil, tema que tem sido objeto de vários estudos. Muitos modelos psicológicos existem com o intuito de decifrar as operações mentais envolvidas no processo de compreensão e também mostrar como os sujeitos constroem representações coerentes e organizadas do discurso a partir de informações que extraem do nível morfológico, sintático, semântico cognitivo e fonológico. Modelo é definido por Van Dijk (1992) como esquemas recursivos de categorias prototípicas de situação. Assim, o leitor, ao ler, cria expectativas sobre o que lê, formula modelos com o que já possui na memória e vai associando o que já está armazenado com o que está sendo processado no momento da leitura. E para executar o processo, o leitor deve observar as pistas oferecidas pelo texto para, a partir delas, construir e reformular os modelos mentais.

Essas pistas são demonstradas por meio dos elementos linguísticos ou dos elementos coesivos que orientam o leitor na seleção das possibilidades que darão coerência ao texto. A organização, então, do texto, de sua superfície, é o ponto de partida para que se processem as significações nele presentes, e a cada situação de interação os significados são construídos na interação discursiva dos interlocutores. Tem-se, aí, a tessitura do texto, as instruções linguísticas apresentadas pelo léxico relacionam-se com as informações já adquiridas, com as vivências, as crenças e o conhecimento construído sócio-culturalmente.

De acordo com Cafiero (2002) , a organização do texto é uma rede que vai se construindo em conjunto, tanto o produtor como o leitor tem suas parcelas a cumprir.

Cada palavra introduzida serve de base para que o contexto seja reorganizado e novas direções sejam buscadas. É por isso que se pode dizer que a rede associativa que se vai tecendo é sempre parcial e transitória. Na organização do texto, o escritor é aquele que apenas propõe vias de acesso, sinaliza possibilidades, enquanto o leitor é aquele que se desloca seguindo alguns caminhos, desprezando outros. Ao mesmo tempo, aproveitando-se de algumas marcas deixadas, que indicam como avançar, retroceder, relacionar, juntar, ampliar, pode ir desenhando seu próprio percurso. Esse caminho não será formado de linhas retas, mas terá caráter reticular, pois em sua construção estarão intervindo, o tempo todo, elementos de múltiplos sistemas (lingüístico, situacional, cultural, de conhecimentos anteriores, crenças) que, no instante anterior, não faziam parte dele, mas que, no instante seguinte, formam suporte para novo traçado, nova configuração. (CAFIERO, 2002, p. 58)

Todo esse processo é assim sintetizado por Koch (2006d, p. 85):

a progressão textual se dá com base no já dito, no que será dito e no que é sugerido, que se codeterminam progressivamente. Essa codeterminação progressiva estabelece as condições da textualização que, em consequência, vão se alterando progressivamente.

Essa continuidade textual mostra, então, a organização do texto e auxilia no estabelecimento de sua coerência e na promoção da coesão.

De acordo com Apothelóz (2003), os níveis de continuidade que estabelecem fatores de coesão num texto são muitos. Dentre eles, está a continuidade referencial, continuidade lógica e argumentativa, da significação revelada pela escolha lexical estabelecida.

Nesse processo dinâmico de (re)construção do real, ao mesmo tempo em que constrói aquilo a que faz remissão, o discurso, então, elabora uma representação que funciona como uma memória compartilhada, que é acionada pelo próprio discurso.

A interpretação de uma expressão anafórica, nominal ou pronominal, consiste não em localizar um segmento linguístico (antecedente) ou

um objeto específico no mundo, mas em estabelecer uma relação com algum tipo de informação presente na memória discursiva. (Koch, 2004, p. 59).

Nesse sentido, organizam-se relações entre referentes, por meio de anáforas, e isso não se limita à superfície linguística, mas envolve também fatores cognitivo-discursivos e mobiliza a memória discursiva compartilhada entre os parceiros da comunicação.

De acordo com Antunes (2007), devemos promover um ensino que vá muito além da gramática. Para alcançar níveis satisfatórios de competência comunicativa, o usuário precisa saber o que dizer, como dizer, que pontos selecionar, o que focalizar etc. Para tanto, precisa conhecer os recursos lexicais e gramaticais que a língua oferece para a expressão de suas intenções, avaliações e valores. O simples conhecimento de sinônimos não o torna apto para a leitura e a produção de texto. Isso porque o falante/escritor deve saber que postura pode/deve assumir perante o que dizer. Nesse complexo processo, a escolha lexical que fizer será de suma importância para a compreensão do texto, para a atribuição de sentido(s) a ele.

É por isso que entendemos que o aluno/leitor não pode deixar de saber que os recursos de coesão garantem a continuidade de seu texto, e que a correta seleção desses recursos requer conhecimento enciclopédico e linguístico para que as conexões no texto sejam estabelecidas conforme suas intenções de produtor de texto.

Antunes (2007) assegura que saber somente a gramática não é condição suficiente para se chegar à proficiência em uma língua; é necessário, também, o conhecimento de mundo, o conhecimento das regras de textualização e, ainda, o conhecimento das normas sociais de uso da língua. O domínio exclusivo da gramática, então, não garante a competência de nosso aluno/leitor. E o professor de

Língua Portuguesa precisa estar consciente desse fato e empenhar-se no estudo/ensino do léxico da língua, o qual contempla, dentre outros aspectos linguísticos, as sinonímias e as metonímias.

No que tange a essa discussão, Antunes (2007, p. 65) entende que

Esse estudo pode contemplar as interrelações internas, de uma palavra com outras – relações de sinonímias - e interrelações externas, das palavras com as coisas, os eventos, os fatos, os valores culturais que povoam os mundos em que vivemos. Podemos explorar ainda o sentido metonímico de uma palavra, de uma expressão [...].

O professor precisa se livrar dos direcionamentos postos nas Gramáticas Tradicionais que teimam, por exemplo, em lidar com a metonímia como se esta fosse unicamente uma figura de linguagem, quando tantos textos nos mostram outras opções de uso. Fiorin (2008), por exemplo, defende que a metonímia é um procedimento discursivo, pois “só na combinatória sintagmática ela é construída e percebida” (p. 75). O autor acrescenta que a metonímia pode ter a “dimensão de uma palavra, de uma frase, de um texto” (p. 75) e que o trabalho com esse recurso linguístico não pode se reduzir à análise de palavras isoladas, pois a conotação observada nessa estratégia está muito além de um simples tópico estilístico.

A abordagem da sinonímia feita pela gramática normativa também precisa ser repensada, uma vez que esta se constitui um referencial teórico que, em grande medida, ainda está presente no ensino de línguas. O fragmento abaixo mostra como, de forma geral, os exercícios têm sido propostos por esse tipo de gramática:

Reescreva as frases, substituindo as palavras em destaque por sinônimos:

- a) Há alguns **assomos** de corrupção no congresso.
- b) Ele tem ideias muito **arrojadas** para o seu tempo.
- c) Fiz o serviço com **capricho**.

d) Você não tomou uma atitude inteligente, você tomou uma atitude **cavalgar**. [...]. (SACCONI, s/d, p. 368).

Esse exercício mostra que os sinônimos são estudados como se fosse simplesmente uma classe de palavras que precisa ser classificada. Não há direcionamento de usos; a atividade apresenta frases soltas, descontextualizadas, e o exercício cumpre o único objetivo de reescrita de frases substituindo o substantivo destacado.

Muito além de uma simples forma de substituição, a sinonímia é aqui entendida como uma estratégia interessante a ser ensinada ao aluno, pois, como já mencionamos, garante a verificação das possibilidades de construção de sentido(s), possíveis em nossa língua, com a mobilidade sintática.

Diante do exposto, adotamos a orientação dada por Antunes (2007, p.156) de que o professor de Português precisa ser um eterno aprendiz e “precisa ser alguém que dispõe de tempo para estudar”, pois sua tarefa “não se reduz apenas a ‘transmitir’ conteúdos selecionados [...]”, mas se estende à produção de conhecimento. Além disso, a autora entende que o professor deve ser “alguém vivo [...] crente, esperançoso e amante”, pois está presente e faz a diferença na formação de cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Muito além da Gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Maria José. Construction de la référence et stratégies de désignation. **TRANEL** – Travaux Neuchâtelois de Linguistique, n. 23: Du syntagme nominal aux objets-de-discours, p. 227-271, 1995.

\_\_\_\_\_. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_; CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

BAKHTIN, Michail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. [Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi]. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBOSA, Jacqueline Peixoto. Do professor suposto pelos PCNs ao professor real de língua portuguesa: são os PCNs praticáveis? In: ROJO, R. (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula**: praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado das Letras, 2000, p. 149-182.

BASÍLIO, Margarida. O papel da metonímia nos processos de formação de palavras: um estudo dos verbos denominais em português. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n. 2, p. 9-21, jul./dez. 2007.

BERRENDONNER, Alain. Note sur La contre-inférence. Cahiers de Linguistique Française, n. 7, p. 259-277, 1986. In: KOCH, Ingedore. **Linguagem e cognição**: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. Disponível em: <<http://www.revistaveredas.ufjf.br/volumes/10/cap02.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira. **Literatura**: a formação do leitor: alternativas metodológicas. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa/ Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAFIERO, Delaine. **A construção da continuidade temática por crianças e adultos: compreensão de descrições definidas e de anáforas associativas**. Campinas, 2002. Tese de doutorado. Instituto dos Estudos da Linguagem da Unicamp. 2002.

CARVALHO, José G. Herculano de. **Teoria da linguagem, natureza do fenômeno e análise das línguas**. 6ed. v.I. Coimbra: Coimbra editora limitada, 1983.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Anáforas indiretas e relações lexicais. **Revista Gelne** (UFC), Fortaleza, v. 4, n. 1/2, p. 61-64, 2005a.

\_\_\_\_\_. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, I.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005b.

\_\_\_\_\_. Expressões Referenciais: uma proposta classificatória. In: CAVALCANTE, M. M; BRITO, M. A. P. (Orgs). **Gêneros Textuais e Referenciação**. Fortaleza, Protexoto/UFC, 2004a.

\_\_\_\_\_. O processo de recategorização sob diferentes parâmetros. In: CAVALCANTE, M. M; BRITO, M. A. P. (Orgs). **Gêneros Textuais e Referenciação**. Fortaleza, Protexoto/UFC, 2004b.

\_\_\_\_\_. Expressões Rotuladoras. **Revista Gelne** (UFC), Fortaleza, v. 3, n.1, 2001a.

\_\_\_\_\_. Subtipos de nomeação. In: Reunião Anual da SBPC, 53, 2001, Salvador. **Anais**. Salvador: UFBA, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Expressões indiciais em contexto de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos**. Recife, 2000. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Letras. Doutorado em Linguística. 2000.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

CHAROLLES, Michel. Anaphore associative, stéréotype et discours. In: SCHNEDECKER, C. *et al.* (Eds.). **Lánaphore associative: aspects lisquistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck, p. 67-92, 1994.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, Mariana. Referenciação e coerência nas notícias de jornal impresso e televisivo. **Revista Ao pé da Letra**, n. 2, p. 155-162, 2000. Disponível em: <[www.revistaaopedaletra.net/.../Mariana\\_Cunha--Referenciacao\\_e\\_coerencia\\_nas\\_noticias\\_de\\_jornal\\_impresso\\_e\\_televisivo.pdf](http://www.revistaaopedaletra.net/.../Mariana_Cunha--Referenciacao_e_coerencia_nas_noticias_de_jornal_impresso_e_televisivo.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2009.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Clécio de Araújo. **Escolhas lexicais em redação escolares como produto de orientações para o ensino de produção escrita**. Campina Grande, 2006. Dissertação em Linguística Aplicada na área de ensino da língua materna. Universidade Federal de Campina Grande. 2006.

FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido: estudos discursivos**. São Paulo: Contexto, 2008.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

GERALDI, João Wanderlei. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **O texto na sala de aula**. Cascavel, Assoeste, 1985.

HAAG, Cassiano Ricardo; OTHERO, Gabriel de Ávila. Anáforas associativas nas análises das descrições definidas. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 1, n. 1, agosto de 2003. Disponível em: <[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)>. Acesso em: 18 fev. 2009.

HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqaya. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_; GERALDI, João Wanderlei. **Semântica**. São Paulo: Ática, 2002.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1974.

JARDIM, Cila Maria. A narrativa fantástica em contos de Eça de Queiroz e Guy de Maupassant. **ÍCONE**- Revista de Letras, São Luís de Montes Belos, v. 1, p. 53-64, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.slmb.ueg.br/iconeletras>>. Acesso em: 15 set. 2009.

JAUSS, Hans Robert *et al.* **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. [Coord. e Trad. de Luiz Costa Lima]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JOLLES, André. **Formas simples**. [Trad. de Álvaro Cabral]. São Paulo: Cultrix, 1976.

KLEIBER, Georges. L'anaphore associative. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. In: ZAMPONI, Graziela. **Processos de referência**: anáforas associativas e nominalizações. Campinas, 2009. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 2003.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura**: teoria e prática. 10. ed. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 2. ed. Campinas: Pontes, 1992.

KOCH, Ingedore Villaça. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a. [Série Dispersos].

\_\_\_\_\_. Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso. **Investigações** – Linguística e Teoria Literária (UNICAMP/CNPq). Campinas, v. 21, n. 2, jul/2008b. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.21.2/Ingedore\\_Koch.pdf](http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Léxico e progressão referencial. In: RIO-TORTO, G. M.; SILVA, F.; FIGUEIREDO, O. M. (Orgs.). **Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela**, Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006a, p. 263-276.

\_\_\_\_\_. Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido. **Calidoscópio** (UNISINOS), v. 4, n. 2, p. 85-89, mai/ago 2006b. Disponível em: <[www.unisinos.br/.../calidoscopiov4n2/art01\\_calidoscopio\\_koch.pdf](http://www.unisinos.br/.../calidoscopiov4n2/art01_calidoscopio_koch.pdf)>. Acesso em: 15. fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. **Veredas** – Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 29-42, 2006c. Disponível em: <<http://www.revistaveredas.ufjf.br/volumes/10/cap02.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006d.

\_\_\_\_\_. **A coesão textual**. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005a.

\_\_\_\_\_. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005b.

\_\_\_\_\_. A Construção dos sentidos no discurso: uma abordagem sociocognitiva. **Investigações** – Linguística e Teoria Literária (UNICAMP/CNPq). Campinas, v. 18, n. 2, jul/2005c. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.18.N.2\\_2005\\_ARTIGOSWEB/IngedoreKoch\\_A-CONSTRUCAO-DOS-SENTIDOS\\_Vol18-N2\\_Art01.pdf](http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.18.N.2_2005_ARTIGOSWEB/IngedoreKoch_A-CONSTRUCAO-DOS-SENTIDOS_Vol18-N2_Art01.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO, Daniela Z. **Anáforas nominais indiretas em gêneros “redação de vestibular”**. Curitiba, 2009. 133 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.

\_\_\_\_\_. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. A dêixis discursiva como estratégia de monitoração cognitiva. In: KOCH, I. V.; BARROS, K. S. M. (Orgs.). **Tópicos em linguística de texto e análise da conversação**. Natal: EDUFRN, 1997, p. 156-171.

\_\_\_\_\_. KOCH, Ingedore Villaça. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (Orgs.). **Gramática do Português falado**. Vol. VIII: Novos estudos descritivos. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 2002, p. 31-56.

\_\_\_\_\_. Processos de referenciação na produção discursiva. **DELTA**, v. 14, n. esp., p. 169-190, 1998.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?** 19. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense/ Coleção Primeiros Passos, 2006.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

MELO, Cinthya Torres. **A construção da sinonímia por encapsulamento anafórico: uma perspectiva sóciocongnitiva**. Recife, 2008. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras. 2008.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2006.

MENEGASSI, Renildo; SILVA, Marilice. Interação e interdisciplinaridade na produção de textos poéticos no ensino fundamental. **Linguagem e Ensino**. Pelotas, v. 11, n.1, p. 201-234, jan/jun. 2008.

\_\_\_\_\_; SENA, Maria de Fátima Pereira de. Concepção de texto dissertativo para professores de História. **Acta Scientiarum** – Human and social science. Maringá, v. 25, n. 2, p. 221-232, 2003.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: prosa 1**. São Paulo: Cultrix, 1994.

\_\_\_\_\_. **O conto português**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1981.

\_\_\_\_\_. **A literatura portuguesa**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. [Trad. de Mônica Magalhães Cavalcante]. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Sentido e significação**: em torno da obra de Rodolfo Illari. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 2009.

PENNA, Maria Angélica de Oliveira. **Construção de sentidos por formas nominais referenciais: anáforas associativas; rotulações e (re)categorizações**. **Estudos Linguísticos XXXV**, p. 1303-1314, 2006.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

PISSARA, Augusto. **Obras completas de Eça de Queirós: Contos**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PLATÃO, Francisco Savioli; FIORIN, José Luiz. **Lições de texto: leitura e redação**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <[www.priberam.pt/ DLPO/](http://www.priberam.pt/DLPO/)>. Acesso em: 12 mar. 2009.

QUEIRÓS, Eça. O defunto (conto). In: PISSARA, Augusto. **Obras completas de Eça de Queirós: Contos**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

REIS, Carlos; LOPES, AnaCristina M. **Dicionário de teoria narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática contemporânea: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Escala Educacional, s/d.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da construção de sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas** – Revista de Estudos

Linguísticos, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999. Disponível em: <<http://www.revistaveredas.ufjf.br/volumes/4/artigo3.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2009.

SANT'ANNA, Vera Lucia Lins. A literatura fantástica e a influência do imaginário religioso infantil. **Horizonte**, v. 3, n. 6, p. 59-76, 1º sem. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/viewArticle/548>>. Acesso em: 12. ago. 2009.

SILVA, E.T. Elementos de pedagogia da leitura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SANTOS, Mara Terezinha dos. **Um estudo do processo de referenciação: anáforas correferenciais recategorizadoras e anáforas associativas presentes em crônicas de Scliar**. Cascavel, 2009. 107 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. 2009.

SILVA, Fátima; FERREIRA, Idalina. Modificação adjectival em diferentes tipos de anáfora. In: MORENO, I. O.; VELARDE, M. C.; RUIZ, R. G. (Orgs.). **Actas del XXXVII Simposio Internacional de la Sociedad Española de Linguística (SEL)**. Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2008. Disponível em: <<http://www.unav.es/linguis/simposiosel/actas/>>. Acesso em: 05 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. **Contributos para a Descrição da Anáfora Associativa em Português Europeu**. Porto, 2006. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Porto. 2006.

\_\_\_\_\_. Contributo da hiponímia e da meronímia para a configuração de relações anafóricas. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, XX, p. 657/672, 2003. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3986.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. A dimensão cognitiva na anáfora associativa: um exemplo. In: VILELA, M.; SILVA, F. (Orgs.). **Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva**. Porto: Faculdade do Porto, 1998. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4516.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Ensino de gramática em uma perspectiva textual-interativa e qualidade de vida. In: 7ª Jornada Nacional de Literatura. **Anais**. Passo Fundo, 1997.

VAN DIJK, Teun. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

ZAMPONI, Graziela. **Processos de referência**: anáforas associativas e nominalizações. Campinas, 2009. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 2003.

ZAVAM, Aurea. São axiológicas as anáforas encapsuladoras? In: CAVALCANTE, M. M. *et al.* (Orgs.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**, v. 2: referência e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (Orgs.). **Leitura**: perspectivas interdisciplinares. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

## ANEXO 1

## CONTO O DEFUNTO, DE EÇA DE QUEIRÓS

## O defunto

I

No ano de 1474, que foi por tôda a Cristandade tão abundante em mercês divinas, reinando em Castela El-rei Henrique IV, veio habitar na cidade de Segóvia, onde herdara moradias e uma horta, um cavaleiro moço, de muito limpa linhagem e gentil parecer, que se chamava D. Rui de Cárdenas.

5       Essa casa, que lhe legara seu tio, arcedíago e mestre em cânones, ficava ao lado e na sombra silenciosa da igreja de Nossa Senhora do Pilar; e, em frente, para além do adro, onde cantavam as três bicas de um chafariz antigo, era o escuro e gradeado palácio de D. Alonso de Lara, fidalgo de grande riqueza e maneiras sombrias, que já na madureza da sua idade, todo grisalho, desposara uma menina  
10       falada em Castela pela sua alvura, cabelos côr de sol-claro e colo de garça real. D. Rui tivera justamente por madrinha, ao nascer, Nossa Senhora do Pilar, de quem sempre se conservou devoto e fiel servidor; ainda que, sendo de sangue bravo e alegre, amava as armas, a caça, os saraus bem galanteados, e mesmo por vêzes uma noite ruidosa de taverna com dados e pichéis de vinho. Por amor, e pelas  
15       facilidades desta santa vizinhança, tomara êle o piedoso costume, desde a sua chegada a Segóvia, de visitar tôdas as manhãs, à hora de Prima, a sua divina madrinha e de lhe pedir, em três *Ave-Marias*, a bênção e a graça.

Ao escurecer, mesmo depois de alguma rija correria por campo e monte com lebréus ou falcão, ainda voltava para, à saudação de Vésperas, murmurar  
20       docemente uma *Salve-Rainha*.

E todos os domingos comprava no adro, a uma ramalheteira mourisca, algum ramo de junquinhos, ou cravos, ou rosas singelas, que espalhava, com ternura e cuidado galante, em frente ao altar da Senhora.

A esta venerada igreja do Pilar vinha também cada domingo D. Leonor, a tão  
25       falada e formosa mulher do senhor de Lara, acompanhada por uma aia carrancuda,

de olhos mais abertos e duros que os de uma coruja, e por dous possantes lacaios que a ladeavam e guardavam como tórres. Tão ciumento era o senhor D. Alonso que, só por lho haver severamente ordenado o seu confessor, e com mêdo de ofender a Senhora, sua vizinha, permitia esta visita fugitiva, a que êle ficava  
30 espreitando sôfregamente, dentre as reixas de uma gelosia, os passos e a demora. Todos os lentos dias da lenta semana os passava a Senhora D. Leonor no êncerro do gradeado solar de granito negro, não tendo, para se recrear e respirar, mesmo nas calmas do estio, mais que um fundo de jardim verde-negro, cercado de tão altos muros, que apenas se avistava, emergindo dêles, aqui, além, alguma ponta de triste  
35 cipreste. Mas essa curta visita a Nossa Senhora do Pilar bastou para que D. Rui se enamorasse dela tresloucadamente, na manhã de maio em que a viu de joelhos ante o altar, numa réstia de sol, aureolada pelos seus cabelos de ouro, com as compridas pestanas pendidas sôbre o Livro de Horas, o rosário caindo dentre os dedos finos, fina tôda ela e macia, e branca, de uma brancura de lírio aberto na  
40 sombra, mais branca entre as rendas negras e os negros cetins que à volta do seu corpo cheio de graça se quebravam, em pregas duras, sôbre as lajes da capela, velhas lajes de sepulturas. Quando depois de um momento de enleio e de delicioso pasmo se ajoelhou, foi menos para a Virgem do Pilar, sua divina Madrinha, do que para aquela aparição mortal, de quem não sabia o nome nem a vida, e só que por  
45 ela daria vida e nome, se ela se rendesse por tão incerto preço. Balbuciando, com uma prece ingrata, as três Ave-Marias com que cada manhã saudava Maria, apanhou o seu sombreiro, desceu levemente a nave sonora e no portal se quedou, esperando por ela entre os mendigos lazarentos que se catavam ao sol. Mas, quando ao cabo de um tempo, em que D. Rui sentiu no coração um desusado bater  
50 de ansiedade e mêdo, a Senhora D. Leonor passou e se deteve, molhando os dedos na pia de mármore de água benta, os seus olhos, sob o véu descido, não se ergueram para êle, ou tímidos ou desatentos. Com a aia de olhos muito abertos colada aos vestidos, entre os dois lacaios, como entre duas tórres, atravessou vagorosamente o adro, pedra por pedra, gozando decerto, como encarcerada, o  
55 desafogado ar e o livre sol que o inundavam. E foi um espanto para D. Rui quando ela penetrou na sombria arcada, de grossos pilares, sôbre que assentava o palácio, e desapareceu por uma esguia porta recoberta de ferragens. Era, pois, essa a tão falada D. Leonor, a linda e nobre Senhora de Lara...

Então começaram sete arrastados dias, que êle gastou sentado a um poial da  
60 sua janela, considerando aquela negra porta recoberta de ferragens como se fôsse a  
do Paraíso, e por ela devesse sair um anjo para lhe anunciar a Bem-aventurança.  
Até que chegou o vagaroso domingo: e passando êle no adro, à hora de Prima, ao  
repicar dos sinos, com um molho de cravos amarelos para a sua divina Madrinha,  
cruzou D. Leonor, que saía de entre os pilares da escura arcada, branca, doce e  
65 pensativa, como uma lua dentre nuvens. Os cravos quase lhe caíram naquele  
gostoso alvoroço em que o peito lhe arfou mais que um mar, e a alma tôda lhe fugiu  
em tumulto através do olhar com que a devorava. E ela ergueu também os olhos  
para D. Rui, mas uns olhos repousados, uns olhos serenos, em que não luzia  
curiosidade, nem mesmo consciência de se estarem trocando com outros, tão  
70 acesos e enegrecidos pelo desejo. O moço cavaleiro não entrou na igreja, com  
piedoso receio de não prestar à sua Madrinha divina a atenção, que decerto lhe  
roubaria tôda aquela que era só humana, mas dona já do seu coração, e nêle  
divinizada.

Esperou sôfregamente à porta, entre os mendigos, secando os cravos com o  
75 ardor das mãos trêmulas, pensando quanto era demorado o rosário que ela rezava.  
Ainda D. Leonor descia a nave, já êle sentia dentro da alma o doce rugir das sêdas  
fortes que ela arrastava nas lajes. A branca senhora passou – e o mesmo distraído  
olhar, desatento e calmo, que espalhou pelos mendigos e pelo adro, o deixou  
escorregar sôbre êle, ou porque não compreendesse aquêle moço que de repente  
80 se tornara tão pálido, ou porque não o diferenciava ainda das cousas e das formas  
indiferentes.

D. Rui abalou, com um fundo suspiro; e, no seu quarto, pôs devotamente ante  
a imagem da Virgem as flôres que não oferecera, na igreja, ao seu altar. Tôda a sua  
vida se tornou então um longo queixume por sentir tão fria e desumana aquela  
85 mulher, única entre as mulheres, que prendera e tornara sério o seu coração ligeiro  
e errante. Numa esperança, a que antevia bem o desengano, começou a rondar os  
muros altos do jardim – ou embuçado numa capa, com o ombro contra uma esquina,  
lentas horas se quedava contemplando as grades das gelosias, negras e grossas  
como as dum cárcere. Os muros não se fendiam, das grades não saía sequer um  
90 rasto de luz prometedora. Todo o solar era como um jazigo onde jazia uma  
insensível, e por trás das frias pedras havia ainda um frio peito. Para se desafogar  
compôs, com piedoso cuidado, em noites veladas sôbre o pergaminho, trovas

gementes que o não desafogavam. Diante do altar da Senhora do Pilar, sôbre as mesmas lajes onde a vira ajoelhada, pousava êle os joelhos, e ficava, sem palavras  
95 de oração, num cismar amargo e doce, esperando que o seu coração serenasse e se consolasse, sob a influência d'Aquela que tudo consola e serena. Mas sempre se erguia mais desditoso e tendo apenas a sensação de quanto eram frias e rígidas as pedras sobre que ajoelhara. O mundo todo só lhe parecia conter rigidez e frieza.

Outras claras manhãs de domingo encontrou D. Leonor: e sempre os olhos  
100 dela permaneciam descuidados e como esquecidos, ou quando se cruzavam com os seus era tão singelamente, tão limpos de tôda a emoção, que D. Rui os preferiria ofendidos e faiscando de ira, ou soberbamente desviados com soberbo desdém. Decerto D. Leonor já o conhecia: – mas, assim, conhecia também a ramalheteira mourisca agachada diante do seu cêsto à beira da fonte; ou os pobres que se  
105 catavam ao sol diante do portal da Senhora. Nem D. Rui já podia pensar que ela fôsse desumana e fria. Era apenas soberanamente remota, como uma estrela que nas alturas gira e refulge, sem saber que, em baixo, num mundo que ela não distingue, olhos que ela não suspeita a contemplam, a adoram e lhe entregam o governo da sua ventura e sorte.

110 Então D. Rui pensou:

– Ela não quer, eu não posso: foi um sonho que findou, e Nossa Senhora a ambos nos tenha na sua graça!

E como era cavaleiro muito discreto, desde que a reconheceu assim inabalável na sua indiferença, não a procurou, nem sequer ergueu mais os olhos  
115 para as grades das suas janelas, e até nem penetrava na igreja de Nossa Senhora quando casualmente, do portal, a avistava ajoelhada, com a sua cabeça tão cheia de graça e de ouro, pendida sôbre o Livro das Horas.

## II

A velha aia, de olhos mais abertos e duros que os de uma coruja, não tardara  
120 em contar ao senhor de Lara que um moço audaz, de gentil parecer, novo morador nas velhas casas do arcedíago, constantemente se atravessava no adro, se postava diante da igreja para atirar o coração pelos olhos à senhora D. Leonor. Bem amargamente o sabia já o ciumento fidalgo, porque quando da sua janela espreitava, como um falcão, a airosa senhora a caminho da igreja, observara os  
125 giros, as esperas, os olhares dardejados daquele moço galante – e puxara as barbas de furor. Desde então, na verdade, a sua mais intensa ocupação era odiar D.

Rui, o impudente sobrinho do cônego, que ousava erguer o seu baixo desejo até à alta Senhora de Lara. Constantemente agora o trazia vigiado por um serviçal – e conhecia todos os seus passos e pousos, e os amigos com quem caçava ou folgava, e até quem lhe talhava os gibões, e até quem lhe polia a espada, e cada hora do seu viver. E mais ansiosamente ainda vigiava D. Leonor – cada um dos seus movimentos, os mais fugitivos modos, os silêncios e o conversar com as aias, as distrações sôbre o bordado, o jeito de cismar sob as árvores do jardim, e o ar e a côr com que recolhia da igreja... Mas tão inalteradamente serena, no seu sossêgo de coração, se mostrava a senhora D. Leonor, que nem o ciúme mais imaginador de culpas poderia achar manchas naquela pura neve. Redobradamente áspero então se voltava o rancor de D. Alonso contra o sobrinho do cônego, por ter apetecido aquela pureza, e aqueles cabelos côr de sol-claro, e aquêlo colo de garça real, que eram só seus, para esplêndido gôsto da sua vida. E quando passeava na sombria galeria do solar, sonora e tôda de abóbada, embrulhado na sua samarra orlada de peles, com o bico da barba grisalha espetado para diante, a grenha crêspa eriçada para trás e os punhos cerrados, era sempre remoendo o mesmo fel:

– Tentou contra a virtude dela, tentou contra a minha honra... É culpado por duas culpas e merece duas mortes!

Mas ao seu furor quase se misturou um terror, quando soube que D. Rui já não esperava no adro a Senhora D. Leonor, nem rondava amorosamente os muros do palacete, nem penetrava na igreja quando ela lá rezava, aos domingos; e que tão inteiramente se alheava dela que uma manhã, estando rente da arcada, e sentindo bem ranger e abrir a porta por onde a senhora ia aparecer, permanecera de costas voltadas, sem se mover, rindo com um cavaleiro gordo que lhe lia um pergaminho. Tão bem afetada indiferença só servia decerto (pensou D. Alonso) a esconder alguma bem danada tenção! Que tramava êle, e destro enganador? Tudo no desabrido fidalgo se exacerbou – ciúme, rancor, vigilância, pesar da sua idade grisalha e feia. No sossêgo de D. Leonor suspeitou manha e fingimento; – e imediatamente lhe vedou as visitas à Senhora do Pilar.

Nas manhãs costumadas corria êle à igreja para rezar o rosário, a levar as desculpas de D. Leonor – *“que no puede venir (murmurava curvado diante do altar) por lo que sabeis, virgem puríssima!”* Cuidadosamente visitou e reforçou todos os negros ferrolhos das portas do seu solar.

De noite soltava dous mastins nas sombras do jardim murado.

À cabeceira do vasto leito, junto da mesa onde ficava a lâmpada, um relicário e o copo de vinho quente com canela e cravo para lhe retemperar as fôrças – luzia sempre uma grande espada nua. Mas, com tantas seguranças, mal dormia – e a cada instante se solevava em sobressalto de entre as fundas almofadas, agarrando  
 165 a Senhora D. Leonor com mão bruta e sôfrega, que lhe pisava o colo, para rugir muito baixo, numa ânsia: “Dize que me queres só a mim!...” Depois, com a alvorada, lá se empoleirava, a espreitar, como um falcão, as janelas de D. Rui. Nunca o avistava, agora, nem à porta da igreja às horas de missa, nem recolhendo do campo, a cavalo, ao toque de *Ave-Marias*.

170 E por o sentir assim sumido dos sítios e giros costumados – é que mais o suspeitava dentro do coração de D. Leonor.

Enfim, uma noite, depois de muito trilhar o lajedo da galeria, remoendo surdamente desconfianças e ódios, gritou pelo intendente e ordenou que se preparassem trouxas e cavalgadas. Cedo, de madrugada, partiria, com a senhora  
 175 D. Leonor, para a sua herdade de Cabril, a duas léguas de Segóvia! A partida não foi de madrugada, como uma fuga de avarento que vai esconder longe o seu tesouro: – mas, realizada com aparato e demora, ficando a liteira diante da arcada, a esperar longas horas, de cortinas abertas, enquanto um cavaliço passeava pelo adro a mula branca do fidalgo, chairelada à mourisca, e do lado do jardim a récua de  
 180 machos, carregados de baús, presos às argolas, sob o sol e a mosca, aturdiam a viela com o tilintar dos guizos. Assim D. Rui soube a jornada do senhor de Lara: – e assim a soube tôda a cidade.

Fôra um grande contentamento para D. Leonor, que gostava de Cabril, dos seus viçosos pomares, dos jardins, para onde abriam, rasgadamente e sem grades,  
 185 as janelas dos seus aposentos claros: aí ao menos tinha largo ar, pleno sol, e alegretes a regar, um viveiro de pássaros, e tão compridas ruas de loureiro e teixo, que eram quase a liberdade. E depois esperava que no campo se aligeirassem aquêles cuidados que traziam, nos derradeiros tempos, tão enrugado e taciturno seu marido e senhor. Não logrou esta esperança, porque ao cabo de uma semana ainda  
 190 se não desanuviara a face de D. Alonso – nem decerto havia frescura de arvoredos, sussurros de águas correntes, ou aromas esparsos nos rosais em flor, que calmassem agitação tão amarga e funda. Como em Segóvia, na galeria sonora de grande abóbada, sem descanso passeava, enterrado na sua samarra, com o bico da barba espetado para diante, a grenha basta eriçada para trás, e um jeito de

195 arreganhar silenciosamente o beijo, como se meditasse maldades a que gozava de antemão o sabor acre. E todo o interêsse da sua vida se concentrara num serviçal, que constantemente galopava entre Segóvia e Cabril, e que êle por vezes esperava no começo da aldeia, junto ao Cruzeiro, ficando a escutar o homem que desmontava, ofegante, e logo lhe dava novas apressadas.

200 Uma noite em que D. Leonor, no seu quarto, rezava o terço com as aias, à luz duma tocha de cêra, o Senhor de Laras entrou muito vagorosamente, trazendo na mão uma fôlha de pergaminho e uma pena mergulhada no seu tinteiro de osso. Com um rude aceno despediu as aias, que o temiam como a um lôbo. E, empurrando um escabêlo para junto da mesa, volvendo para D. Leonor a face a que impusera  
205 tranquilidade e agrado, como se apenas viesse por cousas naturais e fáceis:

– Senhora – disse – quero que me escrevais aqui uma carta que muito convém escrever...

Tão costumada era nela a submissão, que, sem outro reparo ou curiosidade, indo apenas pendurar na barra do leito o rosário em que rezara, se acomodou sôbre  
210 o escabelo, e os seus dedos finos, com muita aplicação, para que a letra fôsse esmerada e clara, traçaram a primeira linha curta que o Senhor de Lara ditara e era: “*Meu cavaleiro...*” Mas quando êle ditou a outra, mais longa, e dum modo amargo, D. Leonor arrojou a pena, como se a pena escaldasse, e, recuando da mesa, gritou, numa aflição:

215 – Senhor, para que convém que eu escreva tais cousas e tão falsas?...

Num brusco furor, o senhor de Lara arrancou do cinto um punhal, que lhe agitou junto à face, rugindo surdamente:

– Ou escreveis o que vos mando e que a mim me convém, ou, por Deus, que vos varo o coração!

220 Mais branca que a cera da tocha que os alumia, com a carne arrepiada ante aquêlo ferro que luzia, num tremor supremo e que tudo aceitava, D. Leonor murmurou:

– Pela Virgem Maria, não me façais mal!... Nem vos agasteis, senhor, que eu vivo para vos obedecer e servir... Agora, mandai, que eu escreverei.

225 Então, com os punhos cerrados nas bordas da mesa, onde pousara o punhal, esmagando a frágil e desditosa mulher sob o olhar duro que fuzilava, o senhor de Lara ditou, atirou roucamente, aos pedaços, aos repelões, uma carta que dizia, quando finda e traçada em letra bem incerta e trémula: – “Meu cavaleiro: Muito mal

230 haveis compreendido, ou muito mal pagais o amor que vos tenho, e que não vos  
pude nunca, em Segóvia, mostrar claramente... Agora aqui estou em Cabril, ardendo  
por vos ver; e se o vosso desejo corresponde ao meu, bem facilmente o podeis  
realizar, pois que meu marido se acha ausente noutra herdade, e esta de Cabril é  
tôda fácil e aberta. Vinde esta noite, entrai pela porta do jardim, do lado da azinhaga,  
passando o tanque, até ao terraço. Aí avistareis uma escada encostada a uma  
235 janela da casa, que é a janela do meu quarto, onde sereis bem docemente  
agasalhado por quem ansiosamente vos espera...”

– Agora, senhora, assinaí por baixo o vosso nome, que isso sobretudo  
convém!

240 D. Leonor traçou vagarosamente o seu nome, tão vermelha como se a  
despisses diante de uma multidão.

– E agora – ordenou o marido mais surdamente, através dos dentes cerrados  
– endereçai a D. Rui de Cárdenas!

Ela ousou erguer os olhos, na surprêsa daquele nome desconhecido.

– Andai!... A D. Rui de Cárdenas! – gritou o homem sombrio.

245 E ela endereçou a sua desonesta carta a D. Rui de Cárdenas.

D. Alonso meteu o pergaminho no cinto, junto ao punhal que embainhara, e  
saiu em silêncio com a barba espetada, abafando o rumor dos passos nas lajes do  
corredor.

250 Ela ficara sôbre o escabêlo, as mãos cansadas e caídas no regaço, num  
infinito espanto, o olhar perdido na escuridão da noite silente. Menos escura lhe  
parecia a morte que essa escura aventura em que se sentia envolvida e levada!.  
Quem era êsse D. Rui de Cárdenas, de quem nunca ouvira falar, que nunca  
atravessara a sua vida, tão quieta, tão pouco povoada de memórias e de homens? E  
êle decerto a conhecia, a encontrara, a seguira, ao menos com os olhos, pois que  
255 era coisa natural e bem ligada receber dela carta de tanta paixão e promessa...

Assim, um homem, e moço decerto bem nascido, talvez gentil, penetrava no  
seu destino bruscamente, trazido pela mão de seu marido? Tão ìntimamente mesmo  
se entranhara êsse homem na sua vida, sem que ela se apercebesse, que já para  
êle se abria de noite a porta do seu jardim, e contra a sua janela, para êle subir, se  
260 arrumava de noite uma escada!... E era seu marido que muito secretamente  
escancarava a porta, e muito secretamente levantava a escada... Para quê?...

Então, num relance, D. Leonor compreendeu a verdade, a vergonhosa verdade, que lhe arrancou um grito ansiado e mal sufocado. Era uma cilada! O senhor de Lara atraía a Cabril êsse D. Rui com uma promessa magnífica, para dêle se apoderar, e decerto o matar, indefeso e solitário! E ela, o seu amor, o seu corpo, eram as promessas que se faziam rebrilhar ante os olhos seduzidos do moço desventuroso. Assim seu marido usava a sua beleza, o seu leito, como a rêde de ouro em que devia cair aquela prêsa estouvada! Onde haveria maior ofensa? E também quanta imprudência! Bem poderia êsse D. Rui de Cárdenas desconfiar, não aceder ao convite tão abertamente amoroso, e depois mostrar por toda a Segóvia, rindo e triunfando, aquela carta em que lhe fazia oferta do seu leito e do seu corpo a mulher de Alonso de Lara! Mas não! o desventurado correria a Cabril – e para morrer, miseravelmente morrer no negro silêncio da noite, sem padre, nem sacramentos, com a alma encharcada em pecado de amor! Para morrer, decerto – porque nunca o senhor de Lara permitiria que vivesse o homem que recebera tal carta. Assim, aquêle moço morria por amor dela, e por um amor que, sem lhe saber nunca um gôsto, lhe valia logo a morte! Decerto por amor dela – pois que tal ódio do senhor de Lara, ódio que, com tanta deslealdade e vilania, se cevava, só podia nascer de ciúmes, que lhe escureciam todo o dever de cavaleiro e de cristão. Sem dúvida êle surpreendera olhares, passos, tenções dêste senhor D. Rui, mal acautelado por bem namorado.

Mas como? quando? Confusamente se lembrava ela de um moço que um domingo a cruzara no adro, a esperara ao portal da igreja, com um molho de cravos na mão... Seria êsse? Era de nobre parecer, muito pálido, com grandes olhos negros e quentes. Ela passara – indiferente... Os cravos que segurava na mão eram vermelhos e amarelos... A quem os levava?... Ah! se o pudesse avisar, bem cedo, de madrugada!

Como, se não havia em Cabril serviçal ou aia de quem se fiasse? Mas deixar que uma bruta espada varasse traiçoeiramente aquêle coração, que vinha cheio dela, palpitando por ela, todo na esperança dela!..

Oh! a desabrida e ardente correria de D. Rui, desde Segóvia a Cabril, com a promessa do encantador jardim aberto, da escada posta contra a janela, sob a mudez e proteção da noite! Mandaria realmente o senhor de Lara encostar uma escada à janela? Decerto, para com mais facilidade o poderem matar, ao pobre, e doce, e inocente moço, quando êle subisse, mal seguro sôbre um frágil degrau, as

mãos embaraçadas, a espada a dormir na bainha... E assim, na outra noite, em face ao seu leito, a sua janela estaria aberta, e uma escada estaria erguida contra a sua janela à espera de um homem! Emboscado na sombra do quarto, seu marido seguramente mataria êsse homem...

300 Mas se o senhor de Lara esperasse fora dos muros da quinta, assaltasse brutalmente, nalguma azinhaga, aquêlê D. Rui de Cárdenas, e, ou por menos destro, ou por menos forte, num terçar de armas, caísse êle traspassado, sem que o outro conhecesse a quem matara? E ela, ali, no seu quarto, sem saber, e tôdas as portas abertas, e a escada erguida, e aquêlê homem assomando à janela na sombra macia  
305 da noite tépida, e o marido que a devia defender morto no fundo duma azinhaga... Que faria ela, Virgem Mãe? Oh! decerto repeliria, soberbamente, o moço temerário. Mas o espanto dêle e a cólera do seu desejo enganado! “Por Vós é que eu vim chamado, senhora!” E ali trazia, sôbre o coração, a carta dela, com seu nome, que a sua mão traçara. Como lhe poderia contar a emboscada e o dolo? Era tão longo de  
310 contar, naquele silêncio e solidão da noite, enquanto os olhos dêle, úmidos e negros, a estivessem suplicando e traspassando... Desgraçada dela se o senhor de Lara morresse, a deixasse solitária, sem defesa, naquela vasta casa aberta! Mas quanto desgraçada também se aquêlê moço, chamado por ela, e que a amava, e que por esse amor vinha correndo deslumbrante, encontrasse a morte no sítio da sua  
315 esperança, que era o sítio do seu pecado, e, morto em pleno pecado, rolasse para a eterna desesperança... Vinte e cinco anos, êle – se era o mesmo de quem se lembrava, pálido, e tão airoso, com um gibão de veludo rôxo e um ramo de cravos na mão, à porta da igreja, em Segóvia...

320 Duas lágrimas saltaram dos cansados olhos de D. Leonor. E dobrando os joelhos, levantando a alma tôda para o céu, onde a lua se começava a levantar, murmurou, numa infinita magoa e fé:

– Oh! Santa Virgem do Pilar, Senhora minha, vela por nós ambos, vela por todos nós!...

### III

325 D. Rui entrava, pela hora da calma, no fresco pátio da sua casa, quando de um banco de pedra, na sombra, se ergueu um moço de campo, que tirou de dentro do surrão uma carta, lha entregou, murmurando:

– Senhor, daí-vos pressa em ler, que tenho de voltar a Cabril, a quem me mandou...

330 D. Rui abriu o pergaminho; e, no deslumbramento que o tomou, bateu com  
êle contra o peito, como para o enterrar no coração...

O moço do campo insistia, inquieto:

– Aviai, senhor, aviai! Nem precisais responder. Basta que me deis um sinal  
de vos ter vindo o recado...

335 Muito pálido, D. Rui arrancou uma das luvas bordadas a retrós, que o moço  
enrolou e sumiu no surrão. E já abalava na ponta das alpercatas leves, quando, com  
um aceno, D. Rui o deteve:

– Escuta. Que caminho tomas tu para Cabril?

– O mais curto e sòzinho para gente afoita, que é pelo Cêrro dos Enforcados.

340 – Bem.

D. Rui galgou as escadas de pedra, e no seu aposento, sem mesmo tirar o  
sombreiro, de novo leu junto da gelosia aquêlê pergaminho divino, em que D. Leonor  
o chamava de noite ao seu quarto, à posse inteira do seu ser. E não o maravilhava  
esta oferta – depois de uma tão constante, imperturbada indiferença. Antes nela logo  
345 percebeu um amor muito astuto, por ser muito forte, que, com grande paciência, se  
esconde ante os estorvos e os perigos, e mudamente prepara a sua hora de  
contentamento, melhor e mais deliciosa por tão preparada. Sempre ela o amara,  
pois, desde a manhã bendita em que os seus olhos se tinham cruzado no portal de  
Nossa Senhora. E enquanto êle rondava aquêles muros do jardim, maldizendo uma  
350 frieza que lhe parecia mais fria que a dos frios muros, já ela lhe dera a sua alma, e  
cheia de constância, com amorosa sagacidade, recalçando o menor suspiro,  
adormecendo desconfianças, preparava a noite radiante em que lhe daria também o  
seu corpo.

Tanta firmeza, tão fino engenho nas cousas do amor, ainda lha tornavam  
355 mais bela e mais apetecida!

Com que impaciência olhava então o Sol, tão desapressado nessa tarde em  
descer para os montes! Sem repouso, no seu quarto, com as gelosias cerradas para  
melhor concentrar a sua felicidade, tudo aprontava amorosamente para a triunfal  
jornada: as finas roupas, as finas rendas, um gibão de veludo negro e as essências  
360 perfumadas. Duas vêzes desceu à cavaliariça a verificar se o seu cavalo estava bem  
ferrado e bem pensado. Sôbre o soalho, vergou e revergou, para a experimentar, a  
fôlha da espada que levaria à cinta... Mas o seu maior cuidado era o caminho para  
Cabril, apesar de bem o conhecer, e a aldeia apinhada em torno ao mosteiro

franciscano, e a velha ponte romana com o seu Calvário, e a azinhaga funda que  
365 levava à herdade do senhor de Lara. Ainda nesse Inverno por lá passara, indo  
montear com dois amigos de Astorga, e avistara a torre dos de Lara, e pensara: –  
“Eis a torre da minha ingrata!” Como se enganava! As noites agora eram de lua, e  
êle sairia de Segóvia caladamente, pela porta de S. Mauros. Um galope curto o  
punha no Cêrro dos Enforcados... Bem o conhecia também, êsse sítio de tristeza e  
370 pavor, com os seus quatro pilares de pedra, onde se enforcavam os criminosos, e  
onde os seus corpos ficavam, baloiçados da ventania, ressequidos do sol, até que  
as cordas apodrecessem e as ossadas caíssem, brancas e limpas da carne pelo  
bico dos corvos. Por trás do cêrro era a lagoa das Donas. A derradeira vez que por  
lá andara, fora em dia do apóstolo S. Matias, quando o corregedor e as confrarias de  
375 caridade e paz, em procissão, iam dar sepultura sagrada às ossadas caídas no chão  
negro, esburgadas pelas aves. Daí o caminho, depois, corria liso e direito a Cabril.

Assim D. Rui meditava a sua jornada venturosa, enquanto a tarde ia caindo.  
Mas, quando escureceu, e em tórno às tôrres da igreja começaram a girar os  
morcegos, e nas esquinas do adro se acenderam os nichos das Almas, o valente  
380 moço sentiu um mêdo estranho, o mêdo daquela felicidade que se acercava e que  
lhe parecia sobrenatural. Era, pois, certo que essa mulher de divina formosura,  
famosa em Castela, e mais inacessível que um astro, seria sua, tôda sua, no silêncio  
e segurança duma alcova, dentro em breves instantes, quando ainda se não  
tivessem apagado diante dos retábulos das Almas aquêles lumes devotos? E o que  
385 fizera êle para lograr tão grande bem? Pisara as lajes de um adro, esperara no  
portal de uma igreja, procurando com os olhos outros dois olhos, que não se  
erguiam, indiferentes ou desatentos. Então, sem dor, abandonara a sua esperança...  
E eis que de repente aquêles olhos distraídos o procuram, e aquêles braços  
fechados se lhe abrem, largos e nus, e com o corpo e com a alma aquela mulher lhe  
390 grita: – “Oh! mal-avisado, que não me entendeste! Vem! Quem te desanimou já te  
pertence!” Houvera jamais igual ventura? Tão alta, tão rara era, que decerto atrás  
dela, se não erra a lei humana, já devia caminhar a desventura! Já na verdade  
caminhava; – pois quanta desventura em saber que depois de tal ventura, quando  
de madrugada, saindo dos divinos braços, ele recolhesse a Segóvia, a sua Leonor, o  
395 bem sublime da sua vida, tão inesperadamente adquirido por um instante, recairia  
logo sob o poder de outro amo!

Que importava! Viessem depois dores e zelos! Aquela noite era esplêndidamente sua, o mundo todo uma aparência vã e a única realidade êsse quarto de Cabril, mal alumiado, onde ela o esperaria, com os cabelos soltos! Foi com sofreguidão que desceu a escada, se arremessou sôbre o seu cavalo. Depois, por prudência, atravessou o adro muito lentamente, com o sombreiro bem levantado da face, como num passeio natural, a procurar fora dos muros a frescura da noite. Nenhum encontro o inquietou até à porta de S. Mauros. Aí, um mendigo, agachado na escuridão dum arco, e que tocava monòtonamente a sua sanfona, pediu, em lamúria, à Virgem e a todos os santos que levassem aquêle gentil cavaleiro na sua doce e santa guarda. D. Rui parara para lhe atirar uma esmola, quando se lembrou que nessa tarde não fora à igreja, à hora de vésperas, rezar e pedir a bênção à sua divina madrinha. Com um salto, desceu logo do cavalo, porque, justamente, rente ao velho arco, tremeluzia uma lâmpada alumando um retábulo. Era uma imagem da Virgem com um peito traspassado por sete espadas. D. Rui ajoelhou, pousou o sombreiro nas lajes com as mãos erguidas, muito zelosamente, rezou uma *Salve-Rainha*. O clarão amarelo da luz envolvia o rosto da Senhora, que, sem sentir as dores dos sete ferros, ou como se êles só dessem inefáveis gozos, sorria com os lábios muito vermelhos. Enquanto êle rezava, no convento de São Domingos, ao lado, a sinêta começou a tocar a agonia. De entre a sombra negra do arco, cessando a sanfona, o mendigo murmurou: “Lá está um frade a morrer!” D. Rui disse uma *Ave-Maria* pelo frade que morria. A Virgem das sete espadas sorria docemente – o toque de agonia não era, pois, de mau presságio!. D. Rui cavalgou alegremente e partiu.

Para além da porta de S. Mauros, depois de alguns casebres de oleiros, o caminho seguia, esguio e negro, entre altas piteiras. Por trás das colinas, ao fundo da planície escura, subia o primeiro clarão, amarelo e lânguido, da lua cheia, ainda escondida. E D. Rui marchava a passo, receando chegar a Cabril muito cedo, antes que as aias e os moços findassem o serão e o rosário. Por que não lhe marcara D. Leonor a hora, naquela carta tão clara e tão pensada?... Então a sua imaginação corria adiante, rompia pelo jardim de Cabril, galgava aladamente a escada prometida – e êle largava também atrás, numa carreira sôfrega, que arrancava as pedras do caminho mal junto. Depois sofreava o cavalo ofegante. Era cedo, era cedo! E retomava o passo penoso, sentindo o coração contra o peito, como ave prêsa que bate às grades.

Assim chegou ao Cruzeiro, onde a estrada se fendia em duas, mais juntas que as pontas de uma forquilha, ambas cortando através de pinheiral. Descoberto diante da imagem crucificada, D. Rui teve um instante de angústia, pois não se recordava qual delas levava ao Cêrro dos Enforcados. Já se embrenhara na mais  
 435 cerrada, quando, de entre os pinheiros calados, uma luz surgiu, dançando no escuro. Era uma velha em farrapos, com as longas melenas sôltas, vergada sôbre um bordão e levando uma candeia.

– Para onde vai êste caminho? – gritou Rui.

A velha balançou mais ao alto a candeia, para mirar o cavaleiro.

440 – Para Xarama.

E luz e velha imediatamente se sumiram, fundidas na sombra, como se ali tivessem surgido sòmente para avisar o cavaleiro do seu caminho errado... Já êle virara arrebatadamente; e, rodeando o Calvário, galopou pela outra estrada mais larga, até avistar, sôbre a claridade do céu, os pilares negros, os madeiros negros  
 445 do Cêrro dos Enforcados. Então estacou, direito nos estribos. Num cômodo alto, sêco, sem erva ou urze, ligados por um muro baixo, todo esbrechado, lá se erguiam, negros, enormes, sôbre a amarelidão do luar, os quatro pilares de granito semelhantes aos quatro cunhais duma casa desfeita. Sôbre os pilares pousavam quatro grossas traves. Das traves pendiam quatro enforcados negros e rígidos, no ar  
 450 parado e mudo. Tudo em tôrno parecia morto como êles.

Gordas aves de rapina dormiam empoleiradas sobre os madeiros. Para além, rebrilhava lívidamente a água morta da lagoa das Donas. E, no céu, a Lua ia grande e cheia.

D. Rui murmurou o Padre-Nosso devido por todo o cristão àquelas almas  
 455 culpadas. Depois impeliu o cavalo, e passava – quando, no imenso silêncio e na imensa solidão, se ergueu, ressoou uma voz, uma voz que o chamava, suplicante e lenta:

– Cavaleiro, detende-vos, vinde cá!...

D. Rui colheu bruscamente as rédeas e, erguido sôbre os estribos, atirou os  
 460 olhos espantados por todo o sinistro êrmo. Só avistou o cêrro áspero, a água rebrilhante e muda, os madeiros, os mortos. Pensou que fôra ilusão da noite ou ousadia de algum demônio errante. E, serenamente, picou o cavalo, sem sobressalto ou pressa, como numa rua de Segóvia. Mas, por trás, a voz tornou, mais urgentemente o chamou, ansiosa, quase aflita:

465 – Cavaleiro, esperai, não vos vades, voltai, chegai aqui!...

De novo D. Rui estacou e, virado sôbre a sela, encarou afoitamente os quatro corpos pendurados das traves. Do lado dêles soava a voz, que, sendo humana, só podia sair de forma humana! Um dêsses enforcados, pois, o chamara, com tanta pressa e ânsia.

470 Restaria nalguns, por maravilhosa mercê de Deus, alento e vida? Ou seria que, por maior maravilha, uma dessas carcaças meio apodrecidas o detinha para lhe transmitir avisos de Além-da-Campa?... Mas que a voz rompesse dum peito vivo ou dum peito morto, grande covardia era abalar, espavoridamente, sem a atender e a ouvir.

475 Atirou logo para dentro do cêrro o cavalo, que tremia; e, parando, direito e calmo, com a mão na ilharga, depois de fitar, um por um, os quatro corpos suspensos, gritou:

– Qual de vós, homens enforcados, ousou chamar por D. Rui de Cárdenas?

Então aquêle que voltava as costas à lua cheia respondeu, do alto da corda, 480 muito quieta e naturalmente, como um homem que conversa da sua janela para a rua:

– Senhor, fui eu.

D. Rui fêz avançar para diante dêle o cavalo. Não lhe distinguia a face, enterrada no peito, escondida pelas longas e negras melenas pendentes. Só 485 percebeu que tinha as mãos sôltas e desamarradas, e também soltos os pés nus, já ressequidos e da côr do betume.

– Que me queres?

O enforcado, suspirando, murmurou:

– Senhor, fezei-me a grande mercê de me cortar esta corda em que estou 490 pendurado.

D. Rui arrancou a espada, e de um golpe certo cortou a corda meio apodrecida. Com um sinistro som de ossos entrechocados o corpo caiu no chão, onde jazeu um momento, estirado. Mas, imediatamente, se endireitou sôbre os pés mal seguros e ainda dormentes – e ergueu para D. Rui uma face morta, que era 495 uma caveira com a pele muito colada, e mais amarela que a lua que nela batia. Os olhos não tinham movimento nem brilho. Ambos os beiços se lhe arreganhavam num sorriso empedernido. De entre os dentes, muito brancos, surdia uma ponta de língua muito negra.

- D. Rui não mostrou terror, nem asco. E embainhando serenamente a espada:
- 500 – Tu estás morto ou vivo? – perguntou.
- O homem encolheu os ombros com lentidão:
- Senhor, não sei... Quem sabe o que é a vida? Quem sabe o que é a morte?
- Mas que queres de mim?
- O enforcado, com os longos dedos descarnados, alargou o nó da corda que
- 505 ainda lhe laçava o pescoço e declarou muito serena e firmemente:
- Senhor, eu tenho de ir convosco a Cabril, onde vós ides.
- O cavaleiro estremeceu num tão forte assombro, repuxando as rédeas, que o seu bom cavalo se empinou como assombrado também.
- Comigo a Cabril?!...
- 510 O homem curvou o espinhaço, a que se viam os ossos todos, mais agudos que os dentes de uma serra, através de um longo rasgão da camisa de estamena:
- Senhor – suplicou – não mo negueis. Que eu tenho a receber grande salário se vos fizer grande serviço!
- Então D. Rui pensou de repente que bem podia ser aquela uma traça
- 515 formidável do Demônio. E, cravando os olhos muito brilhantes na face morta que para êle se erguia, ansiosa, à espera do seu consentimento – fêz um lento e largo sinal da cruz.
- O enforcado vergou os joelhos com assustada reverência:
- Senhor, para que me experimentais com esse sinal? Só por êle alcançamos
- 520 remissão, e eu só dêle espero misericórdia.
- Então D. Rui pensou que, se êsse homem não era mandado pelo Demônio, bem podia ser mandado por Deus! E logo devotamente, com um gesto submisso em que tudo entregava ao Céu, consentiu, aceitou o pavoroso companheiro:
- Vem comigo, pois, a Cabril, se Deus te manda! Mas eu nada te pergunto e
- 525 tu nada me perguntas.
- Desceu logo o cavalo à estrada, tôda alumiada da lua. O enforcado seguia ao seu lado, com passos tão ligeiros, que mesmo quando D. Rui galopava êle se conservava rente ao estribo, como levado por um vento mudo. Por vêzes, para respirar mais livremente, repuxava o nó da corda que lhe enroscava o pescoço. E,
- 530 quando passavam entre sebes onde errasse o aroma de flores silvestres, o homem murmurava com infinito alívio e delícia:
- Como é bom correr!

D. Rui ia num assombro, num tormentoso cuidado. Bem compreendia agora que era aquêles um cadáver reanimado por Deus, para um estranho e encoberto  
535 serviço. Mas para que lhe dava Deus tão medonho companheiro? Para o proteger? Para impedir que D. Leonor, amada do Céu pela sua piedade, caísse em culpa mortal? E, para tão divina incumbência de tão alta mercê, já não tinha o Senhor anjos do Céu, que necessitasse empregar um supliciado?... Ah! como êle voltaria alegremente a rédea para Segóvia, se não fôra a galante lealdade de cavaleiro, o  
540 orgulho de nunca recuar, e a submissão às ordens de Deus, que sentia sôbre si pesarem...

Dum alto da estrada, de repente, avistaram Cabril, as tôrres do convento franciscano alvejando ao luar, os casais adormecidos entre as hortas. Muito silenciosamente, sem que um cão ladrasse detrás das cancelas ou de cima dos  
545 muros, desceram a velha ponte romana. Diante do Calvário, o enforcado caiu de joelhos nas lajes, ergueu os lívidos ossos das mãos, ficou longamente rezando, entre longos suspiros. Depois ao entrar na azinhaga, bebeu muito tempo, e consoladamente, de uma fonte que corria e cantava sob as frondes de um salgueiro. Como a azinhaga era muito estreita, ele caminhava adiante do cavaleiro, todo  
550 curvado, os braços cruzados fortemente sôbre o peito, sem um rumor.

A lua ia alta no céu. D. Rui considerava com amargura aquêles disco, cheio e lustroso, que espargia tanta claridade, e tão indiscreta, sôbre o seu segredo. Ah! como se estragava a noite que devia ser divina! Uma enorme lua surdia de entre os montes para tudo alumiar. Um enforcado descia da fôrca para o seguir e tudo saber.  
555 Deus assim o ordenara. Mas que tristeza chegar à doce porta, docemente prometida, com tal intruso ao seu lado, sob aquêles céu todo claro!

Bruscamente, o enforcado estacou, erguendo o braço, de onde a manga pendia em farrapos. Era o fim da azinhaga que desembocava em caminho mais largo e mais batido: – e diante dêles alvejava o comprido muro da quinta do Senhor  
560 de Lara, tendo aí um mirante, com varandins de pedra e todo revestido de hera.

– Senhor – murmurou o enforcado, segurando com respeito o estribo de D. Rui – logo a poucos passos dêste mirante é a porta por onde deveis penetrar no jardim. Convém que aqui deixeis o cavalo, amarrado a uma árvore, se o tendes por seguro e fiel. Que na emprêsa em que vamos, já é de mais o rumor dos nossos  
565 pés!...

Silenciosamente D. Rui apeou, prendeu o cavalo, que sabia fiel e seguro, ao tronco dum álamo sêco.

E tão submisso se tornara àquele companheiro impôsto por Deus, que sem outro reparo o foi seguindo rente do muro que o luar batia.

570 Com vagarosa cautela, e na ponta dos pés nus, avançava agora o enforcado, vigiando do alto do muro, sondando a negrura da sebe, parando a escutar rumores que só para êle eram percebíveis – porque nunca D. Rui conhecera noite mais fundamentamente adormecida e muda.

575 E tal susto, em quem devia ser indiferente a perigos humanos, foi lentamente enchendo também o valoroso cavaleiro de tão viva desconfiança, que tirava o punhal da bainha, enrodilhava a capa no braço e marchava em defesa, com o olhar faiscando, como num caminho de emboscada e briga. Assim chegaram a uma porta baixa, que o enforcado empurrou, e que se abriu sem gemer nos gonzos. Penetraram numa rua ladeada de espessos teixos até a um tanque cheio de água, 580 onde boiavam folhas de nenúfares, e que toscos bancos de pedra circundavam, cobertos pela rama de arbustos em flor.

– Por ali! – murmurou o enforcado, estendendo o braço mirrado.

585 Era, além do tanque, uma avenida que densas e velhas árvores abobadavam e escureciam. Por ela se meteram, como sombras na sombra, o enforcado adiante, D. Rui seguindo muito sutilmente, sem roçar um ramo, mal pisando a areia. Um leve fio de água sussurrava entre relvas. Pelos troncos subiam rosas trepadeiras, que cheiravam docemente. O coração de D. Rui recomeçou a bater numa esperança de amor.

– Chuta! – fez o enforcado.

590 E D. Rui quase tropeçou no sinistro homem que estacava, com os braços abertos como as traves de uma cancela. Diante dêles quatro degraus de pedra subiam a um terraço, onde a claridade era larga e livre. Agachados, treparam os degraus – e ao fundo dum jardim sem árvores, todo em canteiros de flôres bem recortados, orlados de buxo curto, avistaram um lado da casa batido pela Lua-cheia. 595 Ao meio, entre as janelas de peitoril fechadas, um balcão de pedra, com manjeriões aos cantos, conservava as vidraças abertas, largamente. O quarto, dentro, apagado, era como um buraco de treva na claridade da fachada que o luar banhava. E, arrimada contra o balcão, estava uma escada com degraus de corda.

Então o enforcado empurrou D. Rui vivamente dos degraus para a escuridão da avenida. E aí, com um modo urgente, dominando o cavaleiro, exclamou:

– Senhor! Convém agora que me deis o vosso sombreiro e a capa! Vós quedais aqui na escuridão destas árvores. Eu vou trepar àquela escada e espreitar para aquele quarto... E se fôr como desejais, aqui voltarei, e com Deus sêde feliz...

D. Rui recuou no horror de que tal criatura subisse a tal janela!

605 E bateu o pé, gritou surdamente:

– Não, por Deus!

Mas a mão do enforcado, lívida na escuridão, bruscamente lhe arrancou o sombreiro da cabeça, lhe puxou a capa do braço. E já se cobria, já se embuçava, murmurando agora, numa súplica ansiosa:

610 – Não mo negueis, senhor, que se vos fizer grande serviço, ganharei grande mercê!

E galgou os degraus! – estava no alumiado e largo terraço.

D. Rui subiu, atontado, e espreitou. E – oh maravilha! – era êle, D. Rui, todo ele, na figura e no modo, aquêle homem que, por entre os canteiros e o buxo curto, avançava, airoso e leve, com a mão na cintura, a face erguida risonhamente para a janela, a longa pluma escarlata do chapéu balançando em triunfo. O homem avançava no luar esplêndido. O quarto amoroso lá estava esperando, aberto e negro. E D. Rui olhava, com olhos que faiscavam, tremendo de pasmo e cólera. O homem chegara à escada: destraçou a capa, assentou o pé no degrau de corda! –

615 “Oh! lá sobe, o maldito!” – rugiu D. Rui. O enforcado subia. Já a alta figura, que era dêle, D. Rui, estava a meio da escada, tôda negra contra a parede branca. Parou!... Não! Não parara: subia, chegava, – já sôbre o rebôrdo da varanda pousara o joelho cauteloso. D. Rui olhava, desesperadamente, com os olhos, com a alma, com todo o seu ser... E eis que, de repente, do quarto negro surge um negro vulto, uma furiosa voz brada: – “vilão, vilão!” – e uma lâmina de adaga faísca, e cai, e outra vez se ergue, e rebrilha, e se abate, e ainda refulge, e ainda se embebe!... Como um fardo, do alto da escada, pesadamente, o enforcado cai sobre a terra mole. Vidraças, portadas do balcão logo se fecham com fragor. E não houve mais senão o silêncio, a serenidade macia, a Lua muito alta e redonda no céu de verão.

630 Num relance D. Rui compreendera a traição; arrancara a espada, recuando para a escuridão da avenida – quando, oh milagre! correndo através do terraço, aparece o enforcado, que lhe agarra a manga e grita:

– A cavalo, senhor, e abalar, que o encontro não era de amor, mas de morte!...

635 Ambos descem arrebatadamente a avenida, costeiam o tanque sob o refúgio dos arbustos em flor, metem pela rua estreita orlada de teixos, varam a porta – e um momento param, ofegantes, na estrada, onde a lua, mais refulgente, mais cheia, fazia como um puro dia.

E então, só então, D. Rui descobriu que o enforcado conservava cravada no  
640 peito, até aos copos, a adaga, cuja ponta lhe saía pelas costas, luzidia e limpa!... Mas já o pavoroso homem o empurrava, o apressava:

– A cavalo, senhor, e abalar, que ainda está sôbre nós a traição!

Arrepiado, numa ânsia de findar aventura tão cheia de milagre e de horror, D. Rui colheu as rédeas, cavalgou sôfregamente. E logo, em grande pressa, o  
645 enforcado saltou também para a garupa do cavalo fiel. Todo se arrepiou o bom cavaleiro, ao sentir nas suas costas o roçar daquele corpo morto, dependurado de uma fôrca, atravessado por uma adaga. Com que desespero galopou então pela estrada infindável! Em carreira tão violenta o enforcado nem oscilava, rígido sôbre a garupa, como um bronze num pedestal. E D. Rui a cada momento sentia um frio  
650 mais regelado que lhe regelava os ombros, como se levasse sobre eles um saco cheio de gelo. Ao passar no cruzeiro murmurou: – “Senhor, valei-me!” – Para além do cruzeiro, de repente, estremeceu com o quimérico mêdo de que tão fúnebre companheiro, para sempre, o ficasse acompanhando, e se tornasse seu destino galopar através do mundo, numa noite eterna, levando um morto à garupa... E não  
655 se conteve, gritou para trás, no vento da carreira que os vergastava:

– Para onde quereis que vos leve?

O enforcado, encostando tanto o corpo a D. Rui que o magoou com os copos da adaga, segredou:

– Senhor, convém que me deixeis no Cêrro!

660 Doce e infinito alívio para o bom cavaleiro – pois o Cêrro estava perto, e já lhe avistava, na claridade desmaiada, os pilares e as traves negras... Em breve estacou o cavalo, que tremia, branqueado de espuma.

Logo o enforcado, sem rumor, escorregou da garupa, segurou, como bom serviçal, o estribo de D. Rui. E com a caveira erguida, a língua negra mais saída de  
665 entre os dentes brancos, murmurou em respeitosa súplica:

– Senhor, fazei-me agora a grande mercê de me pendurar outra vez da minha trave.

D. Rui estremeceu de horror:

– Por Deus! Que vos enforque, eu?...

670 O homem suspirou, abrindo os braços compridos:

– Senhor, por vontade de Deus é, e por vontade d'Aquela que é mais cara a Deus!

Então, resignado, submisso aos mandados do Alto, D. Rui apeou – e começou a seguir o homem, que subia para o Cêrro pensativamente, vergando o  
675 dorso, de onde saía, espetada e luzidia, a ponta da adaga. Pararam ambos sob a trave vazia. Em tórno das outras traves pendiam as outras carcaças. O silêncio era mais triste e fundo que os outros silêncios da terra. A água da lagoa enegrecera. A lua descia e desfalecia.

D. Rui considerou a trave onde restava, curto no ar, o pedaço de corda que  
680 ele cortara com a espada.

– Como quereis que vos pendure? – exclamou. – Àquele pedaço de corda não posso chegar com a mão: nem eu só basto para lá vos içar.

– Senhor – respondeu o homem – aí a um canto deve haver um longo rôlo de corda. Uma ponta dela ma atareis a êste nó que trago no pescoço a outra ponta a  
685 arremessareis por cima da trave, e puxando depois, forte como sois, bem me podereis reenforçar.

Ambos curvados, com passos lentos, procuraram o rôlo de corda. E foi o enforcado que o encontrou, o desenrolou... Então D. Rui descalçou as luvas. E ensinado por ele (que tão bem o aprendera do carrasco) atou uma ponta da corda  
690 ao laço que o homem conservava no pescoço, e arremessou fortemente a outra ponta, que ondeou no ar, passou sôbre a trave, ficou pendurada rente ao chão. E o rijo cavaleiro, fincando os pés, retesando os braços, puxou, içou o homem, até êle se quedar, suspenso, negro no ar, como um enforcado natural entre os outros enforcados.

695 – Estais bem assim?

Lenta e sumida, veio a voz do morto:

– Senhor, estou como devo.

Então D. Rui, para o fixar, enrolou a corda em voltas grossas ao pilar de pedra. E tirando o sombreiro, limpando com as costas da mão o suor que o alagava,

700 contemplou o seu sinistro e miraculoso companheiro. Estava já rígido como antes, com a face pendida sob as melenas caídas, os pés inteiriçados, todo puído e carcomido como uma velha carcaça. No peito conservava a adaga cravada. Por cima, dois corvos dormiam quietos.

– E agora que mais quereis? – perguntou D. Rui, começando a calçar as  
705 luvas.

Sumidamente, do alto, o enforcado murmurou:

– Senhor, muito vos rogo agora que, ao chegar a Segóvia, tudo conteis fielmente a Nossa Senhora do Pilar, vossa madrinha, que dela espero grande mercê para a minha alma, por êste serviço que, a seu mandado, vos fêz o meu corpo!

710 Então, D. Rui de Cardenas tudo compreendeu – e, ajoelhando devotamente sôbre o chão de dor e morte, rezou uma longa oração por aquêle bom enforcado.

Depois galopou para Segóvia. A manhã clareava, quando êle transpôs a porta de S. Mauros. No ar fino os sinos claros tocavam a matinas. E entrando na igreja de Nossa Senhora do Pilar, ainda no desalinho da sua terrível jornada, D. Rui, de rôjo  
715 ante o altar, narrou à sua Divina Madrinha a ruim tenção que o levava a Cabril, o socorro que do Céu recebera, e, com quentes lágrimas de arrependimento e gratidão, lhe jurou que nunca mais poria desejo onde houvesse pecado, nem no seu coração daria entrada a pensamento que viesse do Mundo e do Mal.

#### IV

720 A essa hora, em Cabril, D. Alonso de Lara, com olhos esbugalhados de pasmo e terror, esquadrihava tôdas as ruas e recantos e sombras do seu jardim.

Quando ao alvorecer, depois de escutar à porta da câmara onde nessa noite encerrara D. Leonor, êle descera sutilmente ao jardim e não encontrara, debaixo do balcão, rente à escada, como deliciosamente esperava, o corpo de D. Rui de  
725 Cárdenas, teve por certo que o homem odioso, ao tombar, ainda com um resto débil de vida, se arrastara sangrando e arquejando, na tentativa de alcançar o cavalo e abalar de Cabril... Mas, com aquela rija adaga que êle três vezes lhe enterrara no peito, e que no peito lhe deixara, não se arrastaria o vilão por muitas jardas, e nalgum canto devia jazer frio e inteiriçado. Rebuscou então cada rua, cada sombra,  
730 cada maciço de arbustos. E – maravilhoso caso! – não descobria o corpo, nem pegadas, nem terra que houvesse sido remexida, nem sequer rasto de sangue sôbre a terra! E todavia, com mão certa e faminta de vingança, três vêzes êle lhe embebera a adaga no peito, e no peito lha deixara!

E era Rui de Cárdenas o homem que êle matara – que muito bem o  
735 conhecera logo, do fundo apagado do quarto de onde espreitava, quando êle, à  
claridade da Lua, veio através do terraço, confiado, ligeiro, com a mão na cintura, a  
face risonhamente erguida e a pluma do sombrero meneando em triunfo! Como  
podia ser coisa tão rara – um corpo mortal sobrevivendo a um ferro, que três vêzes  
lhe vara o coração e no coração lhe fica cravado? E a maior raridade era que nem  
740 no chão, debaixo da varanda, onde corria ao longo do muro uma tira de goivos e  
cecéns, deixar um vestígio aquêle corpo forte, caindo de tão alto pesadamente,  
inertemente, como um fardo! Nem uma flor machucada – tôdas direitas, viçosas,  
como novas, com gotas leves de orvalho! Imóvel de espanto, quase de terror, D.  
Alonso de Lara ali parava, considerando o balcão, medindo a altura da escada,  
745 olhando esgazeadamente os goivos direitos, frescos, sem uma haste ou fôlha  
vergada. Depois recomeçava a correr loucamente o terraço, a avenida, a rua de  
teixos, na esperança ainda duma pegada, dum galho partido, de uma nódoa de  
sangue na areia fina.

Nada! Todo o jardim oferecia um desusado arranjo e limpeza nova, como se  
750 sôbre êle nunca houvesse passado nem o vento que desfolha, nem o sol que  
murcha.

Então, ao entardecer, devorado pela incerteza e mistério, tomou um cavalo, e  
sem escudeiro ou cavalariaço, partiu para Segóvia. Curvado e escondidamente, como  
um foragido, penetrou no seu palácio pela porta do pomar: e o seu primeiro cuidado  
755 foi correr à galeria de abóbada, destrancar as portadas da janela e espreitar  
àvidamente a casa de D. Rui de Cárdenas. Tôdas as gelosias da valha morada do  
arcedíago estavam escuras, abertas, respirando a fresquidão da noite: – e à porta,  
sentado num banco de pedra, um moço de cavalariaço afinava preguiçosamente a  
bandurra.

D. Alonso de Lara desceu à sua câmara, lívido, pensando que não houvera  
760 certamente desgraça em casa onde todas as janelas se abrem para refrescar, e no  
portão da rua os moços folgam. Então bateu as palmas, pediu furiosamente a ceia.  
E, apenas sentado, ao tópo da mesa, na sua alta sede de couro lavrado, mandou  
chamar o intendente, a quem ofereceu logo, com estranha familiaridade, um copo de  
765 vinho velho. Enquanto o homem, de pé, bebia respeitosamente, D. Alonso, metendo  
os dedos pelas barbas e forçando a sua sombria face a sorrir, perguntava pelas  
novas e rumores de Segóvia. Nesses dias da sua estada em Cabril, nenhum caso

criara pela cidade espanto e murmuração?... O intendente limpou os beiços, para afirmar que nada ocorrera em Segóvia de que andasse murmuração, a não ser que  
770 a filha do senhor D. Gutierres, tão moça e tão rica herdeira, tomara o véu do convento das Carmelitas Descalças. D. Alonso insistia, fitando vorazmente o intendente. E não se travara uma grande briga?... não se encontrara ferido, na estrada de Cabril, um cavaleiro moço, muito falado?... O intendente encolhia os ombros: nada ouvira, pela cidade, de brigas ou de cavaleiros feridos. Com um aceno  
775 desabrido D. Alonso despediu o intendente.

Apenas ceara, parcamente, logo voltou à galeria a espreitar as janelas de D. Rui. Estavam agora cerradas; na última, da esquina, tremeluzia uma claridade. Tôda a noite D. Alonso velou, remoendo incansavelmente o mesmo espanto. Como pudera escapar aquele homem, com uma adaga atravessada no coração? Como  
780 pudera?... Ao luzir da manhã, tomou uma capa, um largo sombreiro, desceu ao adro, todo embuçado e encoberto, e ficou rondando por diante da casa de D. Rui. Os sinos tocaram a matinas. Os mercadores, com os gibões mal abotoados, saíam a erguer as portadas das lojas, a pendurar as tabuletas. Já os hortelões, picando os burros carregados de seiras, atiravam os pregões da hortaliça fresca, e frades  
785 descalços, com o alforje aos ombros, pediam esmola, benziam as môças.

Beatas embiocadas, com grossos rosários negros, enfiavam gulosamente para a igreja. Depois o pregoeiro da cidade, parando a um canto do adro, tocou uma buzina, e numa voz tremenda começou a ler um edital.

O senhor de Lara parara junto do chafariz, pasmado, como embebido no  
790 cantar das três bicas de água. De repente pensou que aquêlê edital, lido pelo pregoeiro da cidade, se referia talvez a D. Rui, ao seu desaparecimento... Correu à esquina do adro – mas já o homem enrolara o papel, se afastava majestosamente, batendo nas lajes com a sua vara branca. E, quando se voltava para espiar de novo a casa, eis que os seus olhos atônitos encontram D. Rui, D. Rui que êle matara – e  
795 que vinha caminhando para a igreja de Nossa Senhora, ligeiro, airoso, a face risonha e erguida no fresco ar da manhã, de gibão claro, de plumas claras, com uma das mãos pousando na cinta, a outra meneando distraidamente um bastão com borlas de torçal de ouro!

D. Alonso recolheu então a casa com passos arrastados e envelhecidos. No  
800 alto da escadaria de pedra, achou o seu velho capelão, que o viera saudar, e que, penetrando com êle na antecâmara, depois de pedir, com reverência, novas da

senhora D. Leonor, lhe contou logo dum prodigioso caso, que causava pela cidade grave murmuração e espanto. Na véspera, de tarde, indo o corregedor visitar o cêrro das fôrcas, pois se acercava a festa dos Santos Apóstolos, descobrira, com muito  
805 pasmo e muito escândalo, que um dos enforcados tinha uma adaga cravada no peito! Fora gracejo de um pícaro sinistro? Vingança que nem a morte saciara?... E para maior prodígio ainda, o corpo fôra despendurado da fôrca, arrastado em horta ou jardim (pois que prêsas aos velhos farrapos se encontraram folhas tenras) e depois novamente enforcado e com corda nova!... E assim ia a turbulência dos  
810 tempos, que nem os mortos se furtavam a ultrajes!

D. Alonso escutava com as mãos a tremer, os pêlos arrepiados. E imediatamente, numa ansiosa agitação, bradando, tropeçando contra as portas, quis partir, e por seus olhos verificar a fúnebre profanação. Em duas mulas ajaezadas à  
815 pressa, ambos abalaram para o Cêrro dos Enforcados, êle e o capelão arrastado e aturdido. Numeroso povo de Segóvia se juntara já no Cêrro, pasmando para o maravilhoso horror – o morto que fora morto!... Todos se arredaram ante o nobre senhor de Lara, que arremessando-se pelo cabeçaço acima, estacara a olhar, esgazeado e lívido, para o enforcado e para a adaga que lhe varava o peito. Era a sua adaga: – fora êle que matara o morto!

820 Galopou espavoridamente para Cabril. E aí se encerrou com o seu segrêdo, começando logo a amarelecer, a definhar, sempre arredado da Senhora D. Leonor, escondido pelas ruas sombrias do jardim, murmurando palavras ao vento, até que na madrugada de S. João uma serva, que voltava da fonte com a sua bilha, o encontrou morto, por baixo do balcão de pedra, todo estirado no chão, com os dedos  
825 encravados no canteiro de goivos, onde parecia ter longamente esgaravatado a terra, a procurar...

## V

Para fugir a tão lamentáveis memórias, a senhora D. Leonor, herdeira de todos os bens da casa de Lara, recolheu ao seu palácio de Segóvia. Mas como  
830 agora sabia que o senhor D. Rui de Cárdenas escapara miraculosamente à emboscada de Cabril, e como cada manhã, espreitando de entre as gelosias, meio cerradas, o seguia, com olhos que se não fartavam e se umedeciam, quando ele cruzava o adro para entrar na igreja, não quis ela, com receio das pressas e impaciências do seu coração, visitar a Senhora do Pilar enquanto durasse o seu  
835 luto. Depois, uma manhã de domingo, quando, em vez de crepes negros, se pôde

cobrir de sêdas roxas, desceu a escadaria do seu palácio, pálida de uma emoção nova e divina, pisou as lajes do adro, transpôs as portas da igreja. D. Rui de Cárdenas estava ajoelhado diante do altar, onde depusera o seu ramo votivo de cravos amarelos e brancos. Ao rumor das sêdas finas, ergueu os olhos com uma  
840 esperança muito pura e tôda feita de graça celeste, como se um anjo o chamasse. D. Leonor ajoelhou, com o peito a arfar, tão pálida e tão feliz que a cera das tochas não era mais pálida, nem mais felizes as andorinhas que batiam as asas livres pelas ogivas da velha igreja.

Ante êsse altar, e de joelhos nessas lajes, foram êles casados pelo bispo de  
845 Segóvia, D. Martinho, no Outono do ano da Graça de 1475, sendo já reis de Castela Isabel e Fernando, muito fortes e muito católicos, por quem Deus operou grandes feitos sôbre a terra e sôbre o mar.

## ANEXO 2

## GLOSSÁRIO

Fonte: PRIBERAM. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <www.priberam.pt/ DLPO.

**Adro** = *s. m.* Espaço descoberto na frente (e, às vezes, em roda) das igrejas.

**Agasteis** = agastar - (*a + gastar*) *v. tr. e pron.* 1. Causar ou sentir irritação. = ZANGAR, IRRITAR; 2. Deixar ou ficar preocupado ou angustiado. = AFLIGIR, AMOFINAR; *v. intr.* 3. *Pop.* Ficar fraco por falta de alimento.

**Aia** = *s. f.* Dama de companhia, empregada de quarto, camareira.

**Ajaezadas** = ajaezar (*ja-i*) *v. tr.* Ornar com jaezes. (=jaez (ê) (árabe *djahaz*); *s. m.* 1. Aparelho, adorno, ornato de bestas; 2. *Fig.* Espécie, qualidade; calibre.

**Alcovas** = alcova (ô) *s. f.* Pequena câmara interior para dormir.

**Alegretes** = alegrete (ê) *adj. 2 gén.* 1. Um tanto alegre; um tanto ébrio; *s. m.* 2. **Receptáculo** (de areia ou tijolo) cheio de terra para flores.

**Além-da-campa** = *ampa s. f.* 1. Pedra que cobre a sepultura; 2. *Fig.* Sepulcro; 3. Sineta grande.

**Alpercatas** = alparca *s. f.* 1. Sandália; 2. Calçado em que a sola se ajusta ao pé por meio de tiras de couro ou de pano.

**Alvejando** = *v. tr.* 1. Branquear; 2. Apontar, tomar como alvo; *v. intr.* 3. Branquejar; 4. Fitar o alvo.

**Apetecido** = *v. tr.* 1. Ter apetite de; 2. Desejar; *v. intr.* 3. Causar apetite; 4. Ser de apetite.

**Arcediágo** = *s. m.* 1. Dignidade eclesiástica em certos cabidos; 2. *Ant.* Dignidade eclesiástica com certos poderes sobre os párocos da diocese; 3. O primeiro entre os diáconos.

**Arrimada** = *v. tr.* 1. Encostar; 2. Deixar de lado; 3. *Infrm.* Dar, bater; *v. pron.* 4. Chegar-se, aproximar-se; 5. Valer-se; 6. Aderir.

**Arrojou** = *v. tr.* 1. Levar de rojo; 2. Arremessar; *v. pron.* 3. Atrever-se; 4. Arriscar-se; 5. Precipitar-se; 6. Lançar-se.

**Aturdiam** = *v. tr.* 1. Causar aturdimento a; 2. Maravilhar, surpreender, estontear.

**Aviai** = *v. tr.* 1. Preparar, despachar; 2. Pôr em estado de empreender caminho ou ir-se embora; 3. Fazer, executar, aprontar; 4. *Infrm. Fig.* Matar; 5. Maltratar; 6. Arranjar; *v. pron.* 7. Apressar-se.

**Azinhaga** = *s. f.* Caminho da largura de um carro, quando muito, aberto entre valados ou muros altos.

**Bordão** = *s. m.* 1. Pau que serve para apoio de quem caminha; 2. Palavra ou frase que se repete inconscientemente, falando ou

escrevendo; 3. *Mús.* Corda grossa de certos instrumentos; 4. *Mús.* O tom invariável que serve de baixo na gaita-de-foles, sanfona, etc.; 5. *Mús.* O mesmo que roncão.

6. Corda de arco de atirar.

7. *Fig.* Arrimo, auxílio.

8. *Bot.* Espécie de palmeira de que se faz o maluvo.

**Buxo** = *s. m.* 1. Arbusto semelhante à murta; 2. Sua madeira.

**Cancelas** = *s. f.* 1. Porta ligeira de grades; 2. Barreira numa passagem de nível de caminho-de-ferro.

**Carcomido** = *adj.* Gasto; arruinado.

**Cavalição** = *s. m.* Moço de cavalição. (= *f.1.* Habitação de cavalos. 2. Estrebaria.).

**Cecéns** = *s. f. Poét.* Açucena. (= *f. 1. Bot.* Planta liliácea; lírio branco. 2. *Fig.* Símbolo de pureza.).

**Cêro** = *s. m.* 1. Colina pouco elevada. = OUTEIRO.

**Cômoro** = *s. m.* 1. Pequena elevação isolada de terreno; 2. Canteiro; 3. Socalco; 4. Alegrete; Confrarias; *s. f.* 1. Irmandade; 2. Associação para fins religiosos; 3. Sociedade; 4. Conjunto de pessoas que exercem a mesma profissão ou têm o mesmo modo de vida.

**Desditoso** = *adj.* Que tem desdita; desventurado, infeliz; Desabrido; *adj.* 1. Áspero; rude; ríspido; 2. Desagradável.

**Destro** = *adj.* 1. Ágil, desembaraçado, dotado de destreza; 2. Perito, hábil; 3. Manejado com destreza; 4. Astuto, sagaz; 5. Que fica do lado direito. = DIREITO ≠ ESQUERDO, SESTRO, SINISTRO; *s. m.* 6. Berro (*insecto*); 7. *Ant.* Passal.

**Embiocadas** = *adj.* 1. Que tem a forma de bioco; tapado com bioco (= *s. m.* 1. Mantilha ou envoltório com que as beatas tapam o rosto. 2. *Fig.* Ademanos de modéstia *afectada*. 3. Gesto de ameaça.); 2. *Fig.* Solapado; 3. Encolhido, retraído.

**Embuçado** = *s. m.* Pessoa que traz a cara tapada com embuço (= *s. m.* 1. Parte da capa com que se cobre a cara. 2. *Fig.* Disfarce, dissimulação. 3. Modo artificioso de dizer alguma coisa).

**Embuçava** = *v. tr.* 1. Tapar (o rosto) até aos olhos; 2. *Fig.* Disfarçar; dissimular; encobrir; *v. pron.* 3. Envolver-se na capa; tapar o rosto com o embuço; 4. *Fig.* Dissimular, encobrir-se, ocultar-se.

**Empedernido** = *adj.* 1. Convertido em pedra; 2. Que endureceu; 3. *Fig.* Insensível, contumaz.

**Encerro** = *s. m.* 1. Encerramento; 2. Clausura; 3. Conclusão, fim, fecho; 4. Solidão, isolamento.

**Enfiavam** = *v. tr.* 1. Fazer passar um fio por; 2. Ensartar; 3. Vestir; 4. Calçar; 5. Meter-se por; 6. Dizer sem parar; 7. Enfileirar; 8. Meter, introduzir; 9. Trespasar; 10. *Fig.* Encaminhar, dirigir; *v. intr.* 11. Mudar de cor; turbar-se; corar; 12. Entrar; 13. Caminhar um direito ao outro; 14. Olhar fito de rosto a rosto; 15. Ir-se (um ao outro); *v. pron.* 16. Entrar, meter-se, introduzir-se; 17. Coar-se; 18. Seguir-se, suceder-se sem interrupção; 19. Ser fronteiro; ficar na mesma *direcção*; 20. *Bras.* Desconfiar, encalistrar.

**Errasse** = *v. tr.* 1. Enganar-se em; 2. Não acertar com; 3. Não dar em; 4. Não dar com; perder-se em; *v. intr.* 5. Vaguear; 6. Enganar-se; 7. Perder-se; 8. Esgarrar; 9. Pecar; flutuar.

**Esburgadas** = *v. tr.* 1. Limpar (os ossos) da carne; 2. Deixar sem carne; 3. Descascar; 4. *Fig.* Limpar.

**Escabelo** = *s. m.* 1. Banco comprido e largo, constituindo ao mesmo tempo uma caixa, e com uma tábua de encosto a todo o comprimento; 2. Pequeno banco para descanso dos pés.

**Esgazeadamente** = *esgazeado adj.* 1. Da cor da gazela; desmaiado; *olhos esgazeados*: espantados, muito abertos.

**Esgazear** = *v. tr.* 1. Pôr em branco (os olhos); 2. Volver (os olhos) com expressão desvairada; *v. intr.* 3. *Reg.* Desvanecer (a cor dum quadro).

**Estio** = *s. m.* 1. Estação do ano intermédia à **Primavera** e ao **Outono**; 2. *Fig.* Idade madura.

**Fragor** = *s. m.* 1. Estrondo medonho; 2. O maior auge de um ruído.

**Frondes** = *s. f.* 1. Expansão membranosa das plantas acotiledôneas; 2. Folhagem de palmeiras, fetos; 3. *Por ext.* Ramagem de árvores, ramo.

**Galante** = *adj. 2 gén.* 1. Bonito; elegante; gracioso; esbelto; donairoso; 2. Gentil; 3. Espirituoso; 4. Distinto; 5. Engraçado; 6. Picante; 7. Amável para com as damas, delicadamente obsequioso; *s. m.* 8. Homem galante.

**Gelosias** = *s. f.* 1. Rótula de fasquias de madeira que se coloca no vão das janelas e através da qual se pode ver sem ser visto; 2. Adufa; 3. Rótula.

**Gibão** = *s. m.* 1. Antiga veste sem mangas; 2. Espécie de casaco curto que se veste sem colete; 3. *Zool.* Grande macaco **antropóide**, de braços muito longos da Índia e da

Malásia; 4. *Bras.* Veste de couro usada pelos vaqueiros.

**Goivos** = *s. m.* 1. Flor do goiveiro; 2. Goiveiro. (= *s. m. Bot.* Planta brassicácea, de que há várias espécies.); 3. Goiva.

**Gonzos** = *s. m.* 1. Dobradiça de porta; 2. Quício; 3. Bisagra.

**Grenha** = *s. f.* 1. Cabeleira desgrenhada; juba; 2. Bosque denso e emaranhado; 3. *Alent.* Variedade de couve; 4. Variedade de videira.

**Hera** = *s. f.* 1. Género de plantas trepadeiras araliáceas; 2. Emblema da constância e da amizade.

**Herdade** = *s. f.* Grande propriedade rústica geralmente composta de montado e terras de sementeira; quinta (= *s. f. 1.* Terreno de sementeira com horta e árvores, murado ou cercado de sebes, e que tem geralmente casa de habitação. 2. Casa de campo.).

**Hortelões** = *s. m.* Aquele que trata de uma horta ou hortas.

**Ilharga** = *s. f.* 1. Cada uma das partes laterais inferiores do baixo-ventre; 2. Lado, parte lateral; 3. Ilhal.

**Ilhargas** = *s. f. pl.* 1. Tábuas que constituem os lados altos das caixas; 2. *Fig. Protector*; esteio, apoio. 3. Validos, confidentes, favoritos. **de mão na ilharga**: com soberba.

**Inteiriçados** = *v. tr.* 1. Fazer perder o movimento às articulações; 2. Tornar hirto.

**Jardas** = *s. f.* Medida inglesa de comprimento equivalente a 914 mm (símbolo: *yd*).

**Junquilhos** = *s. m.* 1. *Bot.* Planta aromática amarilidácea; 2. Sua flor.

**Lacaio** = *s. m.* 1. Criado de libré; 2. *Fig.* Homem sem dignidade; *adj.* 3. *Bras.* Indecente; licencioso.

**Liteira** = *s. f.* 1. Antigo veículo sem rodas, suspenso, por varais, de duas bestas que iam uma adiante e a outra atrás; 2. Tecido de estopa e lã, preto.

**Livro das Horas** = Livro de orações católicas.

**Loureiro** = *s. m.* Árvore de folha perene, tipo das lauráceas. = LOIREIRO

**Mastins** = *s. m.* 1. Cão de gado; cão de guarda; 2. Agente policial; 3. Pessoa maldizente.

**Melenas** = *s. f.* 1. Cabelo desgrenhado ou volumoso. (Mais usado no plural.) = GUEDELHA; 2. **Pêlos** da crina pendentes sobre a fronte do cavalo = JUBA; 3. *Med.* Fluxo intestinal negro, impelido pelo ânus; 4. *Beira* O mesmo que meleia.

**Mercê** = *s. f.* 1. Concessão de uma graça; 2. Benefício, favor; 3. Provimento num cargo público ou num título honorífico; 4. Arbítrio, capricho. *à mercê de:* ao arbítrio de; *mercê de:* graça de; *vossa mercê:* vossemecê.

**Nenúfares** = *s. m.* 1. *Bot.* Planta aquática, muitas vezes cultivada em recipientes de água devido às suas largas folhas flutuantes e às suas flores de pétalas brancas, amarelas ou vermelhas. (Família das ninfeáceas); 2. Ninfeia.

**Pícaro** = *adj.* 1. Falto de honra e de vergonha; 2. Patife, velhaco; 3. Malicioso, astuto; 4. Que com arte e dissimulação logra o que deseja; 5. Ridículo.

**Pichéis** = *s. m.* 1. Vasilha para tirar vinho das pipas; 2. Vaso para beber vinho.

**Pregoeiro** = *s. m.* 1. O que lança pregão (= *s. m.* 1. Anúncio proferido em voz alta. 2. Divulgação.); 2. Indivíduo que apregoa e arremata os **objectos nos** leilões.

**Pregões** = *s. m.* 1. Anúncio proferido em voz alta; 2. Divulgação.

**Prima** = *s. f.* 1. Flexão feminina de primo; 2. A primeira e mais delgada das cordas da viola, guitarra, etc.; 3. Lã de primeira qualidade; 4. A primeira das horas canónicas (6 h da manhã).

**Quinta** = *s. f.* 1. Terreno de sementeira com horta e árvores, murado ou cercado de sebes, e que tem geralmente casa de habitação; 2. Casa de campo.

**Ramalheteira** = *s. f.* Mulher que vende ou faz ramos de flores.

**Rebordo** = *s. m.* Borda revirada.

**Récua** = *s. f.* 1. Fileira de bestas de carga que vão presas umas atrás das outras; 2. Carga que essas bestas conduzem; 3. Manada de cavalgadas; 4. *Fig.* Caterva; súcia; 5. Bando (toma-se em mau sentido).

**Regaço** = *s. m.* 1. Superfície ou concavidade formada pela roupa entre a cintura e os joelhos de pessoa sentada; 2. Adorno de certos vestidos no lugar do regaço; 3. *Fig.* Seio, lugar onde se acha conforto e tranquilidade; 4. Meio, interior; *trazer no regaço:* tratar com carinho, com desvelo.

**Reixas** = *s. f.* 1. Tábua pequena; 2. Grade de janela; gelosia; 3. *Pop.* Rixa; raiva.

**Relicário** = *s. m.* Caixa ou cofre, bolsa ou caixilho, onde se guardam relíquias dos santos.

**Retábulo** = *s. m.* 1. Obra de arte de pedra ou madeira esculpida, de encontro ao altar; 2. *Por ext.* Painel ou quadro de altar.

**Retrós** = *s. m.* 1. Fio de seda ou conjunto de fios de seda torcidos.

**Samarra** = *s. f.* 1. Espécie de batina eclesiástica; chimarra; 2. Antiga vestimenta rústica de peles de ovelha; 3. Pele de ovelha ou carneiro, enquanto conserva a lã; 4. *Ant.* Espécie de casacão para uso caseiro; *s. m.* 5. *Deprec.* Padre; 6. *Trás-os-M.* Homem corcunda; a giba do corcunda; 7. *Minho* Costado; costas.

**Sebe** = *s. f.* 1. Tapume vegetal para impedir a entrada em terras cultivadas; 2. Tabique; taipa; 3. Tapume de varas delgadas com que se cerca o tabuleiro do carro e se ampara a carga.

**Sede** = *s. f.* 1. Lugar em que alguém se pode sentar; 2. Assento de pedra no vão das janelas antigas; 3. Capital de diocese; 4. Jurisdição episcopal; 5. Lugar onde se concentra o poder ou a administração (*ex.: sede de concelho*); 6. Lugar onde uma empresa ou sociedade tem o seu estabelecimento ou **actividade**; 7. Ponto ou lugar onde se concentram certos factos ou fenómenos ou onde um acontecimento se realiza; 8. Lugar de análise, discussão ou avaliação de algo.

**Seiras** = *s. f.* 1. Sacca ou cesta de esparto, junco ou vime para transportar ou guardar coisas diversas (frutas, pregos, etc.); 2. Espécie de alfofa para as compras; 3. Espécie de cesta de esparto em que se deita a azeitona a espremer no lagar; 4. *Reg.* Esperteza, astúcia, lábia.

**Surdia** = *v. intr.* 1. Sair de dentro; 2. Sobressair; surgir; 3. Emergir; 4. Resultar.

**Surrão** = *s. m.* 1. Bolsa de couro usada pelos pastores; 2. Vestuário sujo e rafado; 3. Pessoa muito suja; 4. *Reg.* Mulher ordinária, de maus costumes.

**Teixo** = *s. m.* Árvore conífera da família das taxáceas.

**Tépida** = *adj.* 1. Morno, pouco quente, quebrado da friúra; 2. *Fig.* Frouxo; tíbio.

**Terçar** = *v. tr.* 1. Misturar (três coisas); 2. Atravessar, cruzar; 3. Dividir em três partes; 4. *Agríc.* Dar terceiro amanho às terras; *v. intr.* 5. Interceder, servir de medianeiro; 6. Pugnar pela defesa de; *terçar cal:* amassá-la com água e areia.

**Traça** = *s. f.* 1. *Zool.* Nome vulgar de todas as espécies de **insectos** e de aracnídeos que vivem nos estofos, nas peles, madeiras, sementes, e que os destroem; 2. *Fig.* Tudo que destrói insensivelmente; 3. *Gír.* Fome; 4. *Infrm.* Pessoa importuna; *adj. 2 gén.* 5. Maçador, maçadora.

**Urze** = *s. f.* 1. *Bot.* Nome de várias plantas arbustivas ericáceas = TORGA; 2. Espécie de uva branca do Douro; 3. Árvore açoriana.

**Valha** = *v. tr.* 1. Ter o valor de. = CUSTAR; 2. Ser equivalente a = EQUIVALER; 3. Representar o valor de; 4. Ser digno de = MERECE; 5. Ser a causa de (algo); ter (algo) como consequência = ACARRETAR, CAUSAR, PROPORCIONAR; *v. intr.* 6. Ser de certo valor, ter certo valor; 7. Ser útil = AUXILIAR, SERVIR; 8. Ter valimento para com, ser atendido por; 9. Ter estimação, ser estimado; 10. Ter força; 11. Ser válido, ter validade = VIGORAR;

12. Mostrar-se apto ou capaz; *v. pron.*  
13. Servir-se, aproveitar-se, utilizar-se.

**Varandins** = *s. m.* 1. Varanda estreita; plataforma; 2. Grade baixa e elegante usada nas janelas de peito.

**Vergastava** = *v. tr.* 1. Bater com vergasta em; 2. *Por ext.* Açoitar; fustigar.

**Vésperas** = *s. f. pl.* 2. Dias que mais proximamente antecedem qualquer dia ou facto; 3. *Liturg. catól.* Horas que se rezam no ofício da tarde.

**Votivo** = *adj.* 1. Do voto ou a ele relativo; 2. Oferecido em cumprimento de voto.

## ANEXO 3

## TABELA DE MAPEAMENTO DA REFERENCIAÇÃO

TABELA 1: MODELO GERAL PARA O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

(Marcuschi & Koch 2002 – Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada – Gramática do Português Falado vol VIII – p. 50)

PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO	INDICIALIDADE EXPLICITUDE	REFOCALIZAÇÃO IMPLICITAO ASPECTUALIDADE ± AVALIAÇÃO SUBESPECIFICAÇÃO HIPERESPECIFICAÇÃO		INDUÇÃO SITUACIONAL OU COTEXTUAL	
		REFERENCIAÇÃO ESPECIFICADA	REFERENCIAÇÃO INFERIDA		
ESTRATÉGIA	MANUTENÇÃO REFERENCIAL	ALTERAÇÃO REFERENCIAL			INDICIAÇÃO PRONOMINAL (referenciação induzida)
		CORREFERENCIAÇÃO COM REFOCALIZAÇÃO	HIPONÍMIA HIPERONÍMIA (relação do tipo classe/membro especificação individualização seleção)	DEFINIÇÕES EXPLICAÇÕES (procedimentos metalingüísticos)	
RELACÃO COM O REFERENTE	NÃO-RECATEGORIZAÇÃO	ANÁFORA NOMINAL (repetição lexical)	ANÁFORA PRONOMINAL (Características de correferencialidade)	DESCRICOÃO DEFINIDA (completa incompleta com permuta)	9
		1	2	5	
RELACÃO COM O REFERENTE	RECATEGORIZAÇÃO	ANÁFORA NOMINAL (sinonímias paráfrases)	NOMINALIZAÇÃO (deverbal ou não e nome-verbo)	DEFINIÇÕES EXPLICAÇÕES (procedimentos metalingüísticos)	8
		3	4	8	
	Correferenciação				???
	Não-correferenciação				???